

**Aldeia da Estrela**

Adaptação à nova condição

Úrsula Liliana Sequeira Jacinto

Dissertação de Mestrado em Arquitectura

Orientadora: Marta Sequeira

Departamento de Arquitectura. Universidade de Évora

Setembro de 2009



A Marta Sequeira pela dedicação e empenho, assim como pelas valiosas críticas e sugestões fundamentais para a dissertação apresentada.

Aos habitantes da Estrela, pelas longas conversas determinantes para a elaboração do trabalho.

A Aurora Carapinha pelas conversas iniciais que ajudaram a traçar o caminho, assim como pelo seu apoio.

E em particular, a Celestina Sequeira pela demonstração de força, a Manuel Jacinto e Samuel Salgado pelo empenho e paciência imprescindíveis para a finalização desta etapa e, especialmente, pelo amor e devoção.

O meu sincero agradecimento.







Há 7 anos que a Barragem de Alqueva tem ditado transformações drásticas no território do Baixo Alentejo e além fronteira – o que tem originado, aos aglomerados urbanos mais próximos do seu regolfo, inúmeros problemas de adaptação. Este é o ponto de partida da investigação. Procurando-se então reflectir sobre a temática da identidade de uma aldeia e de uma paisagem, escolheu-se como objecto de estudo um aglomerado onde é claramente possível identificar as transformações que ocorreram no seu contexto urbano, dado o dramatismo da sua proximidade com o plano de água: a aldeia da Estrela.

Antes da elaboração desta tese, foram realizados inúmeros estudos sobre o Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva, compreendendo o seu impacto no património cultural e ambiental. No entanto, não existiam, até à elaboração desta investigação, estudos específicos sobre a aldeia da Estrela e sobre a sua adaptação à nova condição. Todos os trabalhos realizados sobre as aldeias de Alqueva que incluem a aldeia da Estrela, elaborados pela EDIA, englobam-na no âmbito genérico das «aldeias ribeirinhas» do regolfo da barragem, analisando-a apenas como parte de uma grande área indiferenciada de desenvolvimento turístico do grande plano de água. Esta investigação, pelo contrário, tem como principal objectivo o estudo das especificidades e particularidades da aldeia, que são as que definem, precisamente, a sua identidade, e as que nos permitem construir as pautas de um possível desenvolvimento futuro.

Para compreender a adaptação da Estrela à nova condição espacial e paisagística, foi elaborado um estudo comparativo, por temas, entre dois momentos: pré-Alqueva (1998) e pós-Alqueva (2009). Este estudo teve como base um levantamento fotográfico e cartográfico das duas realidades, a realização de pequenos inquéritos à população e decisores políticos regionais e, sobretudo, uma análise morfológica da malha urbana e paisagística, através da elaboração de vários mapas. Criou-se, deste modo, uma base documental através da qual é possível compreender o impacto que a nova condição espacial introduziu na pequena aldeia – tanto a nível paisagístico, como urbano. Por último, através da comparação com casos similares, elaborou-se uma reflexão crítica sobre o possível desenvolvimento da Estrela, tratando-se de compreender como é que esta aldeia, com todas as suas especificidades, poderá conviver com a nova paisagem que a água desenha e determina.



## Abstract

It has been seven years that the Alqueva Dam has gone through notable drastic territorial transformations in the Baixo Alentejo e surrounding areas – which has originated, to the surrounding urban community numerous problems of adaptation. This is the starting point for the research. With this said, we will be reflecting on the thematics of identity of the community and its landscape, choosing as an object of study a community where it is clearly possible to identify the transformations that occurred in there urban context, giving way to the dramatization of its proximity with the water: the village of Estrela.

Before the execution of this thesis, there were numerous studies done about this joint venture with multiple purposes for Alqueva, understanding the impact on the environmental and cultural heritage. However, until the elaboration of this research there were no specific studies done about the village of Estrela and about its adaptation to its new conditions. All the work that has taken place about the villages of Alqueva, including the village of Estrela, elaborated by EDIA, has been encompassed under the broad rubric of “aldeias ribeirinhas” in the surrounding area of he dam, analyzing them as part of a big area that has been touristically underdeveloped near the big plan of water. On the other hand, this research has as its main objective the study of specificities and particularities of the village, that are the aspects that identify this village’s identity, and what permit us in constructing the columns for a possible future development.

For the understanding of the adaptation that Estrela had to go through to its new landscape condition, a comparative study was elaborated by themes, between to moments: pre-Alqueva (1998) and post-Alqueva (2009). This study was based on photographic and cartographic surveys done with both realities in mind. Small surveys were executed among the population, as well as regional and political decisions, and specifically a morphological analyses took place on the urban and landscape aspects, through the elaboration of various maps. Raising, at this point, a documental base where it is possible to understand the impact of these new conditions to this village – landscaping as well as urban. Lastly, through comparisons of similar cases, I elaborated a critical reflection about the possible development of Estrela, trying to understand how the village with its particularities can possibly co-exist with a new landscape that the water designs and determines.



**Resumo**, 7

**Introdução**, 13

**Capítulo I: Enquadramento**

**I.I. População**, 25

**I.II. Caracterização biofísica e paisagística**, 25

**I.III. Estrutura morfológica**, 27

**I.IV. Identidade da Aldeia**, 29

I.IV.I. Elementos naturais

Sistema hídrico, 29

I.IV.II. Elementos culturais

Limites, 31

Moinhos, 33

Estruturas hidráulicas: poços e tanques, 37

Montes, 39

Cemitério, 43

Igreja, 43

**Capítulo II: Políticas de desenvolvimento**

**II.I. Projectos realizados até 2009**, 51

**II.II. Propostas da EDIA**, 55

**II.III. Propostas da autarquia**, 55

**Capítulo III: Análises comparativas**

**III.I. Caso 1: Amieira**, 61

**III.II. Caso 2: Cheles**, 65

**Capítulo IV:** Notas finais: ensaio sobre o desenvolvimento da Estrela, 71

**Anexos,** 79

**Bibliografia,** 195

**Índice Onomástico,** 199

**Créditos das Imagens,** 201





**Fig. 1** – Aldeia da Estrela, 2009.

Sobretudo numa região onde os períodos de seca prolongados se fazem sentir, o aproveitamento da água – enquanto recurso essencial para a manutenção da vida e da sua sustentabilidade – é fundamental, pelo que o seu armazenamento e racionalização se tornam prioritários. É desta necessidade que surge a Barragem do Alqueva<sup>1</sup>, projecto que durou mais de 30 anos em palavras e projectos, e que é hoje uma realidade, transformando drasticamente a paisagem do Alentejo. [Fig. 2,3 e 4]

É ainda durante a ditadura do Estado Novo, mais precisamente em 1968, que o projecto começa a suscitar polémica e discussões. O plano da barragem é anunciado durante a Celebração do Convénio Luso-Espanhol para a Utilização dos Rios Internacionais, realizada nesse ano<sup>2</sup>, mas já desde 1957 que se elaboravam os primeiros estudos para um plano de rega no Alentejo. Após avanços e recuos seguidos de um momento de paragem, o projecto herdado do Estado Novo é reiniciado em 1975, e a decisão governamental de se começarem os trabalhos em Alqueva é tomada em 1976. Em 1978, esta obra é interrompida, tendo-se apenas construído as ensecadeiras<sup>3</sup> a montante e a jusante. 15 anos mais tarde, em 1993, o projecto volta ao activo, com uma fase de avaliações e estudos – sendo neste ano criada a Comissão Instaladora da Empresa de Alqueva, a qual dá início aos primeiros concursos públicos internacionais para continuar o projecto. Somente em 1995 se reiniciam os trabalhos e se constitui a EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas de Alqueva, S.A. (antiga Comissão Instaladora). Assim, as primeiras betonagens têm início em 1998, garantindo que em Janeiro de 2002 se conclua o corpo principal da barragem.<sup>4</sup> A 8 de Fevereiro, as comportas são encerradas e inicia-se o enchimento «do Grande Lago», principiando-se um longo processo de adaptação paisagística provocado pela presença da nova bacia artificial.

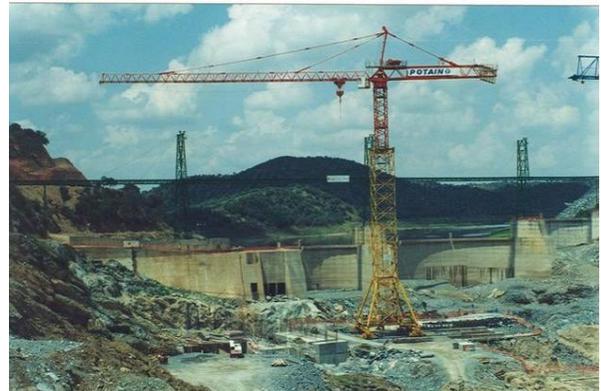
A albufeira de Alqueva estende-se por 83 km, tendo uma capacidade de 4150 milhões de m<sup>3</sup> de água, embora só 3150 sejam utilizáveis em exploração normal. A sua altura máxima (medida a partir das fundações) é de 96 metros, sendo que o seu nível de pleno armazenamento atinge a cota 152 (medida a partir do nível médio das águas do

<sup>1</sup> O nome foi determinado tendo como base a proximidade em relação à povoação de Alqueva.

<sup>2</sup> O Convénio foi celebrado a 29 de Maio de 1968. Foi aprovado para ratificação pelo Decreto-Lei n.º 48 661, de 5 de Novembro de 1968. Entrou em vigor no dia 7 de Abril de 1969 – Diário do Governo, 2.ª série, n.º 161, de 11 de Julho de 1969. O Convénio atribuiu a Portugal todo o troço do rio Guadiana entre os pontos de confluência dos rios Caia e Cuncos. Teve uma importância capital para o desenvolvimento e economia do Plano de Rega do Alentejo.

<sup>3</sup> Construído provisoriamente em volta de uma edificação debaixo de água a fim de, com o desvio desta, poder-se trabalhar em seco. Armação de madeira com que se tapa alguma coisa, e em especial qualquer construção na via pública. Ver: Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Página Editora, volume XXX, p.711.

<sup>4</sup> Ver: [www.edia.pt](http://www.edia.pt).



**Fig. 2** – Barragem de Alqueva em construção, Junho de 1997.

**Fig. 3** – Barragem de Alqueva em construção, Maio de 1998.

**Fig. 4** – Barragem de Alqueva, Junho de 2008.

mar)<sup>5</sup>. Esta dimensão faz dela a «maior barragem de Portugal» e o «maior lago artificial da Europa».<sup>6</sup> [Fig. 5]

Os objectivos gerais desta estrutura, definidos pelo *Plano de Ornamento das Albufeiras do Alqueva e Pedrogão* – POAAP – foram, fundamentalmente:

- . A constituição de uma reserva estratégica de água.
- . A garantia de abastecimento regular de água.
- . A alteração do modelo de especialização da agricultura do Sul do País.
- . O reforço da capacidade instalada para a produção de energia eléctrica.
- . A criação de potencialidades turísticas.
- . A dinamização do mercado regional e do tecido empresarial.<sup>7</sup>

O Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva – EFMA – veio também accionar outros objectivos elementares, como o combate à desertificação física e às alterações climáticas, assim como a promoção do desenvolvimento regional da sua área de intervenção. Pretendia-se oferecer às futuras gerações os recursos naturais que lhes permitiriam ter níveis adequados de desenvolvimento, emprego e qualidade de vida.

O principal motivo para a elaboração desta investigação surge precisamente a partir da observação do facto dos objectivos com impacto a nível regional e local nem sempre terem tido a melhor concretização. No entanto, parece evidente a necessidade de promover um desenvolvimento sustentado e sustentável das sociedades em torno de Alqueva e das suas estruturas urbanas; caso contrário, a barragem tornar-se-ia um mero instrumento económico nacional, que não teria em consideração aqueles que ali vivem.

Procurando então reflectir sobre a temática de identidade de uma aldeia e de uma paisagem, escolhi como objecto de estudo um local onde fosse possível identificar claramente, a partir da construção da Barragem de Alqueva, as mudanças físicas do contexto urbano, assim como a transformação vivencial dos seus habitantes. De facto, no vasto campo da albufeira do Alqueva, evidencia-se nitidamente uma aldeia que, depois do enchimento da barragem, adquiriu uma posição paradigmática na paisagem: a aldeia da Estrela.

<sup>5</sup> A empresa fornece detalhadamente toda a informação sobre as mais recentes barragens do Baixo Alentejo – como a de Alqueva, Pedrogão, etc, *Ibidem*.

<sup>6</sup> Barragem de Alqueva é designada «a maior barragem portuguesa», assim como «o maior lago artificial da Europa» devido ao facto da albufeira atingir, à cota máxima, 250 km. Ver: [www.edia.pt](http://www.edia.pt).

<sup>7</sup> Para uma descrição mais detalhada ver: POAAP – *Plano de Ornamento das Albufeiras do Alqueva e Pedrogão* – publicado no *Diário da República*, 1.<sup>a</sup> série, n.º 150, de 4 de Agosto de 2006; nele são descritos os objectivos gerais do empreendimento, e é realizada uma caracterização detalhada do projecto.

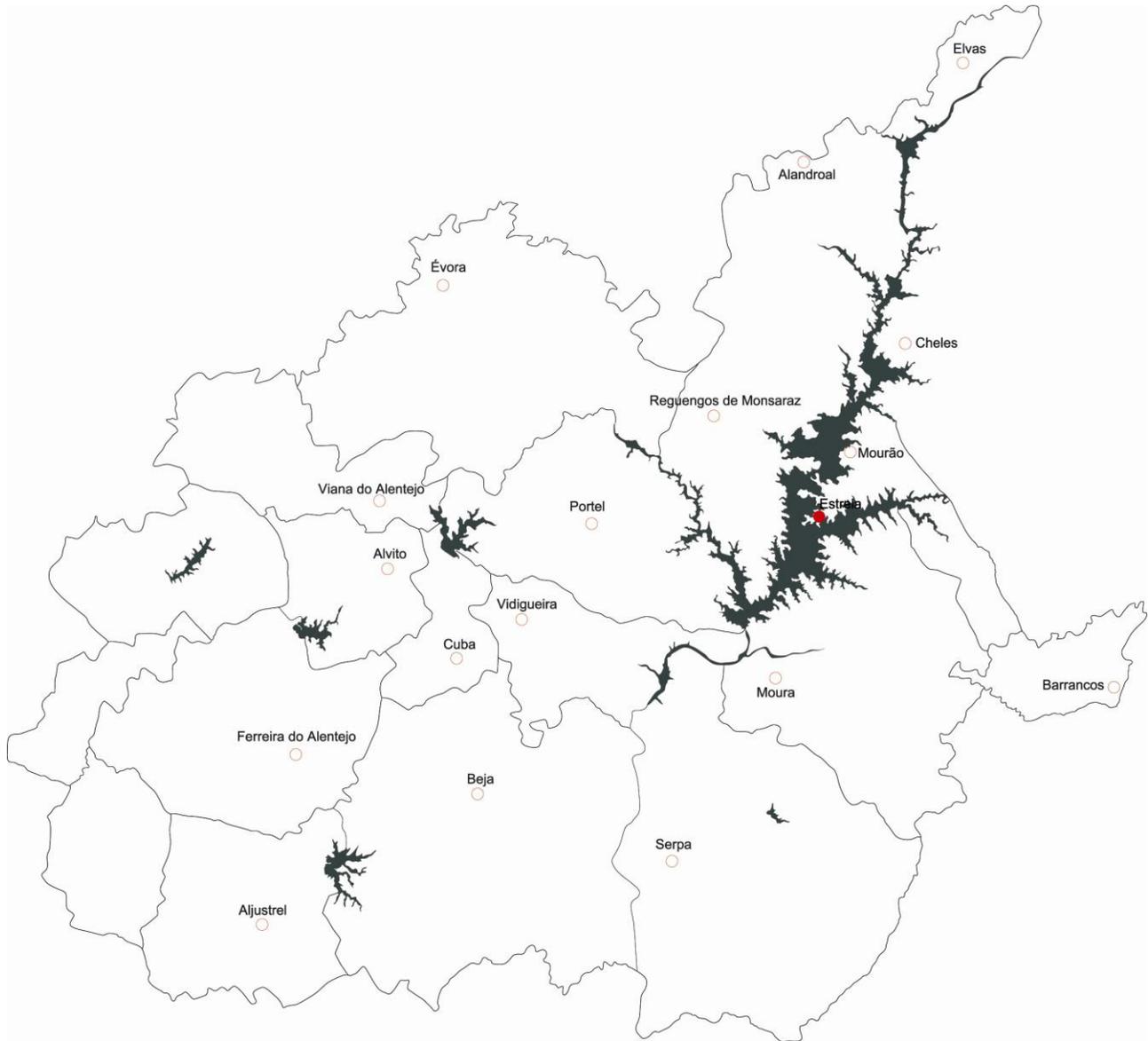


Fig. 5 – Barragem de Alqueva.

Esta pequena aldeia, caracterizada pela sua paisagem rural, localizada no interior do Baixo Alentejo, pertencente à freguesia da Póvoa de S. Miguel e ao concelho de Moura, distando 9 km da sede de freguesia (Póvoa de S. Miguel) e 24 km da sede de concelho (Moura) [Fig. 7], apresenta pouco mais de uma centena de habitantes. Em 2002 eram 125; hoje, segundo os residentes, serão menos, contrariando um dos objectivos lançados pelo empreendimento de combater a desertificação populacional.

Ocupada desde tempos imemoráveis, o seu território apresenta marcas desde o período Paleolítico. Com uma estrutura urbana bastante simples, conseguiu «sobreviver» às águas de Alqueva graças à sua localização, numa linha de fecho, pouco acima da cota 152, limite atingível pela albufeira [Fig. 6].

É certo que a transformação da paisagem ganhou algum interesse visual, com o novo plano de água a perder de vista, com ilhas e penínsulas, dominando os matos e os matagais, tornando-se num local mais fresco e aprazível; no entanto, esqueceram-se as «gentes da terra».

#### Objectivos

Esta investigação tem como principal objectivo a análise da aldeia da Estrela nos períodos pré e pós Barragem de Alqueva, e a elaboração de uma reflexão sobre o possível desenvolvimento da aldeia, igualmente através da comparação – neste caso, com alguns casos paradigmáticos de evolução em situações de alteração paisagística semelhante.

#### Estado da Arte

Existem inúmeros estudos sobre o Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva, compreendendo o impacto que este teve no património cultural e ambiental. Existem igualmente vários estudos sobre a aldeia da Luz que, apesar de terem como base uma estrutura que sofreu uma transformação distinta à da aldeia da Estrela, relevam igualmente o impacto da barragem nas pessoas e na paisagem.

No entanto, não existem, neste momento, estudos específicos sobre a aldeia da Estrela e sobre a sua adaptação à nova condição. Todos os trabalhos realizados sobre as aldeias de Alqueva que incluem a aldeia da Estrela, elaborados pela EDIA, englobam-na no âmbito genérico das «aldeias ribeirinhas» do regolfo da barragem, observando-as apenas como ponto de desenvolvimento turístico do grande plano de água.



Fig. 6 – Aldeia da Estrela, 2004.

Para compreender a adaptação da Estrela à nova condição espacial e paisagística, foi elaborado um estudo comparativo, por temas, entre dois momentos: pré-Alqueva (1998) e pós-Alqueva (2009). Este estudo teve como base um levantamento fotográfico e cartográfico das duas realidades, a realização de pequenos inquéritos à população e decisores políticos regionais e, sobretudo, uma análise morfológica da malha urbana e paisagística, através da elaboração de vários mapas.

Criou-se, deste modo, uma base documental através da qual é possível compreender o impacto que a nova condição espacial introduziu na pequena aldeia – tanto a nível paisagístico, como urbano. Posteriormente, através da comparação com casos similares, elaborou-se uma reflexão crítica sobre o desenvolvimento da aldeia da Estrela, tratando-se de compreender como é que esta poderá conviver com a nova paisagem que a água desenha e determina.





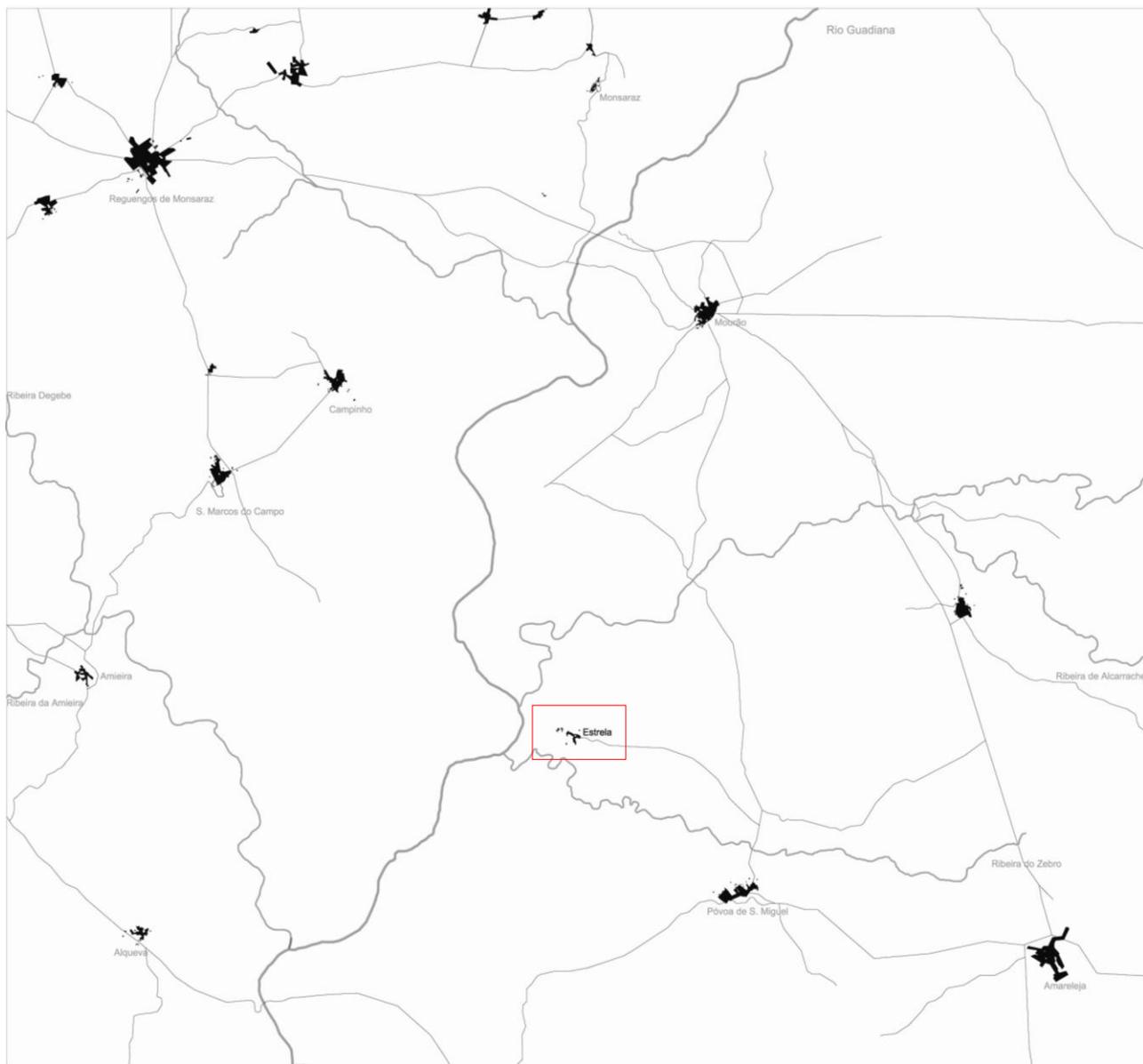


Fig. 7 – Mapa, Prê-Alqueva, 1998.

— Sistema hídrico

— Percursos

□ Estrela

## I.I. População

Não existe precisão acerca da origem da aldeia, pois em 1527 ainda não constava dos números do concelho. No entanto, sabe-se que as primeiras casas terão surgido em torno da igreja, tendo-se conhecimento que os preciosos frescos da capela-mor remontam ao séc. XVI. É nesta altura que surgem os primeiros dados sobre o número de habitantes, época em que a aldeia apresentava 8 fogos – cerca de 32 habitantes.<sup>8</sup> Contudo, na área da freguesia da Póvoa de S.Miguel registam-se vestígios de ocupação que vão desde o período Paleolítico até ao domínio Islâmico.<sup>9</sup>

Mas é com o contacto directo com a calorosa população da Estrela, que temos oportunidade de conhecer mais sobre a sua história, que, por vezes, não está registada. É na conversa com a população, eventualmente com os mais idosos – os que conhecem a terra como se fosse uma extensão da sua casa, que recordam a sua forma anterior, a sua textura e os seus cheiros –, que nos apercebemos que esta pequena aldeia já foi sede de freguesia, que houve anos de prosperidade e desenvolvimento. Os habitantes contam orgulhosos que houve tempos em que a Estrela tinha tantos habitantes como Moura. No entanto, com o passar dos anos, e com a diminuição dos postos de trabalho e dos meios de subsistência, foi crescendo o fenómeno da emigração. As «gentes jovens» começaram a partir para a Suíça ou para Lisboa, levando esta aldeia à desertificação.<sup>10</sup> Infelizmente, esta tendência não sofreu uma inversão após a construção da barragem.

## I.II. Caracterização biofísica e paisagística

A aldeia da Estrela localiza-se no interior do Baixo Alentejo, a 57 km de Évora. Pertence ao Concelho de Moura (sendo que a sua sede fica a 15 km) e à Freguesia da Póvoa de São Miguel (sendo que a sua sede fica a 6 km). [Fig. 7]

A análise da aldeia está directamente ligada à paisagem – não estando limitada ao espaço da comunidade (o lugar – aldeia da Estrela), mas integrando as interações que este estabelece com o território envolvente.

<sup>8</sup> Ver: [www.jfpovoasmiguel.pt/historias.html](http://www.jfpovoasmiguel.pt/historias.html).

<sup>9</sup> O site da Câmara Municipal de Moura – [www.cm-moura.pt](http://www.cm-moura.pt) – fornece informação generalizada acerca da história do seu concelho. Na freguesia da Póvoa de S.Miguel foram encontrados machados de pedra polida do Neolítico e lanças e machados do Calcolítico. Durante a ocupação romana, a freguesia pertenceu à província da Bética e, dessa época, existem bastantes marcas atestadas por múltiplos casais rústicas. Outro importante testemunho da presença humana está patente na abundância de sepulturas (cistas) descobertas pelas charruas durante os trabalhos agrícolas.

<sup>10</sup> Não existe base escrita dos elementos apresentados. As informações foram fornecidas pelos habitantes, nas longas conversas no Café Estrela e no Minimercado Banha.

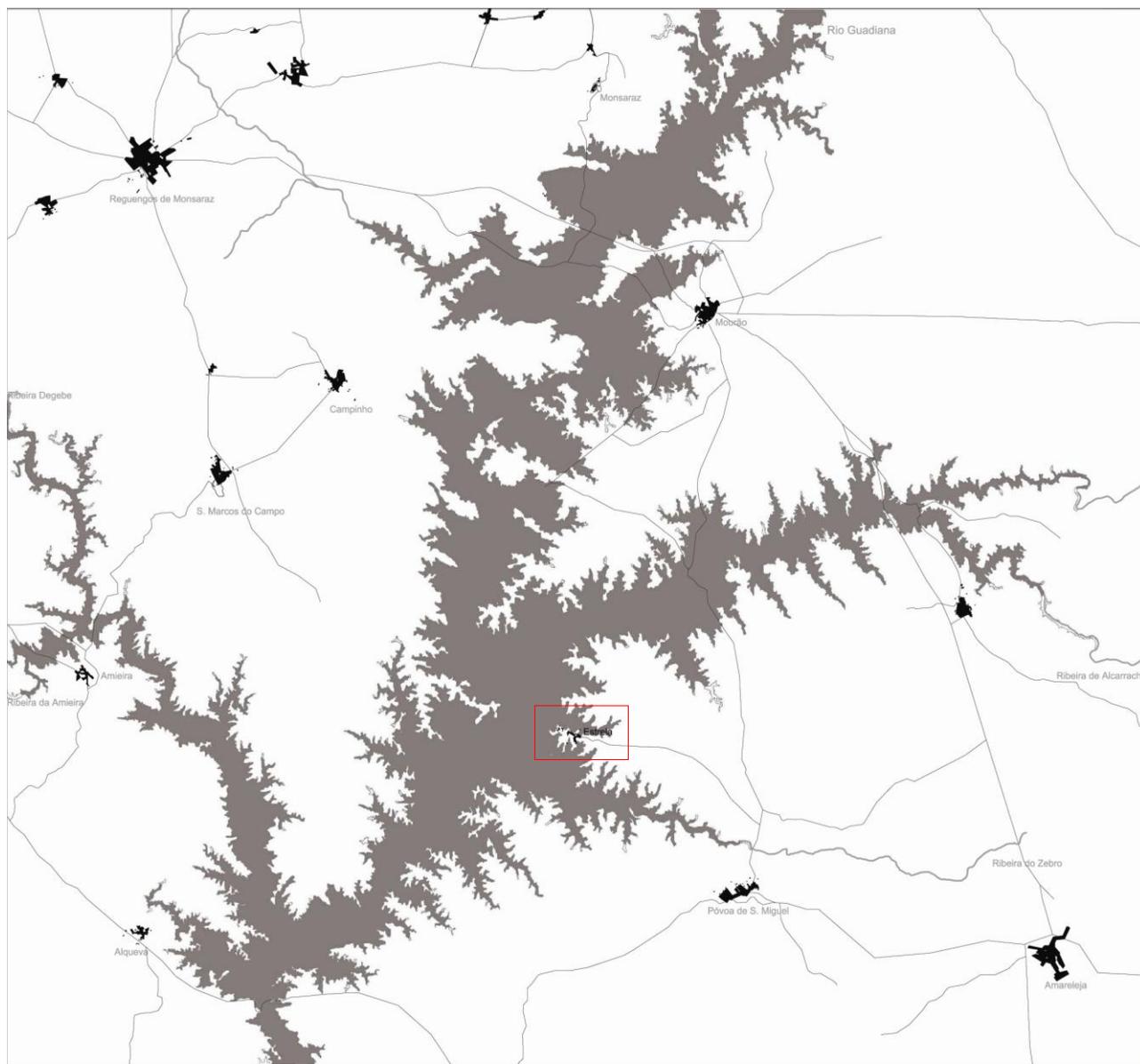


Fig. 8 – Mapa, Pós-Alqueva, 2004.

■ Barragem de Alqueva

— Percursos

□ Estrela

Antes da construção da barragem, a paisagem envolvente – tal como a constante em todo o Alentejo – caracterizava-se pela sua extensa planície ondulada onde surgiam alguns acidentes. Os campos, associados ao uso extensivo e ao domínio da grande propriedade, continham sobretudo cereais<sup>11</sup>, montados (predominantemente de azinho), pastagens naturais e, mais recentemente, vinhas e eucaliptais<sup>12</sup>. Na sua paisagem, sempre existiram enormes variações cromáticas. Estas estavam relacionadas com as estações do ano e com as mudanças climáticas, de Invernos rigorosos a Verões de temperaturas muito elevadas (a Amareleja, por exemplo, que se localiza aproximadamente a 16 km da aldeia da Estrela, atingiu 44°C a 29 de Julho de 2007)<sup>13</sup>. As variações sazonais eram reforçadas pelas distintas texturas de uma parte do coberto vegetal, bem como pelos diferentes odores que acompanhavam as estações do ano. No entanto, até ao momento, a zona envolvente à aldeia da Estrela, assim como toda a área em redor da Albufeira do Alqueva, corresponde a uma das paisagens que maiores transformações paisagísticas sofreu em Portugal, transformações estas decorrentes do enchimento da barragem.

A Estrela encontrava-se posicionada no território de acordo com uma lógica semelhante à que esteve na origem da maioria das aldeias alentejanas – que se localizavam em função dos terrenos envolventes (garantindo assim a subsistência das populações e que, ao longo dos tempos, foram definido a sua base económica, fundamentalmente suportada pela agricultura). A aldeia situava-se a cerca de 2 km da margem esquerda da confluência da ribeira do Alcarrache com o rio Guadiana [Fig. 7]. É fácil explicar a razão da localização da Estrela: num outeiro e perto de um rio (que garantia a água necessária para suprir as necessidades da população e do qual era possível aproveitar a corrente para vários fins, como a moagem dos cereais). Devido à sua proximidade com os recursos hídricos, a aldeia apresentou, desde sempre, uma forte relação com a água, usufruindo dela para o trabalho mas também para o lazer. Hoje, contudo, essa imediatez extremou-se; apenas possui escassos metros até à margem «do Grande Lago» [Fig. 8].

### I.III. Estrutura morfológica

Esta pequena estrutura caracterizada por um tipo de aglomerado característico da região – aglomerado concentrado –, instalada sobre uma linha de fecho, era constituída por uma malha bastante simples, definida por uma

<sup>11</sup> Actualmente em fase de rápida substituição, sobretudo por forragens e pastagens.

<sup>12</sup> Ver: *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*, pp. 57-60, 85-90. A paisagem do Alentejo caracteriza-se igualmente pela predominância da vegetação ripícola que acompanha as linhas de água. Contudo, tal não acontecia junto à Aldeia da Estrela, pois as margens do rio Guadiana, assim como as dos seus principais afluentes (Degebe, Lucefecit e Ardila), sempre se distinguiram por serem uma excepção

<sup>13</sup> A informação acima referida foi retirada do site do Instituto de Meteorologia, IP Portugal – [www.meteo.pt/pt/](http://www.meteo.pt/pt/).

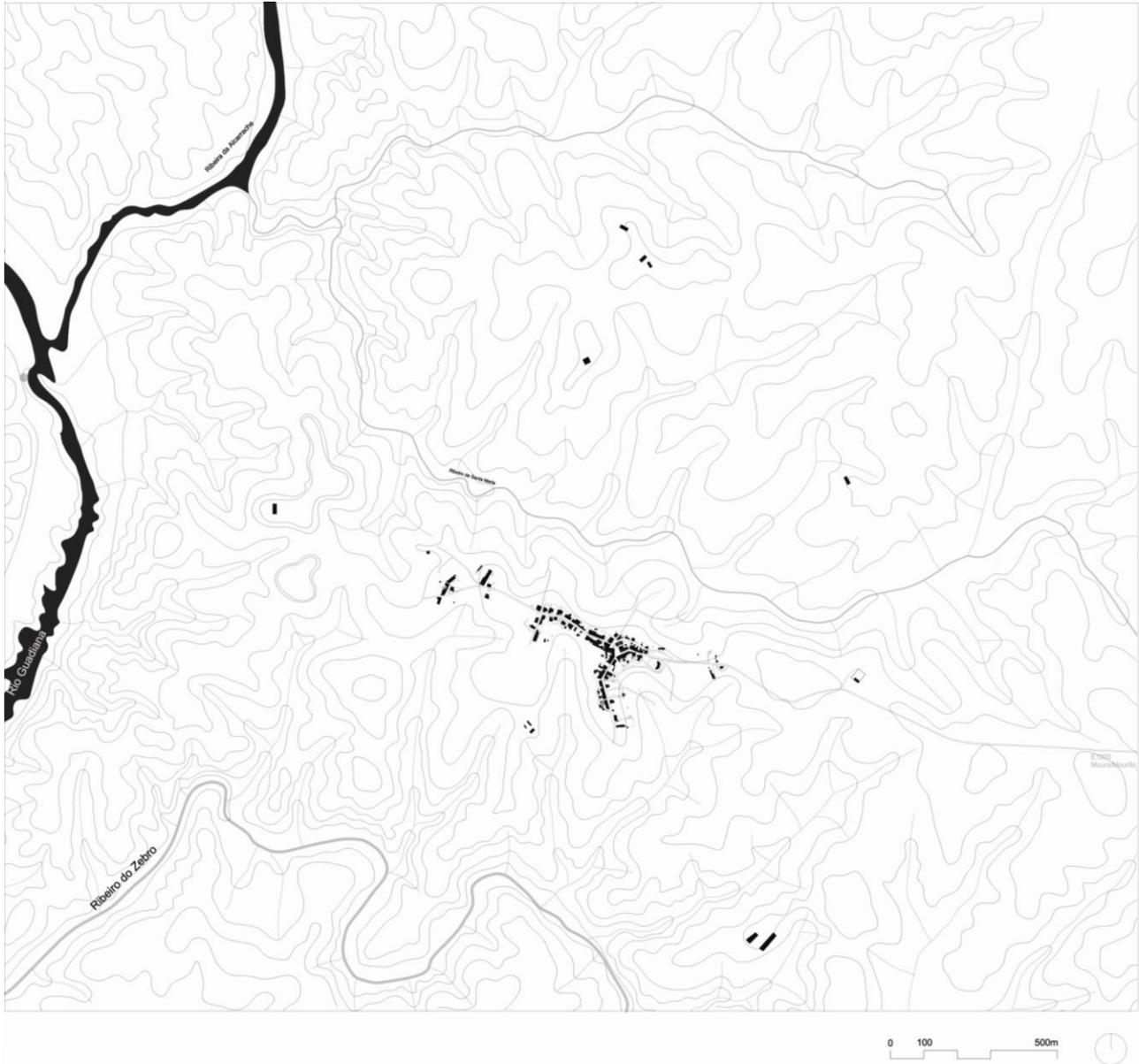


Fig. 9 – Sistema hídrico, Pré-Alqueva, 1998

rua principal, que ligava ao Moinho dos Meirinhos – Rua da Paneira e Rua dos Meirinhos, atravessando o Largo 1.º de Maio, onde se situa a igreja matriz –, e cinco pequenos «braços» – Rua de Sta. Maria, Rua Nova de Moura, Rua da Boa Vista, Rua da Parreira, Rua do Catado –, caracterizadas pela continuação da habitação no espaço de cultivo adjacente [Fig. 1]. Depois da construção da barragem, e passados sete anos de alteração paisagística, observamos que não houve qualquer adaptação da morfologia da aldeia ao novo contexto espacial. A sua malha urbana não se desenvolveu: tornou-se numa pequena península entre os vales das antigas ribeiras de Zebro e Alcarrache. Perante a enorme transformação paisagística a que foi sujeita, a aldeia apenas perdeu testemunhos do tempo, da história e da rede de costumes e hábitos diários – exemplos disso são o moinho e o cemitério (este último, trasladado em 2003). Durante anos e ainda hoje, apenas foram desenvolvidas infra-estruturas ligadas ao recreio náutico e à animação turística.<sup>14</sup>

#### **I.IV. Identidade da aldeia**

Da interpretação da aldeia salientam-se determinados elementos que marcam a sua identidade. Trata-se de elementos naturais – aqueles que provêm da natureza sem intervenção directa do homem –, e culturais – os que surgem, pela intervenção do homem, como marcas no território, realizadas ao longo dos tempos.

##### **I.IV.I. Elementos naturais**

###### Sistema hídrico

«Como qualquer rio, e numa zona onde ele era fonte de água e de vida, o Guadiana fez ao longo de milénios parte das vivências das populações que habitaram as suas margens: pescadores, moleiros, barqueiros, pisoeiros, contrabandistas. O rio de grande caudal no Inverno transformava-se num frágil curso de água no Verão, referido no feminino como “a ribeira”, e os ritmos de vida adaptavam-se ao ciclo anual.»<sup>15</sup>

<sup>14</sup> Cláudia Macedo Faria, *Opinião sobre o Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva*, Outubro de 2005. Em <http://cie.fc.ul.pt/membrosCIE/cgalvao/disciplinas/projectoalqueva/claudia.doc>.

<sup>15</sup> Clara Saraiva, *Luz e Água: Etnografia de um processo de mudança*; volume 2. Lisboa: EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A., 2005, p.27.

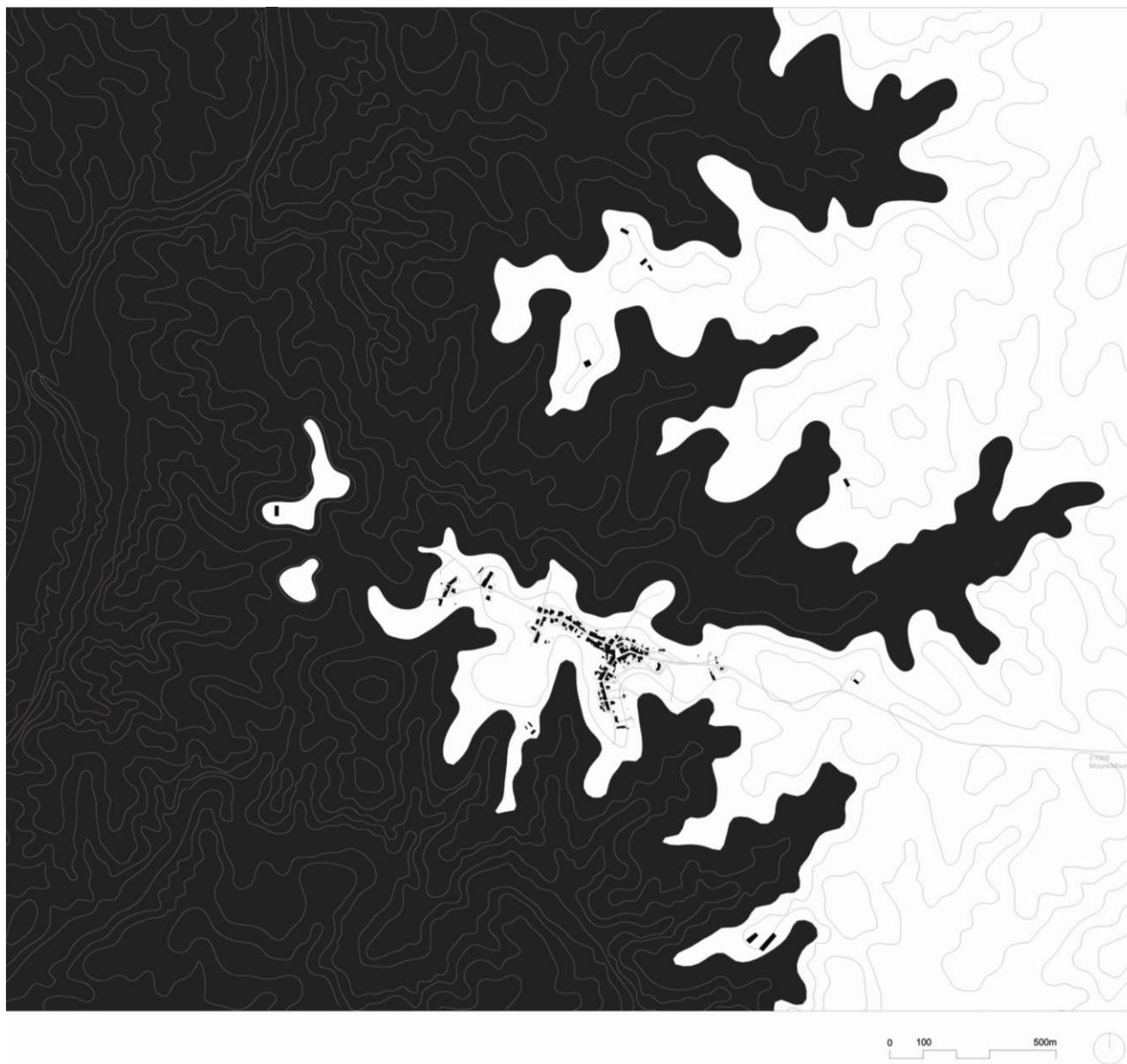


Fig. 10 – Sistema hídrico, Pós-Alqueva, 2009.

■ Barragem de Alqueva

Entre outros elementos naturais da região, destaca-se a transformação do rio Guadiana e seus afluentes – Pré-Alqueva [Fig. 9] – no enorme plano de água – Pós-Alqueva [Fig. 10].

Apesar da distância entre a Estrela e o rio, os seus populares retiravam deste o maior benefício possível, associando este decurso de água a inúmeras actividades mantendo consigo uma forte relação, hoje apesar da proximidade da água ao aglomerado, inúmeras actividades rotineiras desapareceram, outras começam a se estabelecer.

## I.IV.II. Elementos culturais

### Limites

Aldeias como a Estrela, que subsistem devido à relação próxima com o campo, não têm o seu limite coincidente com a construção habitacional; perante esta convicção, tornou-se impossível determinar este limite sem o auxílio daqueles que gerem a aldeia e os seus campos.<sup>16</sup> Com base no diálogo – apesar de alguma divergência de ideias e opiniões – foi possível determinar dois limites: um primeiro, mais próximo das habitações (que alberga os designados quintais<sup>17</sup>), e um mais abrangente (que engloba as terras de maior cultivo, mas que ainda faz parte do limite espacial da aldeia porque são terras de trabalho familiar) [Fig. 11].

Os quintais são espaços de pequena dimensão, variando consoante as posses da família. É nestes espaços, de cultivo diversificado, que os proprietários obtêm grande parte dos mantimentos básicos, fazendo destes hortos espaços importantes para a subsistência económica de cada família. As terras de maior cultivo, por sua vez, caracterizam-se por apresentarem maiores dimensões – embora, tal como os espaços anteriores, variem consoante a situação económica de cada família. Ainda que tratando-se de campos de maior cultivo, só os membros de cada família aí trabalham. É daí que provêm, para além de alimentos que garantem a subsistência, uma maior quantidade de produtos que são vendidos. Assim sendo, é possível determinar que estes espaços, que abrangiam uma área aproximada de 400 000 m<sup>2</sup>, tinham uma importância relevante para a subsistência da aldeia e para a economia interna dos seus habitantes.

<sup>16</sup> Através de um inquérito a vários populares, em especial com à Sra. Inácia Banha, proprietária do minimercado Banha, e à Sra. Margarida Pereira e ao Sr. António da Conceição Pereira, representantes da Associação de Moradores da Estrela, com sede na Junta da Povoia de S.Miguel.

<sup>17</sup> Quintal: pequeno terreno, com jardim ou horta, junto a uma casa de habitação. Ver: Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Página Editora, volume XXIV, p.99.

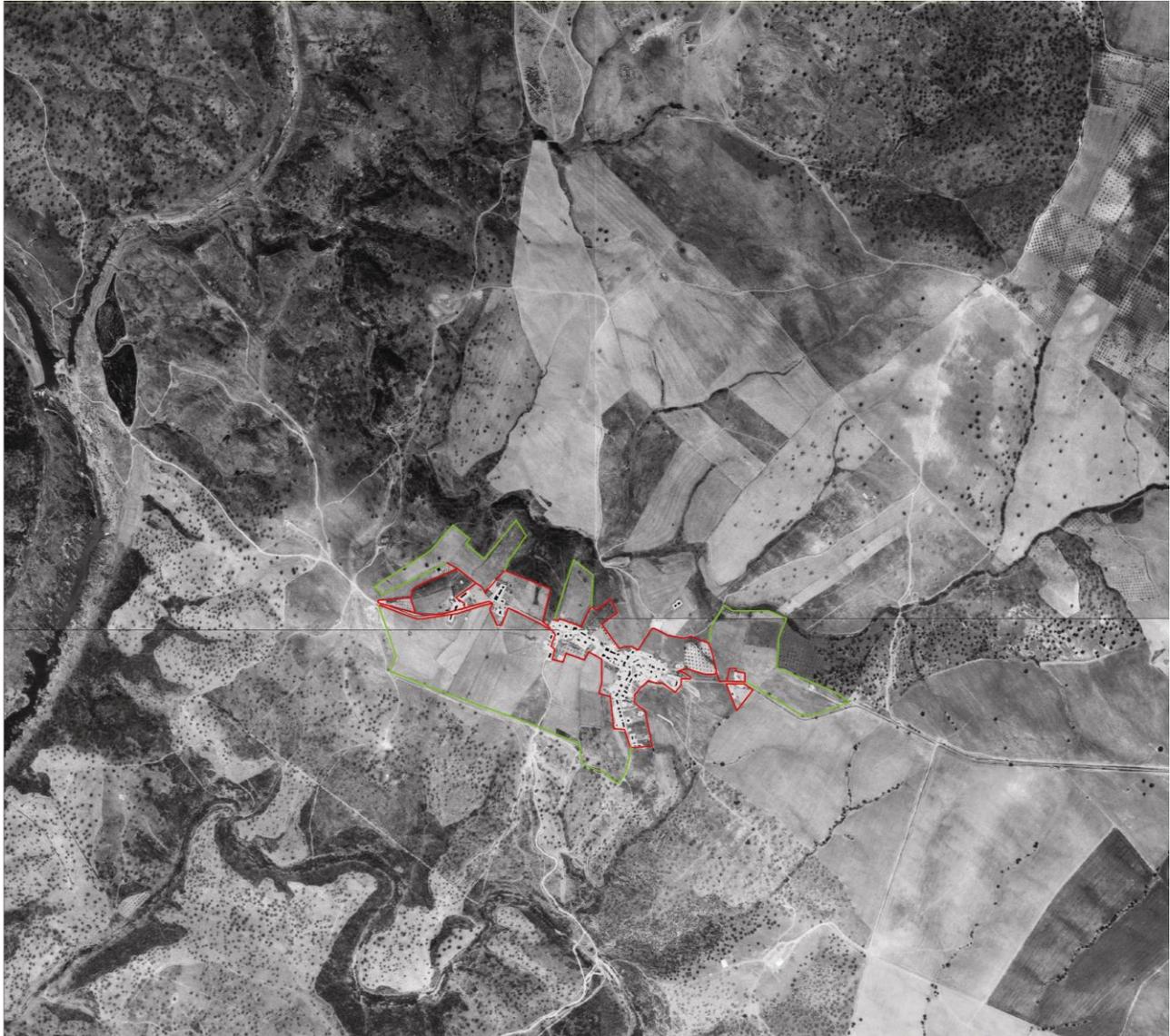


Fig. 11 – Limite, Pré-Alqueva, 1998.

— Limite dos quintais

— Limite das terras de maior cultivo

Com a albufeira de Alqueva, este limite espacial da aldeia foi apagado e a vida quotidiana dos aldeões drasticamente alterada [Fig. 12]. A água alcançou os espaços que determinavam a vida quotidiana dos habitantes, trabalhadores do campo, habituados ao trabalho árduo desta terra que lhes dava alimento e rotina – para muitos, a sua razão de viver.<sup>18</sup>

### Moinhos

«Na paisagem quase deserta das margens do Guadiana, surgem de quando em quando pequenas construções que exprimem as funções dum primitivo aproveitamento da força da corrente das águas do rio.»<sup>19</sup>

Num levantamento elaborado pela EDIA, publicado no livro *Guadiana/ Alqueva – Os Moinhos do Guadiana* –, indica-se a existência de 154 moinhos, nas margens do rio Guadiana e nos seus afluentes [Fig. 13]. A datação destas estruturas não é exacta; existem vestígios de gravuras que revelam a presença romana na região, acreditando-se assim que «a introdução dos moinhos e outros engenhos movidos a água datam dessa altura, se não for anterior.»<sup>20</sup> Estas construções, únicas pelo seu método construtivo, execução e forma fazem parte de uma enorme rede ao longo do leito do antigo rio Guadiana e dos seus onze afluentes.

Os levantamentos não demonstram por inteiro o potencial destes elementos, hoje submersos. Sabe-se que, na sua maioria, eram construídos de acordo com três métodos distintos, que resultavam em diferentes estruturas.<sup>21</sup> Da mesma forma, neles se podiam distinguir três tecnologias distintas de captação de energia hídrica.<sup>22</sup> A construção dos moinhos da Estrela – Meirinhos [Fig.14] –, assim como outros moinhos, era feita através de estruturas de pedra – na

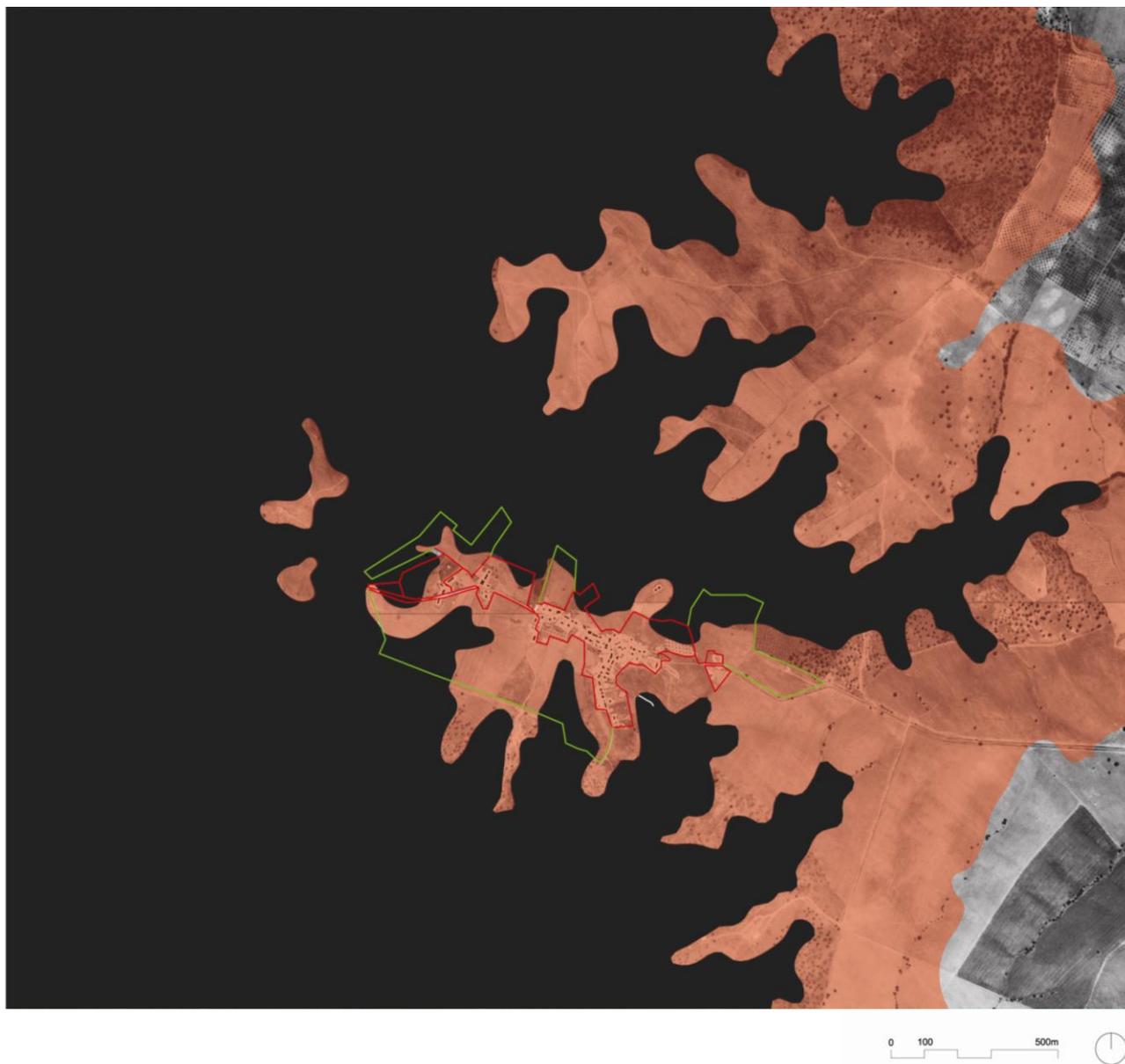
<sup>18</sup> O sentimento das gentes a terra é forte, retratada sempre nos seus costumes, assim como nos seus cantares: « [...]//Eu sou que lhes dou a terra/ A terra me esta devendo,/ A terra paga me a vida/ Eu pago a terra em morrendo!!! Eu pago a terra em morrendo/ Eu sou devedor a terra,/ Eu sou devedor a terra/ E a terra me esta devendo!», ver em <http://www.youtube.com/watch?v=sGDnyq-UR-w&feature=related>.

<sup>19</sup> Alfredo da Mata Antunes, [et al] (eds.), *Arquitectura Popular em Portugal*. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 3.ª edição, 1988, p. 112.

<sup>20</sup> Rui Guita menciona todo o contexto histórico destas construções, em António Carlos Silva e Rui Guita, *Guadiana/Alqueva – Os Moinhos do Guadiana*. Beja, EDIA, 1998.p. 17.

<sup>21</sup> O autor descreve: «A forma dos moinhos varia com três tipos básicos de cobertura usados: encontramos azenhas de cobertura temporária, moinhos de abóbada e moinhos de telhado.» *Idem, Ibidem*, p. 21.

<sup>22</sup> Rui Guita Descreve os três tipos de tecnologias encontrados nos moinhos do Guadiana: «Tal como existem três tipos básicos de moinho nesta zona podemos também distinguir três tecnologias de captação da energia hídrica.» Os quais são as azenhas, moinhos de rodízio e moinhos de rodete. *Idem, Ibidem*, p. 27



**Fig. 12** – Limite, Pós-Alqueva, 2009. ■ Faixa de protecção à albufeira, 50 m — Limite dos quintais — Limite das terras de maior cultivo

sua maioria de lajes e blocos de xisto ou de outras pedras disponíveis no local e nas quais se denotava grande mestria na utilização do material. Como era frequente nas construções do Alentejo, os moinhos distinguiam-se pela eficiência da sua construção, que deveria ser barata e resistente. O moinho dos Meirinhos era um conjunto de duas estruturas que se caracterizam pela sua cobertura em abóbada. A sua construção era feita em pedra e argamassa de cal, sendo que possivelmente poderá ter-se utilizado também a tijoleira. Os vãos e as abóbadas eram rebocados com argamassa – tanto por dentro, como por fora<sup>23</sup>. No entanto, mais do que um profundo conhecimento da construção, neles se denotava um profundo conhecimento sobre o comportamento da água. A tecnologia utilizada pelos moinhos era de rodízio: utilizava-se uma roda horizontal com penas radiais, que era impulsionada por um jacto de água e cujo movimento rotativo era directamente transmitido à mó pelo eixo vertical.<sup>24</sup>

Possuíam dois pequenos vãos de janela e uma porta. A organização espacial destas pequenas construções, marcada pela sua pequena dimensão e horizontalidade, relembra as construções habitacionais do Alentejo. Caracterizavam-se ainda pela sua resistência, assim como pelo conforto térmico obtido no seu interior – o que impulsionava a seu uso mais frequente em estações quentes –, mas foram sempre designados como importantes locais de convergência.<sup>25</sup>

Ao surgimento destas estruturas foi relacionado o aparecimento de povoações e a sua organização no território. Os moinhos do Guadiana foram produto do aproveitamento da corrente do rio para a moagem de cereais, e o seu surgimento teve um papel fulcral no desenvolvimento das estruturas urbanas próximas do rio, pois até finais do séc. XIX a actividade económica predominante foi a cerealicultura – onde os moinhos de água preenchiam boa parte das necessidades de farinhação.<sup>26</sup> A população que os construiu usou-os de facto para muitos efeitos; começando pelo reter e derivar água do curso natural para qualquer uso humano, estritamente necessário ou relacionado com o lazer, como a pesca. Utilizou também o seu potencial energético contido na fluência da água para mover outros engenhos que não o moinho, assim como outras mós, que não a de cereal. Em meados da década de 70, os últimos moleiros do Guadiana caíram em desuso, devido à utilização de novas tecnologias para o mesmo fim.<sup>27</sup> Nas últimas décadas, foram lugar de

<sup>23</sup> *Idem, Ibidem*, p. 22.

<sup>24</sup> *Idem, Ibidem*, p. 27.

<sup>25</sup> Ver: Luís Silva, *Etnografia: Moinhos e Moleiros no Alentejo Oriental*. [sem local]: Etnográfica, vol. III, 2004, p. 229.

<sup>26</sup> Denise de Brum Ferreira demonstra as transformações na paisagem do Alentejo ao longo dos séculos e a suas consequências económicas e sociais. Ver: Denise de Brum Ferreira, «Evolução da paisagem do montado no Alentejo interior ao longo do séc.XX», in *Revista Portuguesa de Geografia*, vol. 36, n.º 72, 2001, pp. 179-193.

<sup>27</sup> António Carlos Silva e Rui Guita, *op. cit.*, p. 3.

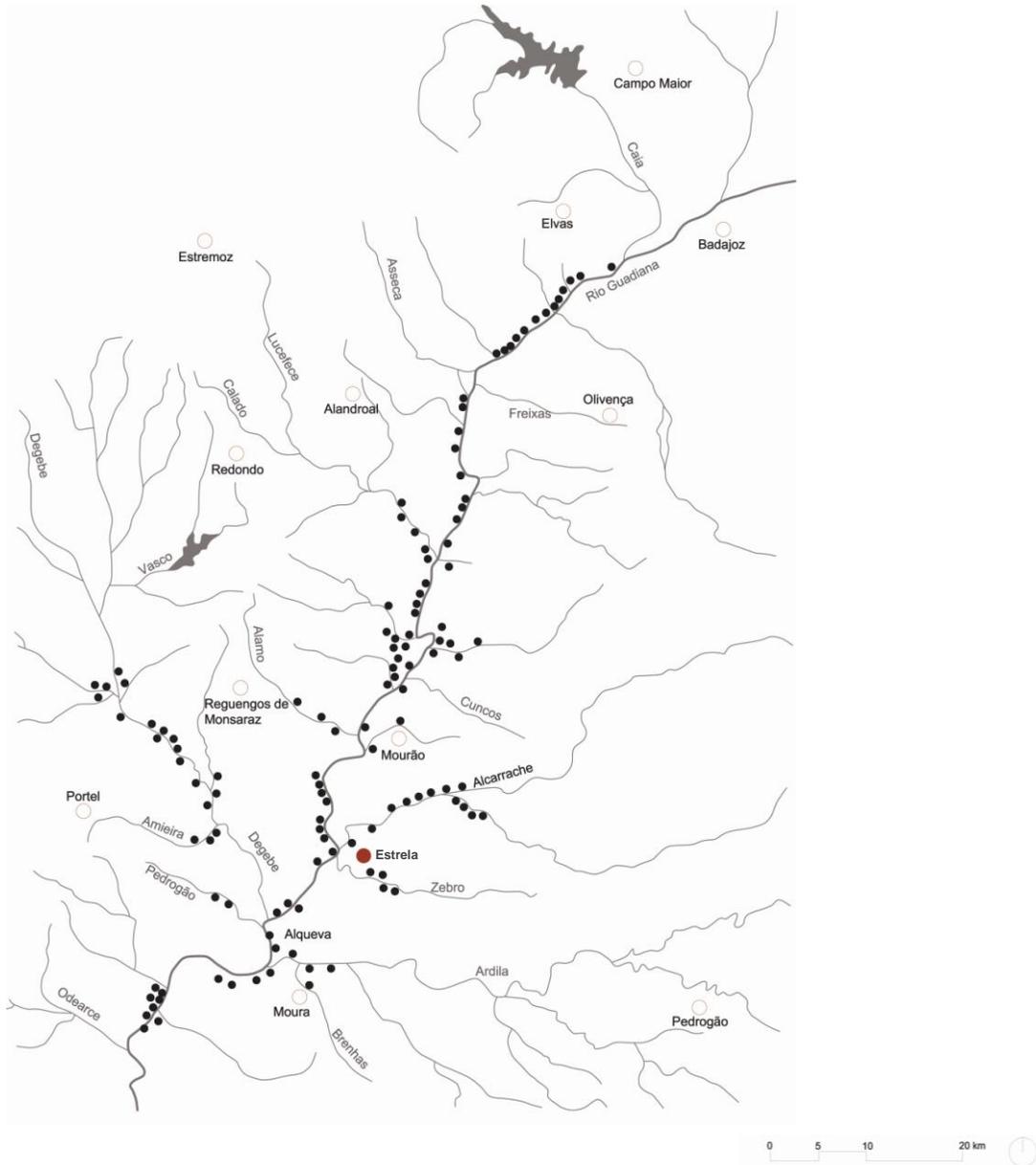


Fig. 13 – Rede de moinhos do Guadiana e afluentes, Pré-Alqueva.

● Moinhos

lazer, repouso, instalação de restaurante e local de referência para festas tradicionais. A sua utilização contínua ao longo das épocas permitiu-lhes sobreviver ao passar do tempo<sup>28</sup>.

No entanto, destes, hoje poucos restam **[Fig. 15]**.

### Estruturas hidráulicas: poços e tanques

Devido à procura de água nos solos, o território alentejano é marcado por estruturas como poços e tanques, que alimentavam campos e populações. Estas estruturas de captação de água – poços freáticos<sup>29</sup> – e de retenção de água – tanques<sup>30</sup> – eram elementos de grande importância na vida doméstica dos populares. Se, para as mulheres, a procura da água ditava parte da vida doméstica, uma vez que necessitavam de água para os seus afazeres, para os homens os campos secos necessitavam dela para serem cultivados e darem frutos. Estas estruturas espalhadas na paisagem faziam parte uma imagem que a maioria de nós tem em mente, própria desta região, e por isso parte da sua identidade.

Num raio de 2 km era possível contar 21 destas estruturas **[Fig. 14]**. Na sua maioria, envolviam a aldeia, pois tinham como finalidade abastecer os seus populares. Outras surgiam dispersas pelo território. No entanto, todas elas eram designadas a herdades e montes, e delas era retirada a água para irrigar os campos envolventes. Em muitos casos podemos mesmo observar claramente percursos que iam dar a estas estruturas, demarcando ainda mais a sua importância para o ritual dos trabalhadores. Se antes estas estruturas necessárias possuíam um carácter identificativo de marcação de campos e rituais diários, hoje, com a nova realidade, a sua função adquiriu um carácter irrisório e desnecessário. Dos 6 que sobraram após a construção da barragem **[Fig. 15]**, segundo os populares, a sua água passou a ser tão inútil como a da própria Alqueva, uma vez que «já não tem qualidade como antigamente»<sup>31</sup>.

<sup>28</sup> Os moinhos estavam expostos às fortes mudanças climáticas – invernos rigorosos e verões muito calorosos –, e esse factor acelerava o processo de degradação da estrutura.

<sup>29</sup> Poço Freático ou artesiano significa aquilo «que é aberto por meio de verruma ou broca quando se procura veio ou lençol de água subterrânea, que em virtude do equilíbrio dos líquidos se eleva, pela abertura, acima do nível do solo ou sai em repuxo». Ver: Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Página Editora, volume XXII, p.182.

<sup>30</sup> Reservatório de pedra ou alvenaria em jardim, passeio público ou quintal, para decoração ou rega. Ver: Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Página Editora, volume XXX, p.675.

<sup>31</sup> Sr.<sup>a</sup> Inácia Banha, dona do Minimercado Banha.

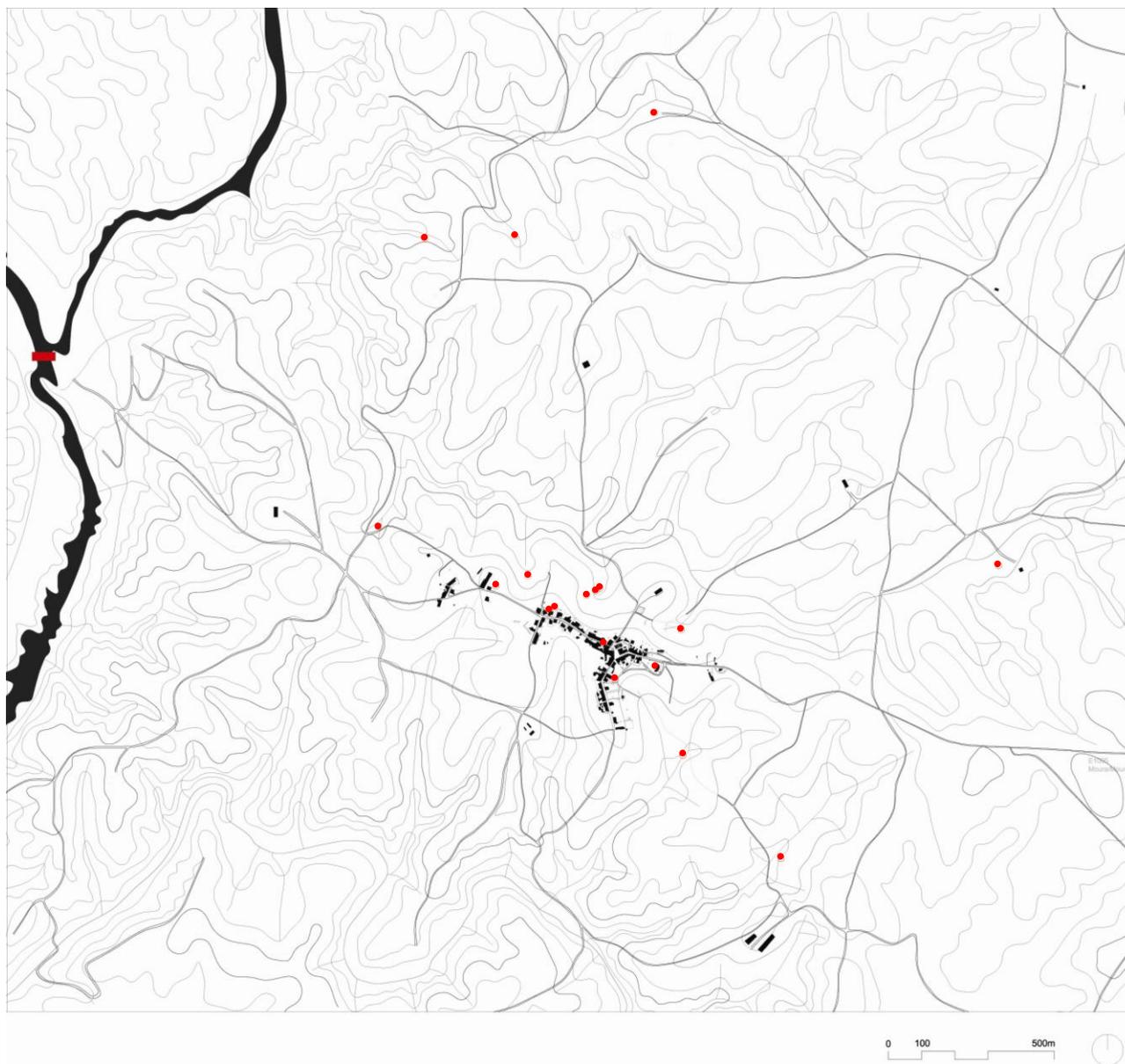


Fig. 14 – Moinho dos Meirinhos e estruturas hidráulicas, Pré-Alqueva, 1998.

■ Moinho

● Estruturas hidráulicas

«Os Montes erguem-se altaneiros, marcando a vida da terra de sequeiro. E a gadeza, tranquila, de focinho no chão, parece abandonada ao mundo das solidões.»<sup>32</sup>

Talvez os montes sejam os elementos mais simbólicos do processo de humanização da paisagem alentejana, marcando e prolongando a expressão do tempo no espaço de habitar e no espaço cultural geográfico. A sua construção evidencia a horizontalidade, de estruturas simples e poucos vãos, «assentadas» nos outeiros das planícies a desaparecerem no horizonte. Constituem um rico mapa dos elementos de uma paisagem cultural geracionalmente construída.

Os montes foram determinantes em inúmeros factores: na economia do Alentejo, mas também na transformação das arquitecturas do meio rural, na génese de núcleos urbanos, na estruturação da paisagem, nas hierarquias do trabalho, nas relações sociais e familiares, no ciclo das estações do ano, no falar e no cantar, no sonho das mulheres e dos homens do Alentejo. Estas estruturas eram centros de exploração de uma herdade: o monte era entendido enquanto edifício ou conjunto de edifícios-sede de uma herdade.<sup>33</sup> O monte não é apenas um edifício ou um local, «mas um conjunto de traços culturais e sociais muito específicos desta região».<sup>34</sup>

Na envolvente da aldeia da Estrela, mais precisamente num raio de 3km, existiam 21 montes [Fig. 16]. 17 destes, subsistiram às águas do Alqueva; os restantes 4 desapareceram – Monte da Casa, Monte do Pavilhão, Monte das Farias e Monte dos Alpendres [Fig. 17]. Cerca de 9 montes não se encontram ligados às terras que os fizeram surgir, muitos deles, à semelhança do que aconteceu à aldeia, ficaram cercados pelas águas, embora ainda unidos a terra; outros, como o Monte Novo, tornaram-se ilhas isoladas, onde apenas chegam os barcos. [Fig. 20]

Nesta condição de edificado numa ilha, o monte deixa de ser monte, perde a sua identidade, pois a sua função não é mais a base da sua existência. O monte, que funcionava a partir da condição da vida rural, agora é apenas um monumento inalcançável. A característica de só ser mantido para ser vislumbrado torna-o artificial, e ainda mais desenquadrado da vida dos habitantes. Poucos habitantes são aqueles que lá vão, devido à impossibilidade de transporte. Hoje quem lá vai, são os turistas em barcos de lazer.

<sup>32</sup> Maria João Lança, *Olhar o monte alentejano a pretexto do Alqueva*; Beja; EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A., Maio de 2007, p. 29.

<sup>33</sup> *Idem, Ibidem*, p. 57.

<sup>34</sup> *Idem, Ibidem*, p. 57.

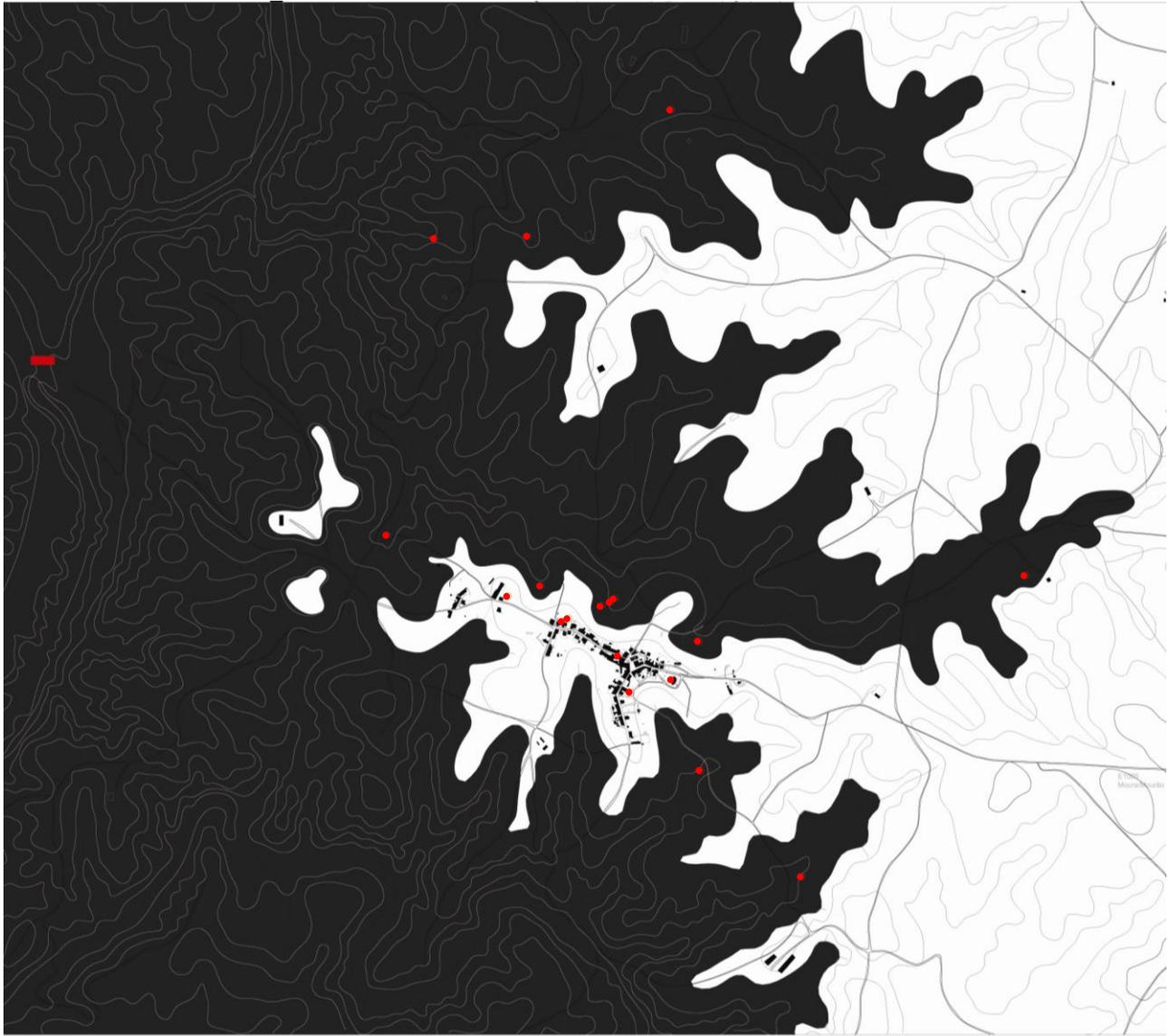


Fig. 15 – Moinho dos Meirinhos e estruturas hidráulicas, Pós-Alqueva, 2009.

■ Moinho      • Estruturas hidráulicas

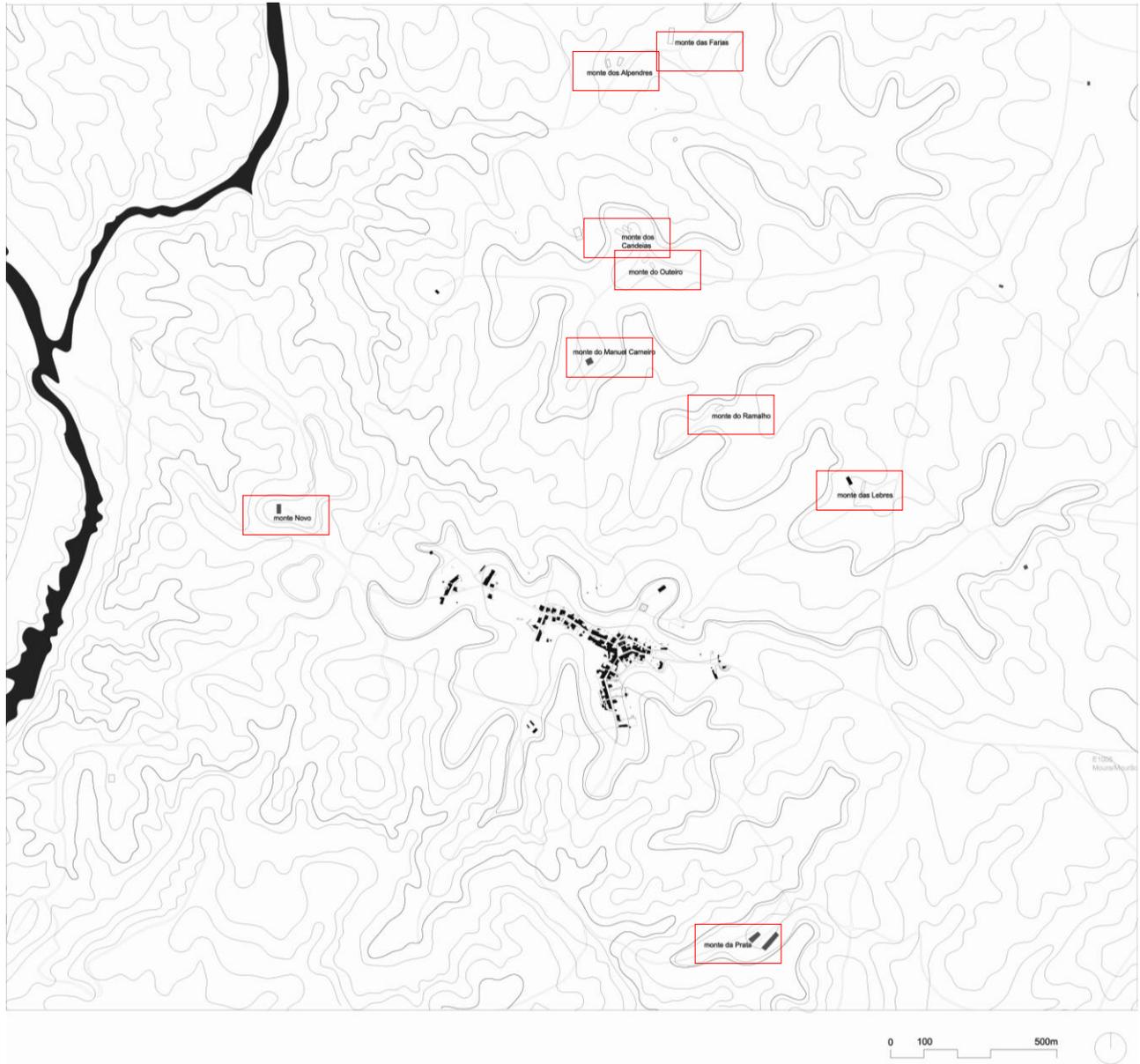


Fig. 16 – Montes, Pré-Alqueva, 1998.

Montes

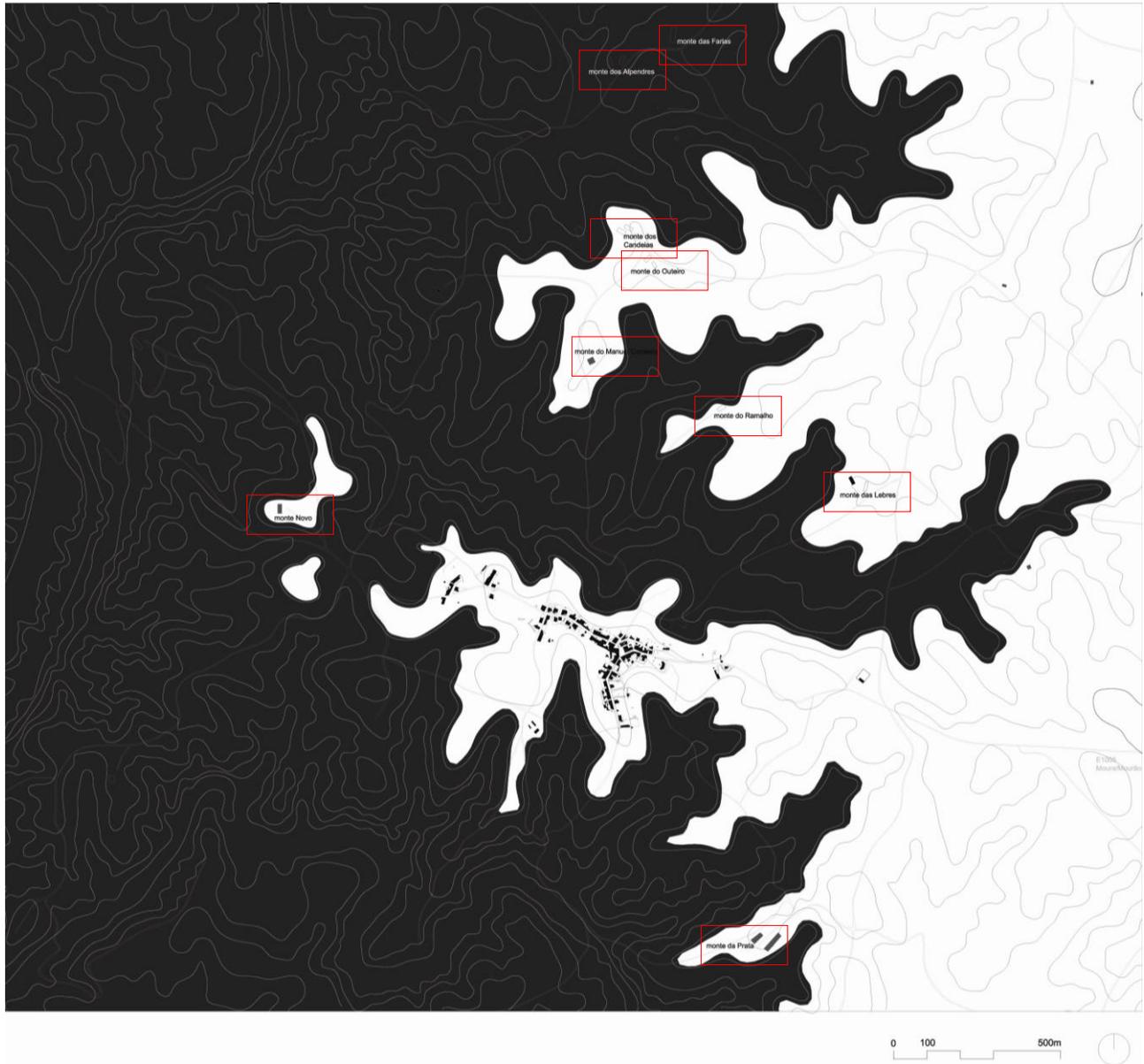


Fig. 17 – Montes, Pós-Alqueva, 2009.

Montes

Devido à sua localização, nos outeiros, muitos foram poupados às águas do Alqueva. Contudo, tanto a sua localização no território, como a sua função, foram alteradas. Outrora marcos das planícies, hoje vislumbram-se à distância nas ilhas, isolados da terra e das suas gentes.

### Cemitério

«Mexer na comunidade dos mortos foi também tocar na memória sagrada de uma aldeia, que ultrapassou os restos mortais individualmente identificados que foram trasladados.»<sup>35</sup>

Numa pequena aldeia do Alentejo, onde o quotidiano é dividido entre rituais profanos e sagrados, o cemitério tem um sentido que, para além de ser simbólico, é afectivo.

A localização do antigo cemitério, no limite da cota 152 [Fig. 18] – cota máxima da albufeira de Alqueva, – não antevia a sua transladação para outro local. Segundo os moradores, a primeira proposta não terá sido a sua mudança, mas uma solução construtiva que impediria a chegada da água ao «solo sagrado». Entre avanços e retrocessos, foi finalmente a decisão dos populares que prevaleceu, «fizemos um abaixo-assinado para se mudar o cemitério»<sup>36</sup>. Apesar do que se assemelha a uma violação de privacidade para os populares, principalmente para os mais idosos – pois este «remexer» de recordações e sentimentos, simbolizou para muitos a repetição do sofrimento vivido há tempos – todos os populares concordaram em mudar os seus defuntos para um «local seguro» [Fig. 19 e 21].

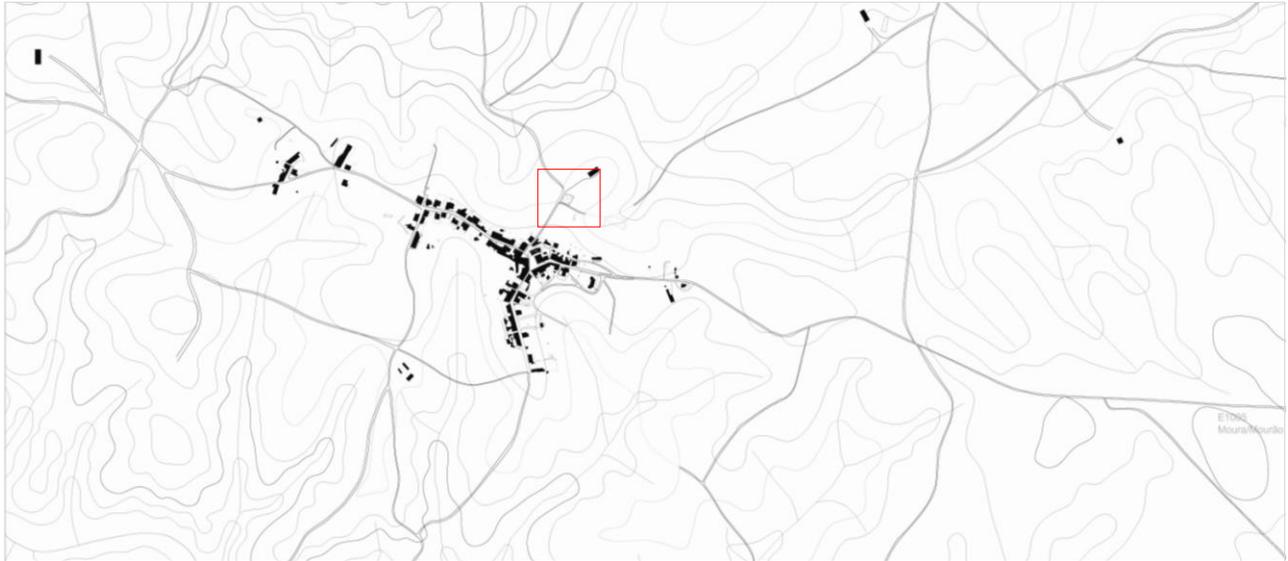
### Igreja

«Uma aldeia. Uma igreja. Uma identidade própria criada e recriada num diálogo multissecular entre o temporal e o espiritual.»<sup>37</sup>

<sup>35</sup> Clara Saraiva, *Luz e Água: Etnografia de um processo de mudança*; volume 2. Lisboa: EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A, 2005, p.237.

<sup>36</sup> Sr.<sup>a</sup> Inácia Banha, dona do minimercado Banha, em frente do largo da igreja. É o local de preferência para as senhoras da terra.

<sup>37</sup> Ver em Clara Saraiva, Benjamim Pereira e Maria João George, *Museu da Luz: Aldeia da Luz*. Luz, EDIA, S.A, Novembro de 2003, p.29.



**Fig. 18** – Cemitério, Pré-Alqueva, 1998.

**Fig. 19** – Cemitério e casa Mortuária, Pós-Alqueva, 2009.

Como já foi referido anteriormente, «sabe-se que as primeiras casas terão surgido em volta da igreja, tendo-se conhecimento que os preciosos frescos da capela-mor remontam ao séc. XVI»<sup>38</sup>. Será por esta razão que a igreja é o elemento primordial da malha da aldeia e da sua identidade.

Nesta igreja existiram duas irmandades: a de Nossa Senhora do Rosário e a do Santíssimo Sacramento. A igreja pertenceu ao Bispado de Évora até 1700, altura em que passou para o Bispado de Beja. Situada ao centro da malha urbana, enquadrada num pequeno largo que lhe adensa um sentimento de superioridade e sagrado, esta pequena estrutura de uma só nave, portal de mármore e fachada encimada por um frontão triangular, integrava-se perfeitamente, devido ao seu carácter arcaizante e sóbrio, nas tipologias construtivas das igrejas alentejanas deste período. O espaço

circundante da igreja conjugava o sagrado e o profano: era o espaço onde os populares se concentravam para as mais variadas actividades, fazendo desde local ponto de convergência e divergência da aldeia.

Embora o antigo traçado do percurso quotidiano na aldeia que passava defronte da igreja tenha perdido a sua importância [Fig. 22 e 23], a igreja continua a ser o marco de organização da aldeia. Esta sofreu uma reabilitação na cobertura, que se caracteriza por ser uma construção em estrutura de madeira apoiada, projectada pelo Arquitecto Nuno Lopes. O seu volume branco, que denuncia as inúmeras camadas de cal pela textura das paredes, relembra que esta continua intacta graças ao esforço dos populares que cuidam dela como se fosse um pouco de todos [Fig. 24].

<sup>38</sup> A Câmara Municipal de Moura disponibiliza, no seu site – [www.cm-moura.pt](http://www.cm-moura.pt) – toda a informação sobre todo o seu concelho, desde factos históricos à informação actualizada.



**Fig. 20** – Monte Novo, 2009.

**Fig. 21** – Cemitério e Casa Mortuária, 2009.



**Fig. 22** – Planta de localização da Igreja de N.ª Senhora da Estrela, Estrela, 2009.

**Fig. 23** – Planta de implantação da Igreja de N.ª Senhora da Estrela, Estrela, 2009

**Fig. 24** – Igreja de N.ª Senhora da Estrela, 2009.







## II.I. Projectos realizados até 2009

Desde o início de todo o projecto da Barragem de Alqueva, várias intervenções têm vindo a ser realizadas ao longo da sua albufeira. Foram construídas aldeias de raiz – como a nova aldeia da Luz –, ancoradouros, pontes, cemitérios. São inúmeros os exemplos de projectos das mais variadas áreas que se verificaram durante todo o processo e que ainda se desenvolvem passados sete anos. Segundo o PE~AQUA<sup>39</sup> estas «aldeias ribeirinhas de contacto com o plano de água»<sup>40</sup>, associam as funções de contacto com o plano de água, recreio náutico e maior animação turística. São localidades de paragem e estadia, de grande vulnerabilidade ecológica, e onde se localizam preferencialmente os empreendimentos turísticos sujeitos à pressão da procura e à concentração de utilizadores. A Estrela faz parte deste conjunto de aldeias, a par com a Amieira, Alqueva, Granja, Nova aldeia da Luz e Póvoa de S. Miguel.<sup>41</sup>

No entanto, na periferia da aldeia da Estrela pouco foi realizado. Para além de ser parte integrante de estudos elementares em várias áreas, esta aldeia foi sempre incluída no conjunto das aldeias ribeirinhas da albufeira do Alqueva<sup>42</sup>, e não foi objecto de uma reflexão particular e aprofundada. Dos projectos realizados desde 2002 (início do enchimento da barragem) até 2009, destacam-se somente três intervenções:

### Ancoradouro

O ancoradouro, elaborado pela EDIA, na parte sul da aldeia, numa pequena bacia da albufeira, constitui uma estrutura de carácter provisório. [Fig. 25 e 28] Actualmente, os populares não vêem grande vantagem no pequeno ancoradouro de estrutura azul; afirmam que são poucos os barcos que ali atracam, visto os habitantes não possuem embarcações – os únicos que ali param são os pequenos barcos de receio, propriedade de empresas de turismo ou de terceiros. Para além disso, os turistas apenas se estabelecem por pouco tempo, o suficiente para «espreitar» a aldeia. A

<sup>39</sup> *Plano Estratégico de Qualificação urbana e Ambiental das Aldeias Ribeirinhas das Albufeiras de Alqueva e Pedrogão.*

<sup>40</sup> *Ibidem*, pp. 31, 220.

<sup>41</sup> A Estrela é definida como «a aldeia ribeirinha que estabelece a mais estreita relação com o plano de água da albufeira.» *Ibidem*, pp. 33, 220.

<sup>42</sup> Um dos estudos foi o *Plano Estratégico de Qualificação urbana e Ambiental das Aldeias Ribeirinhas das Albufeiras de Alqueva e Pedrogão*, de Janeiro de 2003. Este plano tem como objectivo servir de suporte e incentivo à adequação dos aglomerados às novas funções de atracção, acolhimento e enquadramento que lhe estão reservadas. Foi criado em Novembro de 2002, no âmbito do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente (MCOTA), um programa de investimento público designado AQUA – Programa de Ambiente e Qualidade Urbana dos Aglomerados de Alqueva. A gestão do AQUA é cometida conjuntamente com a EDIA, formando assim a empresa GESTALQUEVA – Sociedade de Aproveitamento das Potencialidades das Albufeiras de Alqueva e Pedrogão.



**Fig. 25** – Ancoradouro, 2009.



**Fig. 26** – Parque de merendas, 2009.



**Fig. 27** – Cemitério e Casa Mortuária, 2009.

esperança de que um cais mais elaborado e consistente se localize em águas mais profundas, possibilitando assim a atracagem de barcos de grande porte, traz aos residentes sonhos de dias de prosperidade. Por enquanto, os populares assistem, com curiosidade e sonho, de longe, aos grandes barcos cheios de turistas, com música altas, navegando pelas calmas águas de Alqueva.

### **Parque de merendas**

No lado norte da aldeia, aproveitando mais uma bacia da albufeira, criado por iniciativa da autarquia, o parque de merendas encontra-se bastante descaracterizado e abandonado. Tem pouca adesão por parte dos populares e mesmo dos visitantes; apenas eventualmente aí se dirigem os populares da Amareleja, que antigamente eram os maiores frequentadores dos moinhos da Estrela. Esta falta de adesão é justificada pelo facto do parque se encontrar desintegrado nos percursos quotidianos da aldeia e não estar incluído no percurso turístico mais comum, visto que os barcos atracam no lado oposto da aldeia, enquanto todos os edifícios comerciais e patrimoniais se encontram no seu centro. **[Fig. 26 e 28]**

### **Cemitério**

O projecto do cemitério localiza-se a este do núcleo central da aldeia. Apresenta-se como um projecto bem recebido pelos populares e um marco da sua identidade **[Fig. 27]**. Não foi possível apurar quando é que terá sido a dada precisa da transladação dos corpos. No entanto, sabe-se que o novo cemitério, assim como a casa mortuária foram projectados pelo Arquitecto Pedro Pacheco e pela Arquitecta Marie Clément, e que a cerimónia de inauguração terá ocorrido depois de Março de 2004. Apesar da arquitectura fortemente marcada pela contemporaneidade, os arquitectos conseguiram harmonizar este espaço simbólico com a paisagem envolvente, permitindo fornecer aos habitantes um novo elemento de identidade, reflectido no seu agrado, tanto pelo seu aspecto, como pela sua localização **[Fig. 28]**.

«O cemitério e a capela mortuária constituem um conjunto de dois recintos contidos por um muro contínuo de alvenaria de xisto caiado e construído num cabeço de azinheiras. Na implantação dos



Fig. 28 – Mapa de localização, 2009.

1 Ancoradouro

2 Parque de merendas

3 Cemitério

recintos uma das azinheiras é incorporada no interior do recinto da capela, como um elemento de ancoragem do cemitério, tornando o pátio de entrada da capela num importante espaço de sombra. Este gesto adquire um significado estrutural, quer no diálogo que o construído estabelece com a paisagem, quer na caracterização do espaço interior da capela construído com madeira de azinho, recuperada do corte das árvores do regolfo do Vale do Guadiana.»<sup>43</sup>

## II.II. Propostas da EDIA

Actualmente, a EDIA não elabora nenhum projecto conhecido para a Estrela ou para a sua envolvente. Nos Relatórios de Actividades da empresa não se encontra nenhuma referência a trabalhos para a zona desde o 1.º trimestre de 2008.<sup>44</sup> Esta continua integrada no estudo das «aldeias ribeirinhas da albufeira de Alqueva» e, por isso, introduzida também no turismo regional, eventualmente nos passeios de barco ou pedestres.

## II.III. Propostas da autarquia

Encontra-se em fase de desenvolvimento o Plano de Pormenor (PP) da responsabilidade da autarquia – Câmara Municipal de Moura –, executado pelos arquitectos Manuel Graça Dias e Egas José Vieira. Nele é possível observar uma rede de percursos pedonais pela linha de água que liga aos percursos internos da aldeia [Fig. 29]. Ao longo da estrutura da aldeia e do regolfo da albufeira, propõe-se a construção de habitação e de um conjunto de edifícios simbólicos, demarcando uma chegada em forma de estrela [Fig. 30].

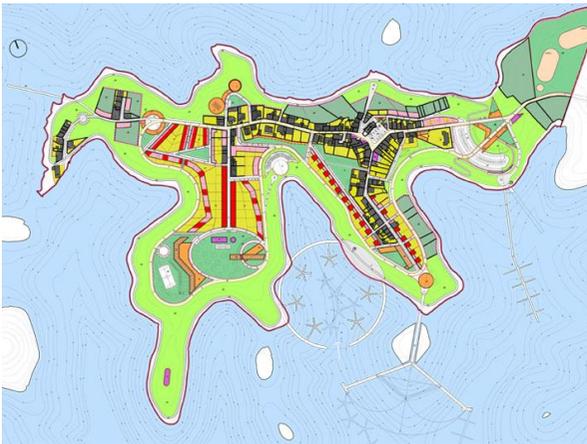
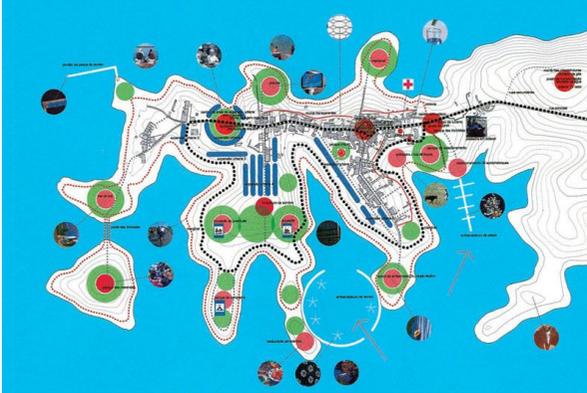
É necessário relembrar que o POAAP<sup>45</sup> designa para a Estrela cerca de 2125 camas turísticas<sup>46</sup>, devido à sua designação de área com vocação turística. Apesar de ser o máximo admissível, estamos a falar de mais de 2000 camas turísticas numa aldeia que possui menos de 125 habitantes, ou seja dezasseis vezes mais camas turísticas do que residentes em permanência.

<sup>43</sup> Excerto da memória descritiva do Arquitecto Pedro Pacheco sobre o projecto da Estrela.

<sup>44</sup> Todos os Relatórios de Actividades da EDIA estão disponíveis no site da empresa – [www.edia.pt](http://www.edia.pt).

<sup>45</sup> POAAP – Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e Pedrogão, Resolução do conselho de Ministros n.º94/2006, *Diário da República*, 1.ª série – N.º 150 – 4 de Agosto de 2006.

<sup>46</sup> *Ibidem*, p. 5551, Secção IV, artigo 34.º.



**Fig. 29 e 30** – Projecto do Plano de Pormenor, aldeia da Estrela, em elaboração desde 2004.

**Fig. 31** – Fotografia da maquete.

Apesar da discrepância numérica, não é este o factor de desagrado para os habitantes. O que mais os desanima é o facto do novo plano prever construção na zona dos seus quintais [Fig. 31]. A ideia de perder mais da sua terra, que tem tanto significado e importância para a sua vida diária, leva-os a dizer: «quando foi para a água não havia remédio, ela ia-nos tirar a terra mais cedo ou mais tarde, mas para este plano vão-nos tirar à força o que nos resta, tudo aquilo que os mais velhos conhecem»<sup>47</sup>.

<sup>47</sup> Sr.ª Inácia Banha.





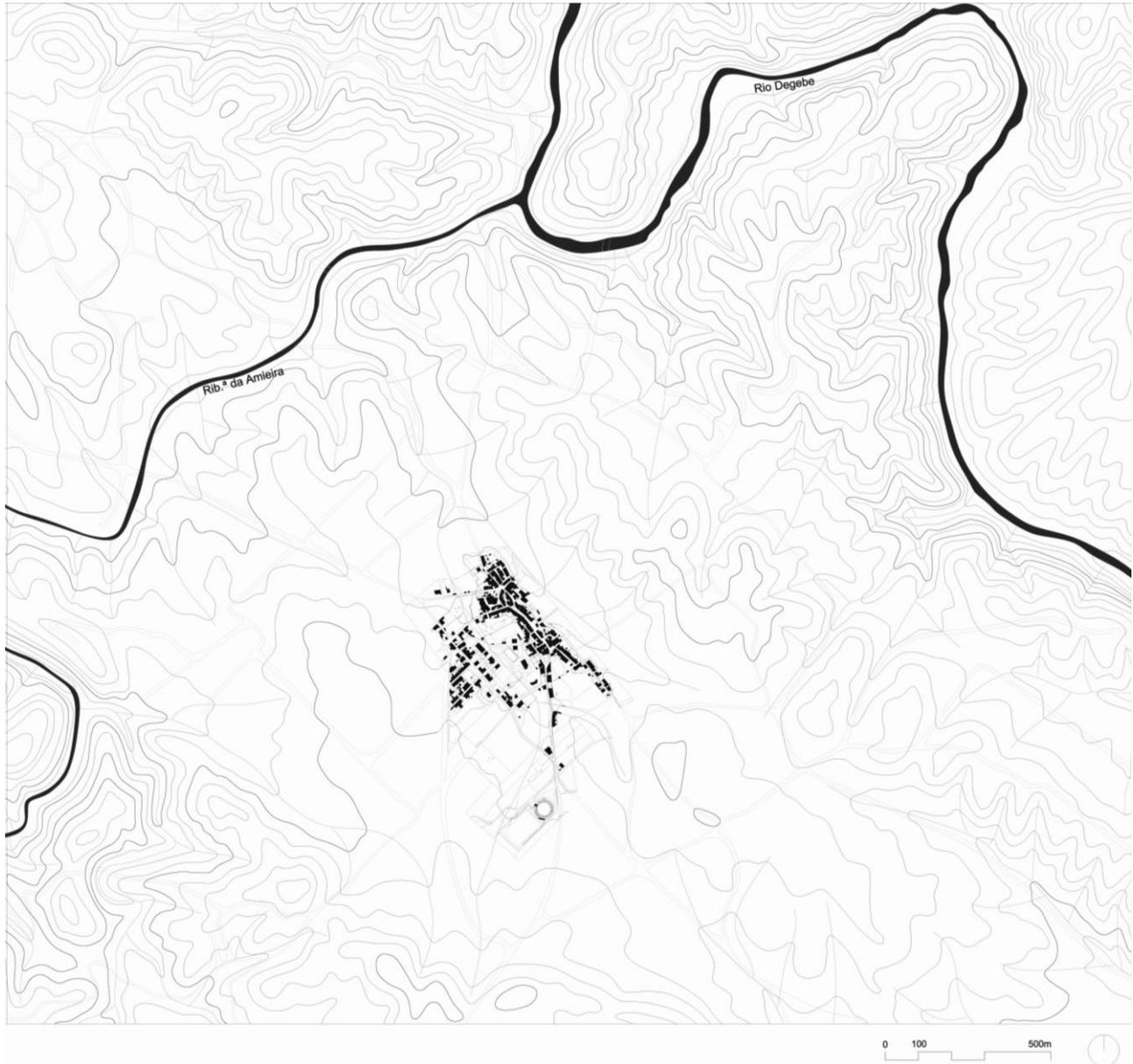


Fig. 32 – Amieira, Pré-Alqueva, 1998.

De forma a poder prever um desenvolvimento sustentado da aldeia, torna-se necessário estabelecer uma comparação com outros casos semelhantes, que têm tido um desenvolvimento consistente.

### Caso I: Amieira

A Amieira localiza-se a 15 km da Estrela, na margem direita da margem da albufeira, mais precisamente no extremo oriental do concelho de Portel [Fig. 7]. Antes do enchimento da barragem, a Amieira situava-se próxima do sistema hídrico existente, num vale entre o Degebe e a ribeira da Amieira, que tornariam aquelas terras húmidas, permitindo a abundância de vegetação própria – entre a qual os amieiros, justificando a designação da localidade a sua toponímia, que significa árvore frequente nas terras húmidas. Esta designação natural pode ter passado a identificar o lugar, juntamente com a identificação sagrada, atribuída à paróquia: Nossa Senhora das Neves da Amieira [Fig. 34].

Desconhece-se a data da fundação desta povoação, sendo que a necrópole de Nossa Senhora das Neves data da época romana e comprova a presença deste povo no território e a importância dada ao culto dos mortos. Mas no *Livro dos Bens de D. João de Portel* já se encontram referências a uma «Amieira de Moura», no ano de 1263, quando se regista a doação de herdades ao novo donatário do termo de Portel (D. João Peres de Aboim), por parte de moradores no sítio da Amieira de Moura. No séc. XIII, a freguesia de Amieira era somente um conjunto de herdades com os respectivos montes, e só posteriormente terá surgido a povoação. 5 séculos mais tarde – séc. XVIII –, a paróquia, tal como hoje, encontrava-se afastada da povoação, tendo apenas por vizinhos alguns montes, sendo que entre ela e a aldeia passava uma ribeira. A primitiva igreja paroquial de fundação medieval, já se encontrava em ruínas no princípio do séc. XVI, acabando por ser substituída pela actual em data posterior a 1534. O edifício de hoje é, também ele, resultado de profundas obras de remodelação executadas no séc. XVIII.

Com uma população de cerca de 436 habitantes (dados de 2001), a sua construção apresenta características tipicamente alentejanas. É de salientar a predominância do sistema construtivo em taipa<sup>48</sup>, o uso recorrente da cal, as construções de um só piso, com telhados de uma ou duas águas, com poucas aberturas para o exterior, e a existência quase generalizada de um logradouro adjacente à habitação. Localizada numa linha de água, a aldeia desenvolve-se nas suas colinas [Fig. 32].

Tal como a aldeia da Estrela, a Amieira também sofreu transformações territoriais devido à proximidade da albufeira de Alqueva. Ambas encontravam-se muito próximas dos recursos hídricos, o que fez com que actualmente se localizem junto à margem da albufeira.

<sup>48</sup> Informação fornecida pelo arquitecto Alexandre Gaspar, que presentemente realiza a sua tese de mestrado sobre o sistema construtivo taipa.

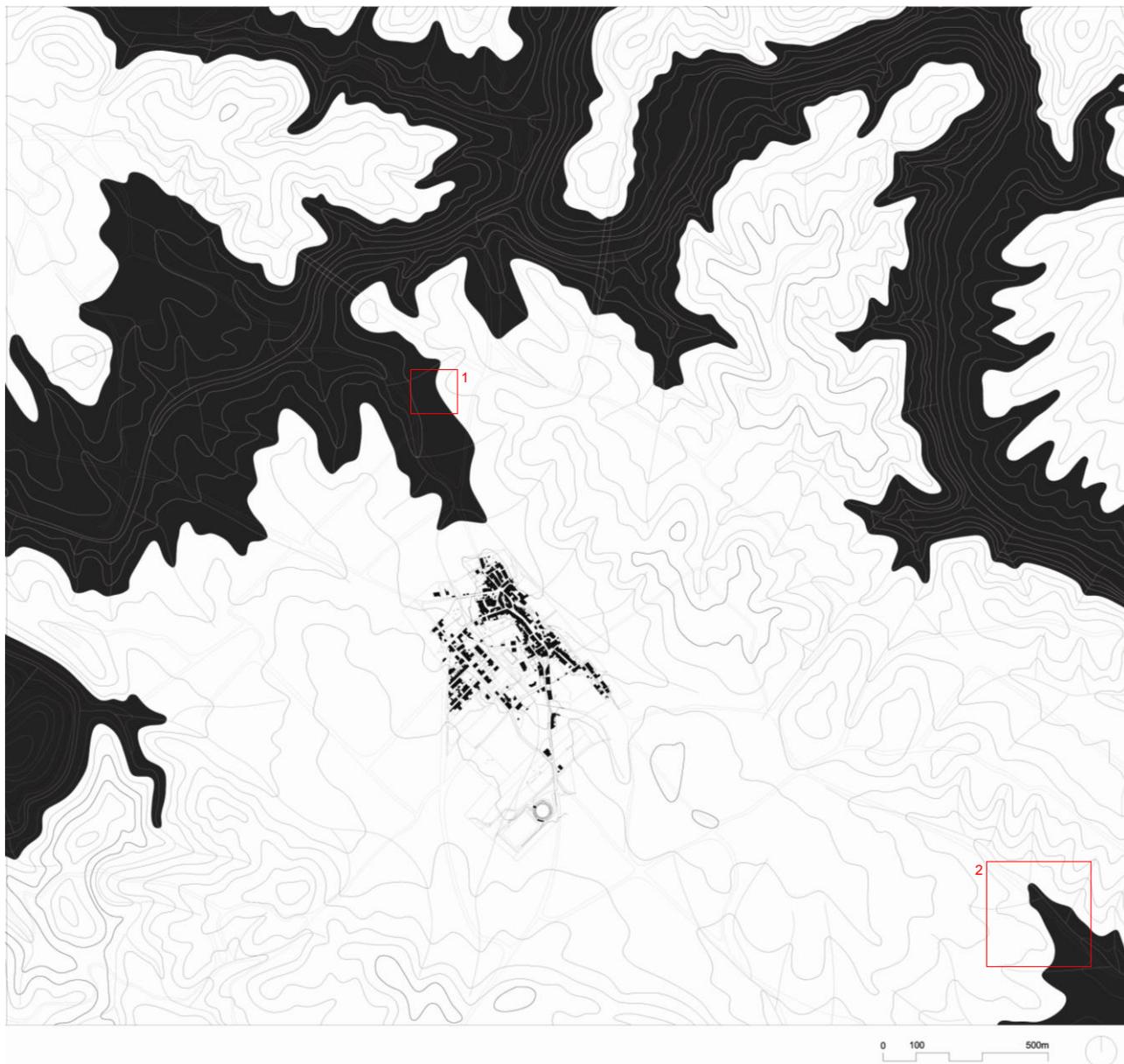


Fig. 33 – Amieira, Pós-Alqueva, 2009.

1  Ancoradouro

2  Marina

Contudo, a Amieira já possuía, antes do enchimento da barragem, uma estrutura urbana e um número de habitantes mais significativos que a Estrela. Por outro lado, a sua localização a sudoeste da albufeira possibilitou a construção de um dos acessos possíveis à albufeira, em alternativa ao acesso por Reguengos de Monsaraz, a norte, ou por Pedrógão a sul, fazendo desta aldeia não apenas um ponto sem retorno – como a Estrela –, mas um local de passagem. Para além do mais, esta aldeia possui alguns exemplos notáveis de património cultural e edificado, como é o caso da ermida de São Romão, de arquitectura maneirista e pequenas dimensões, dos séculos XVII e XIX, a Igreja Paroquial de Nossa Sr.<sup>a</sup> das Neves, dos séculos XIII, XVI, XVIII e XIX (de arquitectura manuelina e barroca, com carácter rural<sup>49</sup>) e a Ermida de Nossa Sr.<sup>a</sup> da Giesteira, do séc. XVII e de arquitectura maneirista.<sup>50</sup> Antes do enchimento, a aldeia já possuía serviços benéficos para a sua autonomização, como a Junta de Freguesia, posto médico, uma rede viária consistente. Pode-se assim concluir que esta, antes do enchimento da barragem, apresentava já características que lhe permitiriam adaptar-se mais facilmente à nova condição, e, depois, em contraste com a Estrela, tem sido alvo de um desenvolvimento mais consequente.

Foi possível salvaguardar parte dos elementos identitários da aldeia. A estrutura urbana e os locais primordiais, essenciais para a vida dos populares desta região, mantiveram-se.

De salientar é também a decisão da localização da marina<sup>51</sup>: a estrutura de maior carácter turístico da aldeia aparece afastada da sua malha principal, contrariamente à Estrela, mas perfeitamente relacionada com ela, tornando-se assim numa mais-valia para os comerciantes. Dos projectos realizados Pós-Alqueva podemos salientar também o Restaurante na marina, junto à margem da barragem e beneficiando assim da paisagem, do percurso pedonal que acompanha a margem mais próxima da aldeia, que futuramente adquirirá outra zona de restauração e lazer, e um segundo ancoradouro de menor dimensão [Fig. 33 e 36]. Pós-Alqueva foram construídas duas pontes que ligam a Amieira a Portel e a Reguengos, possibilitando-lhe ser o seu ponto de passagem entre as duas localidades. [Fig. 35]

Deste modo, a Amieira, consegue cumprir os objectivos que o projecto de Alqueva visionava, mas garantindo o bem-estar dos seus habitantes, o que é possível verificar pela sua fixação, sendo que não se verifica o abandono que se comprova na Estrela.

<sup>49</sup> Do seu traçado original apenas persiste a capela-mor, com cobertura de abóbada de nervuras e cúpula na sacristia.

<sup>50</sup> Ver: [www.cm-portel.pt](http://www.cm-portel.pt)

<sup>51</sup> Ver em [www.amieiramarina.com](http://www.amieiramarina.com). Esta é gerida pela Gescruzeiros.



**Fig. 34** – Amieira, vista sul, 2009.

**Fig. 35** – Ponte que liga Amieira - Portel, 2009.

**Fig. 36** – Vista do ancoradouro e percurso pedonal, 2009.

A estreita linha que separa Portugal de Espanha tornou-se mais ténue ainda quando um projecto, que transformou a nossa paisagem, transformou também a vida daqueles que vivem do outro lado da fronteira raiana, unindo dois países com mais um objectivo comum: a Barragem de Alqueva. Esta barragem é então considerada internacional, pois para além de abranger os concelhos de Moura, Portel, Reguengos de Monsaraz, Mourão, Alandroal, abrange igualmente terras espanholas – Olivença, Cheles, Alconchel e Villanueva del Fresno . Ambos os países tiraram partido do melhor que «O Grande Lago» podia oferecer, mas também batalharam e continuam a fazê-lo para se adaptarem à sua presença.

Cheles é a localidade espanhola mais próxima do regolfo de Alqueva, com uma paisagem semelhante à da Estrela: planície ampla a perder de vista, predominância de agricultura como base da economia, um povoamento concentrado com 1294 habitantes (em 2007) [Fig. 39].

O território de Cheles tem marcas de povoamento desde a alta Idade Média, época em que o povo muçulmano ocupava quase a totalidade da Península Ibérica. A sua primeira localização dá-se na Serra de *San Bras*, lugar estratégico onde se vislumbra todo o arredor, muito próximo do rio Guadiana. Os primeiros escritos sobre esta povoação são do início do séc. XIII, aquando a reconquista das terras ao povo muçulmano.

A sua envolvente sofreu drásticas modificações, talvez menores em comparação com a Estrela, devido à distância que a água manteve do povoamento, cerca de 2km até a margem. No entanto, tal como na Estrela, houve elementos da sua identidade que não resistiram, e outros que perduram, conservando a identidade da cidade [Fig. 38].

Entre os vários elementos primordiais da malha da cidade e do seu património podemos hoje destacar: o Palácio Senhorial dos Condes de Via-Manuel (construído no último terço do séc. XVII), a igreja de Nossa Sra. de la Concepción (datada do primeiro terço do século XVI) e três ermidas – San Goldrofe, Los Mártires e Santa Clara (estruturas dos sécs. XV e XVI). Para além destes elementos, podemos ainda destacar aqueles que a água «levou», como o moinho de Manzanéz, a cerca de 4 km de Cheles. Este elemento fazia parte da vida dos habitantes da região, pois encontrava-se na estrada que ligava Cheles a Villanueva del Fresno, para além disso a sua presença evidenciava a ligação das populações aos recursos hídricos, retirando destes a suas mais-valias. Por outro lado, podemos igualmente destacar as gravuras rupestres em seu redor, datadas do período Pós-Paleolítico – este conjunto que abrangia uma área de cerca de 1 km foi descoberto em Outubro de 2000, cerca de um ano e quatro meses antes da abertura das comportas.<sup>52</sup> [Fig. 40]

<sup>52</sup> Esta descoberta deu origem ao livro «*Arte Rupestre en la Cuenca del Guadiana - El Conjunto de Grabados del Molino de Manzanéz (Alconchel - Cheles)*», da autoria do arqueólogo espanhol Hipólito Collado Giraldo. Para além disso, foi o ponto de partida para muitas outras descobertas na margem



Fig. 37 – Cheles, Pré-Alqueva, 1998.

Para além destas construções na paisagem, distinguimos uma outra marca no território: os percursos. Tratam-se, tal como na Estrela, de caminhos que antes levavam a um destino, e que hoje acabam no vasto mar de água, evidenciando as transformações não só de organização do espaço mas também das rotinas daqueles que o habitam [Fig. 37].

Apesar dos elementos que se perderam, toda a realidade em volta de Alqueva em Espanha parece ganhar dimensão e por isso maior aproveitamento das suas capacidades, ao contrário do que se tem passado em Portugal.<sup>53</sup>

Em 2007, Cheles estava a ser construindo o seu ancoradouro com 24 metros, estrutura que viria a permitir a atracagem das maiores embarcações que navegam nas águas de Alqueva. Para além de deste, outros 3 concelhos estavam a preparar-se para construir equipamentos semelhantes. Parece não ser relevante este pormenor, mas se compararmos com as nossas margens, apenas com duas marinas<sup>54</sup> com as mesmas capacidades: as restantes, como o ancoradouro da Estrela, possuem 12 metros, o que impossibilita a atracagem de embarcações de médio e grande porte. Para além disso, nesta data Cheles era a única localidade do regolfo de Alqueva que tinha um restaurante na sua margem, factor determinante para o aumento do turismo na região. [Fig. 37]

São notórias as diferenças dos planos elaborados para os dois espaços – Cheles e Estrela. Exemplo disso, são as flexibilidades espanholas na utilização da margem da barragem: enquanto o plano de ordenamento da albufeira – POAAP – condiciona o comprimento do cais à cota máxima de 152 metros e mínima de 130 metros e só permite a construção de ancoradouros de grandes dimensões com garantias de que a barragem não vai estar abaixo da cota mínima (o que pode acontecer em anos de seca), a lei espanhola, por sua vez, autoriza construções até 24 metros, deixando em aberto a possibilidade da plataforma ser mudada de local, para outra zona, à medida que o nível de água abaixe.

Cheles está integrada num plano estratégico para o uso de Alqueva – «Plan de Acción de Alqueva, 2007-2013» –, elaborado pela empresa Deloitte Consultores S.A, em que estão inseridos todos os municípios ribeirinhos de Espanha. Este plano tem como objectivos específicos requalificar as infra-estruturas municipais, o ambiente, o comércio, o desporto, a cultura e quaisquer outras actividades relacionadas com o uso da água em todas as suas acessões. Para além disso, este plano contempla projectos gerais, como a criação de uma rota turística dos castelos, áreas de actividade no cais e nos seus acessos, criação de empresas prestadoras de serviços, adequação dos locais de

portuguesa, António Carlos Silva, arqueólogo, salientou a importância destes testemunhos para a história e identidade dos lugares: «Desde os 20 mil anos antes de Cristo (a.C.) até aos nossos dias, os diversos habitantes foram fazendo gravuras, com objectivos diferentes, mas como se aproveitassem a memória de um local especial».

<sup>53</sup> Roberto Soares, *Espanhóis criam quatro novas marinas em Alqueva*. Évora, Diário de Notícias, 4 de Junho de 2007.

<sup>54</sup> A de Monsaraz e Amieira marina, exploradas por empresas privadas.

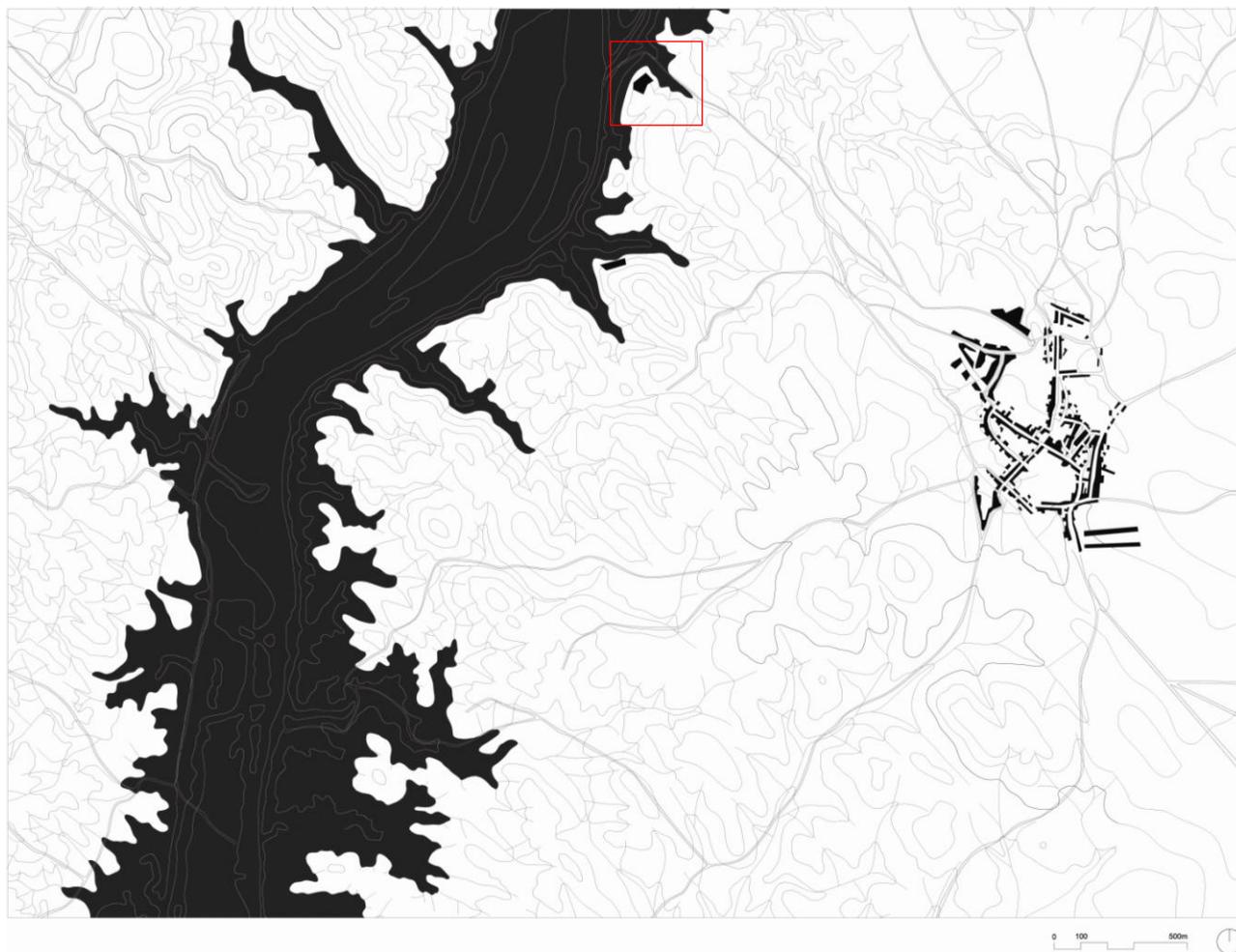


Fig. 38 – Cheles, Pós-Alqueva, 2009.

□ Ancoradouro e restaurante

lazer e recreio, reabilitação e modernização da rede de restaurantes nas aldeias costeiras. Podemos destacar alguns projectos concretos: a iluminação, melhoramento e renovação das entradas para a cidade, a criação de um acampamento juvenil, a construção de um lar para idosos, a construção de novas habitações, o aproveitamento da água para o regadio na Defesa Boyal<sup>55</sup>, instalação da estação de tratamento de águas residuais, a construção de áreas de ócio, festas e encontros transfronteiriços, as instalações para a construção e reparação de navios, a doca hidráulica para carga e descarga de veículos, a electrificação do porto da ilha de La Ceniza, a renovação e modernização de instalações desportivas, a criação de uma escola para clube náutico, a construção de uma zona hípica com área de estábulos e escola de equitação e a construção da Casa da Cultura e da Biblioteca Pública. O município sabe que se trata de um plano ambicioso, mas muito atractivo e benéfico para o desenvolvimento da região, que prevê que a sua elaboração se realize num período superior a 6 anos.

<sup>55</sup> A Dehesa Boyal é uma área protegida para pastagens. La Dehesa está localizada a norte da cidade de San Sebastian de los Reyes, na proximidade do município de Madrid e, mais especificamente, de Viñuelas Soto.



**Fig. 39** – Cheles, Pós-Alqueva, 2009.

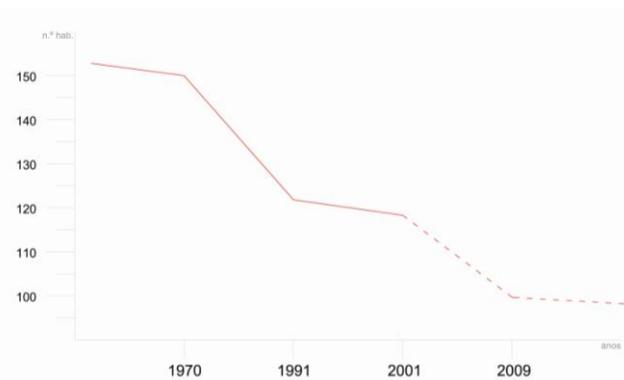
**Fig. 40** – Moinho Manzanéz, Pré-Alqueva, 1998.





**Fig. 40** – Fotografia da maquete do Plano de Pormenor.

**Fig. 41** – Tabela demográfica, Estrela.



A Estrela – enquanto estrutura que sofreu mudanças drásticas a nível paisagístico, urbano e social – carece claramente de um planeamento sustentado para se adaptar à nova condição. Torna-se necessária uma estratégia de intervenção que garanta a revitalização física e social da aldeia, não a englobando, simplesmente, em planos genéricos, que não têm em conta as suas necessidades específicas.

Neste momento, existe um desequilíbrio no planeamento da expansão da aldeia devido, em grande parte, às figuras legais vigentes: o PROZEA<sup>56</sup> e o POAAP<sup>57</sup>. Estes planos, criados especialmente para a Barragem de Alqueva, definem inúmeros aglomerados próximos da albufeira, sob o mesmo título: «aldeias ribeirinhas do Alqueva». Os quais caracterizam estas aldeias como «Áreas de Localização Preferencial para novos empreendimentos turísticos»<sup>58</sup> e «Unidades Territoriais com vocações turísticas para a área dos 500 m»<sup>59</sup>, na sua generalidade valorizam apenas a relação dos aglomerados com o plano de água, projectando o seu desenvolvimento em actividades como o desporto e os passeios náuticos – dotando as aldeias de um estatuto preferencial ligado ao turismo, mas desvalorizando as suas qualidades específicas. Este acto de privilegiar o desenvolvimento turístico é notório quando, no POAAP, se designa para a Estrela um número de camas, associado ao turismo,<sup>60</sup> 16 vezes superior ao das camas de residentes (isto se contarmos com os 125 habitantes quantificados em 2001, pois segundo as declarações dos habitantes terá, hoje em dia, um decréscimo de 25% a 30%) [Fig. 41]. Tais números demonstram claramente um desconhecimento da situação actual e das necessidades da população, sendo que o crescimento do número de camas deveria ser proporcional ao crescimento da população residente. O Plano de Pormenor proposto, por sua vez, formaliza um conjunto de edifícios à entrada da aldeia, simbolizando uma estrela, em planta – criando apenas mais um limite à expansão urbana –, bem como inúmeros ancoradouros nas margens próximas da aldeia – o que provavelmente provocaria uma movimentação excessiva de carros, destruindo o ambiente calmo da aldeia [Fig. 40]. Este tipo de acções poderá provocar a descaracterização do lugar, da arquitectura e da malha urbana criada geracionalmente, transformada em prol de um

<sup>56</sup> Elaborado por decisão de Conselho de Ministros (Resolução n.º 97/94, de 4 de Outubro), sendo finalizado no âmbito da Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo (Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto e em conformidade o Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro. Trata-se de um plano regional, que delimita a estratégia de ocupação da zona envolvente da albufeira do Alqueva e através do qual se pretende garantir a diversificação e compatibilização de usos e actividades, definindo padrões de ocupação.

<sup>57</sup> Este plano prevê a salvaguarda dos recursos e valores naturais, bem como os usos compatíveis com a utilização sustentável do território, sendo a sua área de intervenção definida pelos planos de água, ilhas e zonas de protecção com largura de 500m<sup>57</sup> contados a partir do nível pleno de armazenamento (NPA)<sup>57</sup> da albufeira. *Diário da República*, 1.ª série – n.º 150 – 4 de Agosto de 2006, resolução de Conselho de Ministros n.º 94/2006, p. 5541.

<sup>58</sup> São 14, as Áreas de Localização Preferencial - designadas pela letra T, de T1 a T14, sendo que a numeração não diz respeito a nenhum critério específico. A Estrela é designada como T6.

<sup>59</sup> Existem 12 Unidades Territoriais (UT: UT1 – UT12); a sua numeração não apresenta qualquer critério. A Estrela tem a designação de UT6.

<sup>60</sup> *Diário da República*, 1.ª série – n.º 150 – 4 de Agosto de 2006, resolução de Conselho de Ministros n.º 94/2006, artigo 34.º: «UT6, Estrela, 2125 camas turísticas», p. 5551.

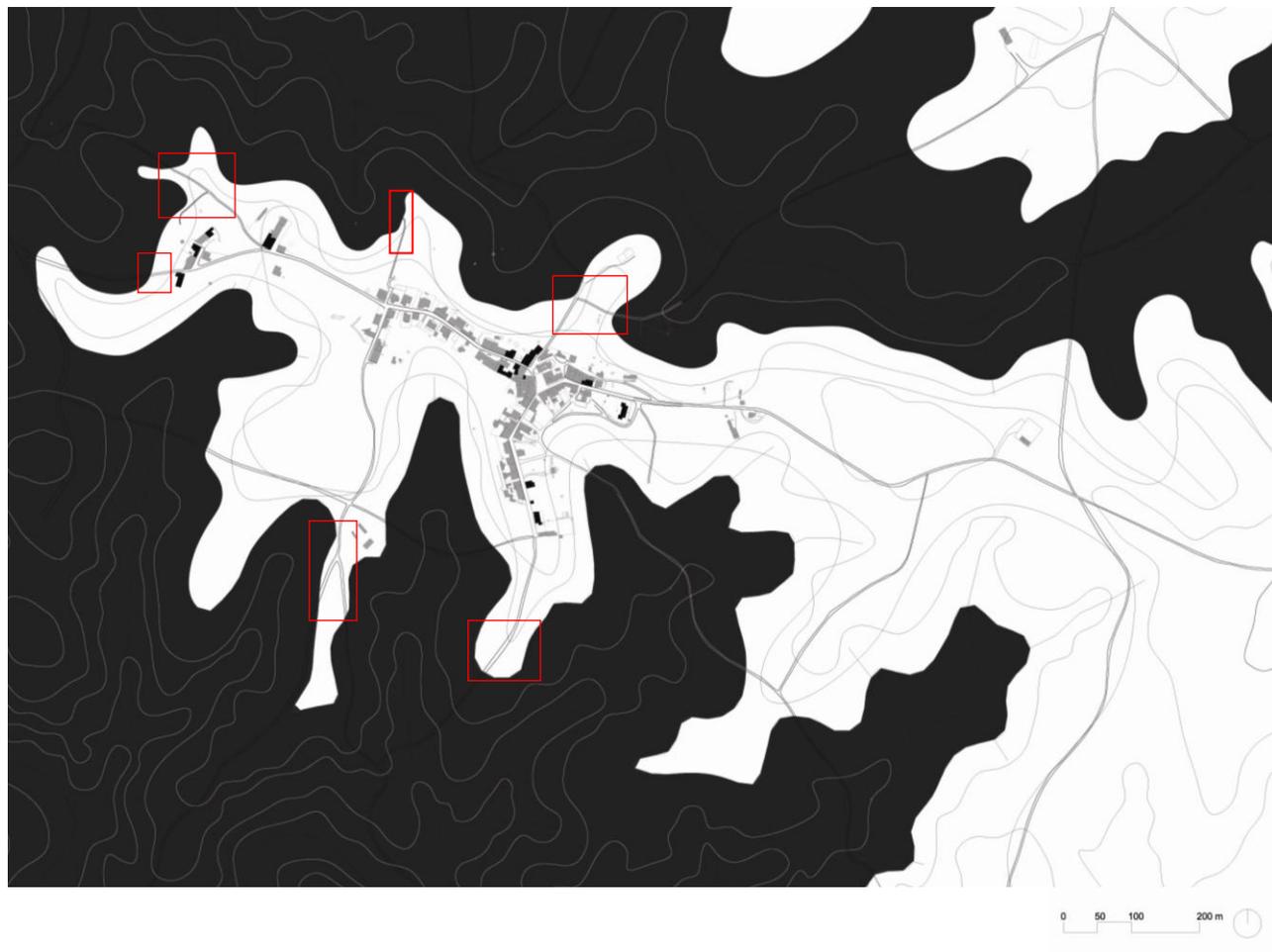


Fig. 42 – Desocupação, Pós-Alqueva, 2009.

□ Ruas descaracterizadas, locais de especial intervenção

■ Espaços desocupados

turismo frenético e de pouca qualidade, onde a tradicional aldeia alentejana, de casas brancas e modestas, dará apenas lugar a loteamentos e equipamentos turísticos.

De acordo com a análise aqui apresentada, o planeamento de expansão da Estrela deveria dar primazia à organização espacial existente, consolidando a malha urbana através da reabilitação e reutilização dos espaços degradados e desocupados [Fig. 42], entre estes, destaca-se a Escola Primária, hoje desactiva devido à falta de população jovem, mas a qual poderia ser utilizada para várias actividades incluindo várias faixas etárias. Seria igualmente importante dotar a aldeia de novos equipamentos que possibilitassem a melhoria da qualidade de vida da população, como infra-estruturas de apoio à população idosa, outras direccionadas para os mais jovens, zonas para práticas desportivas, estabelecimentos comerciais, entre outros, proporcionando à aldeia uma certa autonomia relativamente ao centros urbanos mais próximos. Seria igualmente fundamental a caracterização da margem envolvente, dando-se significado às ruas que agora são interrompidas pela água [Fig. 42]. Seria importante que toda a margem fosse alvo de intervenções paisagísticas, intensificando, positivamente, a relação da aldeia com o plano de água. Esta caracterização paisagística deveria estar harmoniosamente aliada a percursos pedonais ao longo da margem, como se verifica na Amieira, com zonas de pausas para descanso tirando partido da nova paisagem [Fig. 43]. Por outro lado, seria igualmente necessário projectar estruturas de apoio à albufeira, como o ancoradouro. Esta estrutura deveria igualmente localizar-se com um certo distanciamento da malha urbana, tal como se verifica na marina da Amieira. Este distanciamento não significa uma quebra com estruturas de apoio à albufeira, nem mesmo uma rejeição ao turismo ligado à água, mas sim um respeito pelos aspectos da vida dos que aqui vivem, como é o ritmo de vida calmo. Assim, propõem-se que o ancoradouro, de maior dimensão que o actual, que possibilita a atracagem de embarcações de grande porte, se localize a este [Fig. 43], e que, tal como o de Cheles, seja passível de ser deslocado, em caso de necessidade, mantendo-se o ancoradouro actual para um uso mais condicionado.

Para além do trabalho de consolidação da malha, torna-se premente, no entanto, salvaguardar as suas possibilidades de evolução e expansão. De acordo com a análise aqui apresentada torna-se premente propôr uma rectificação do artigo 47.º do Plano Municipal de Moura<sup>61</sup>, que impõe «uma faixa de protecção mínima de 75 m ou 50 m, dependendo dos casos», onde é interdita a «construção de quaisquer edifícios e infra-estruturas, excepto os de apoio à utilização das albufeiras». Ora esta faixa e a conseguinte excepção torna-se risível quando define *à priori* o tipo de equipamentos que se construirá e quais as suas funções, sem antes se comprovar que estes são benéficos não só para

<sup>61</sup> Este plano trata de apoiar o desenvolvimento económico, social e cultural do concelho através da utilização racional dos recursos do território, com vista à melhoria da qualidade de vida das populações. Ver: *Diário da República*, 1.ª série – n.º 46 – 23 de Fevereiro de 1996, resolução de Conselho de Ministros n.º 15/96, pp. 344-363. Alteração no *Diário da República*, 2.ª série – n.º 205 – 22 de Outubro de 2008, pp. 42941-42951. Artigo 47.º. Ver em *Diário da República*, 2.ª série – n.º 205 – 22 de Outubro de 2008, p. 42948.

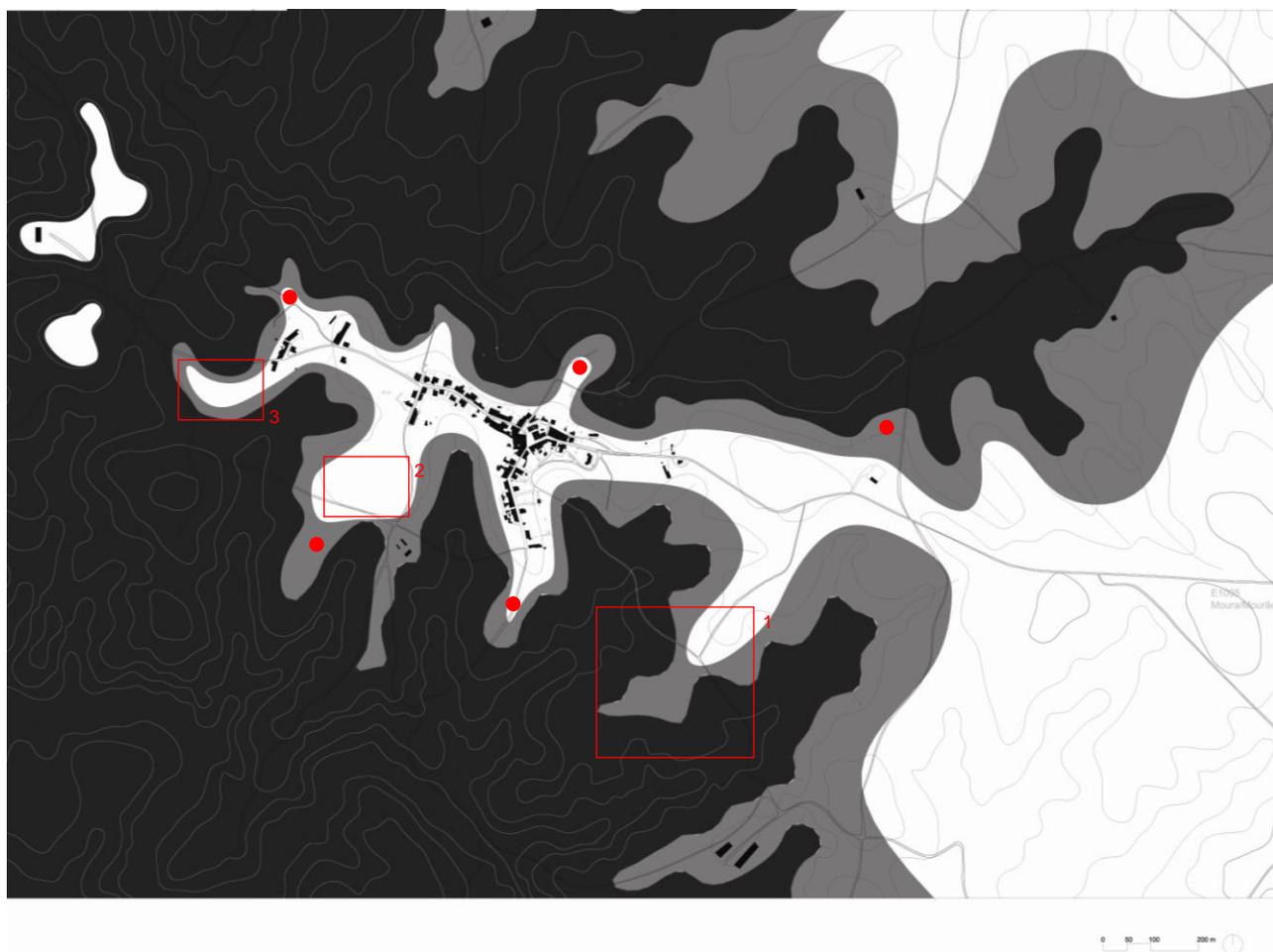


Fig. 43 – Proposta.

■ Faixa de protecção à albufeira

● Zonas de estar

1 Ancoradouro de grande dimensão

2 Restaurante

3 Parque de merendas

o turismo, como para assegurar as necessidades dos residentes da aldeia. Para além disso, e se observarmos a marcação da faixa mínima de 50 m torna-se possível observar que não restaria à Estrela zona de expansão para sul, oeste e norte [Fig. 43]. Assim, podemos deduzir que a faixa de protecção à albufeira deveria ser determinada caso a caso e não de acordo com uma concepção geral que engloba todas «aldeias ribeirinhas do Alqueva».

Na Estrela, esta faixa deverá ser reduzida, possibilitando a construção de equipamentos, perto da margem, como, por exemplo, um restaurante, como em Cheles, aproveitando a magnífica paisagem, ou mesmo um museu, que albergaria o espólio desta população que perdeu elementos da sua identidade, dando a conhecer às gerações vindouras e aos turistas, as características intrínsecas da região e a recordação do que foi o Pré-Alqueva [Fig. 43].

O desenvolvimento turístico da Estrela, assim como nas outras «aldeias ribeirinhas», não se deverá resumir ao turismo ligado à água, como se tem constado. Esta região rica culturalmente e paisagisticamente deve conciliar este súbito interesse pela sua nova condição à exploração das potencialidades já existentes Pré-Alqueva e de outras estabelecidas nestes 7 anos. Desta forma, deve aliar rotas turísticas náuticas a rotas terrestres, evidenciando certos elementos, como os montes, que poderão ser explorados para outras actividades, possivelmente ligadas ao turismo, e a outros elementos que contam a história dos que aqui vivem e constroem geracionalmente esta aldeia.



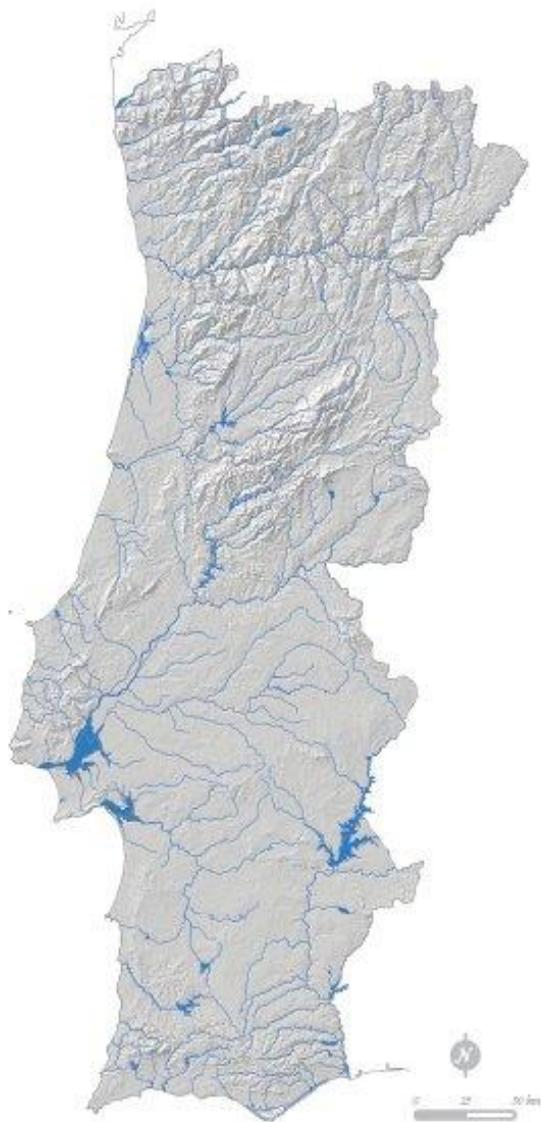








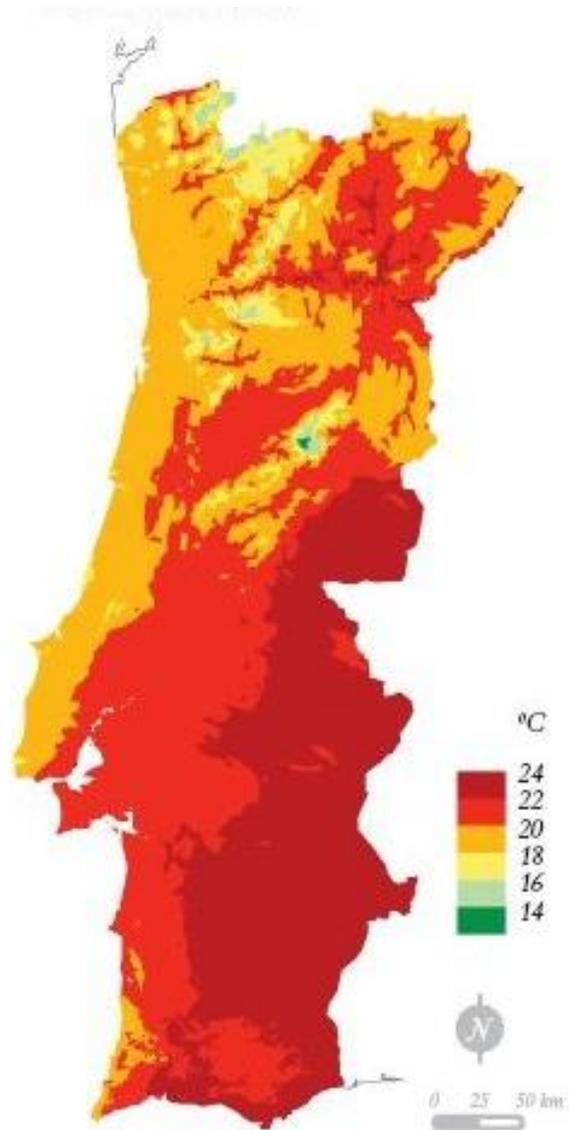
## Anexo B – Rede hidrográfica de Portugal



Fonte: Atlas de Portugal, <http://www.igeo.pt/>



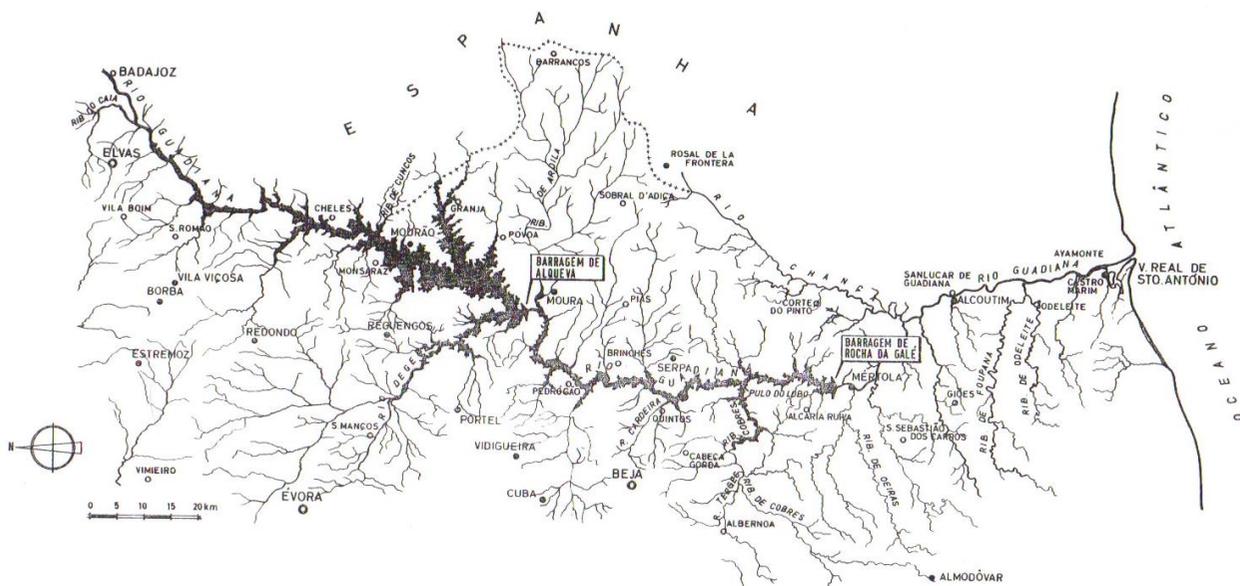
**Anexo C** – Carta de temperatura média do ar nos meses de Verão.



Fonte: adaptado do Atlas de Portugal, [http://www.igeo.pt/atlas/Cap1/Cap1d\\_p53\\_image.html](http://www.igeo.pt/atlas/Cap1/Cap1d_p53_image.html)



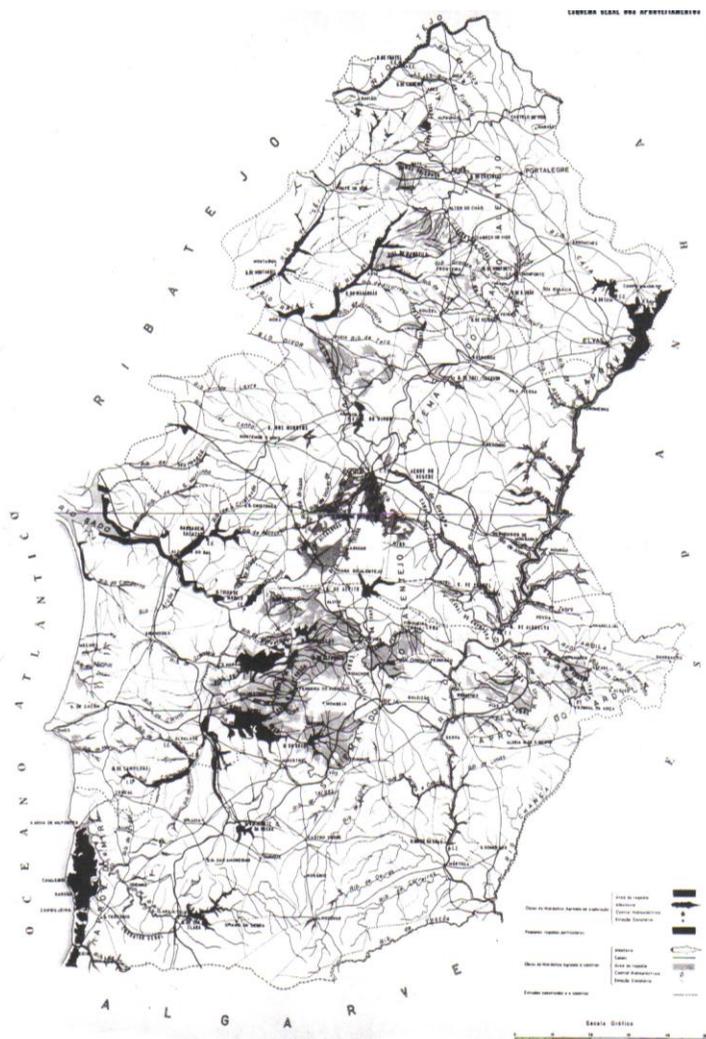
Anexo D – Esquema do aproveitamento dos troços nacional e internacional do rio Guadiana.



Fonte: Vários, *Elementos sobre a Barragem de Alqueva*. [sem local] Comissão de Planeamento da Região do sul, Ministério da Administração Interna, Maio de 1975. P. 7.



Anexo E – Plano de rega do Alentejo. Esquema geral dos aproveitamentos.



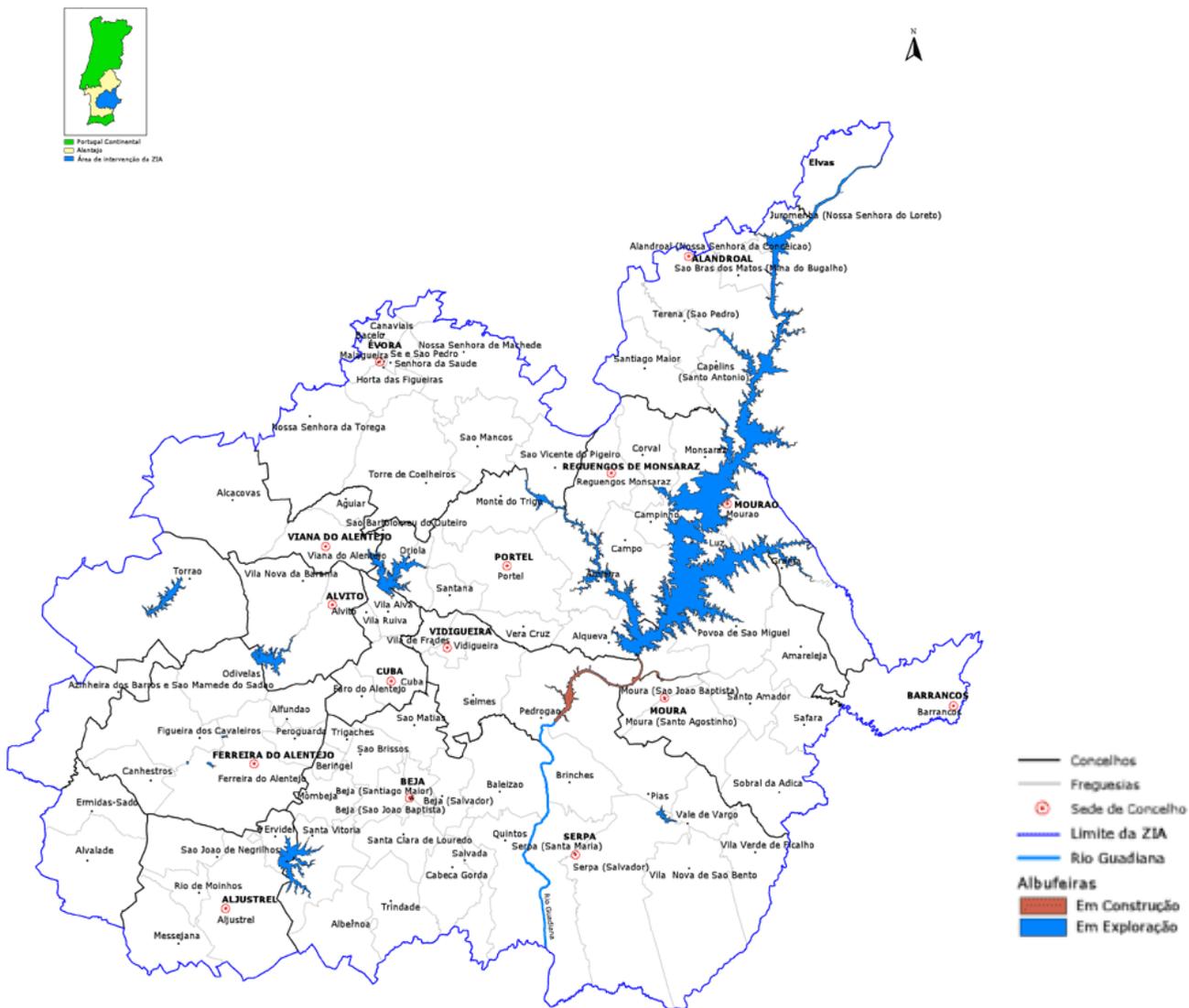
Fonte: Vários, *Elementos sobre a Barragem de Alqueva*. [sem local] Comissão de Planeamento da Região do sul, Ministério da Administração Interna, Maio de 1975. P. 9.







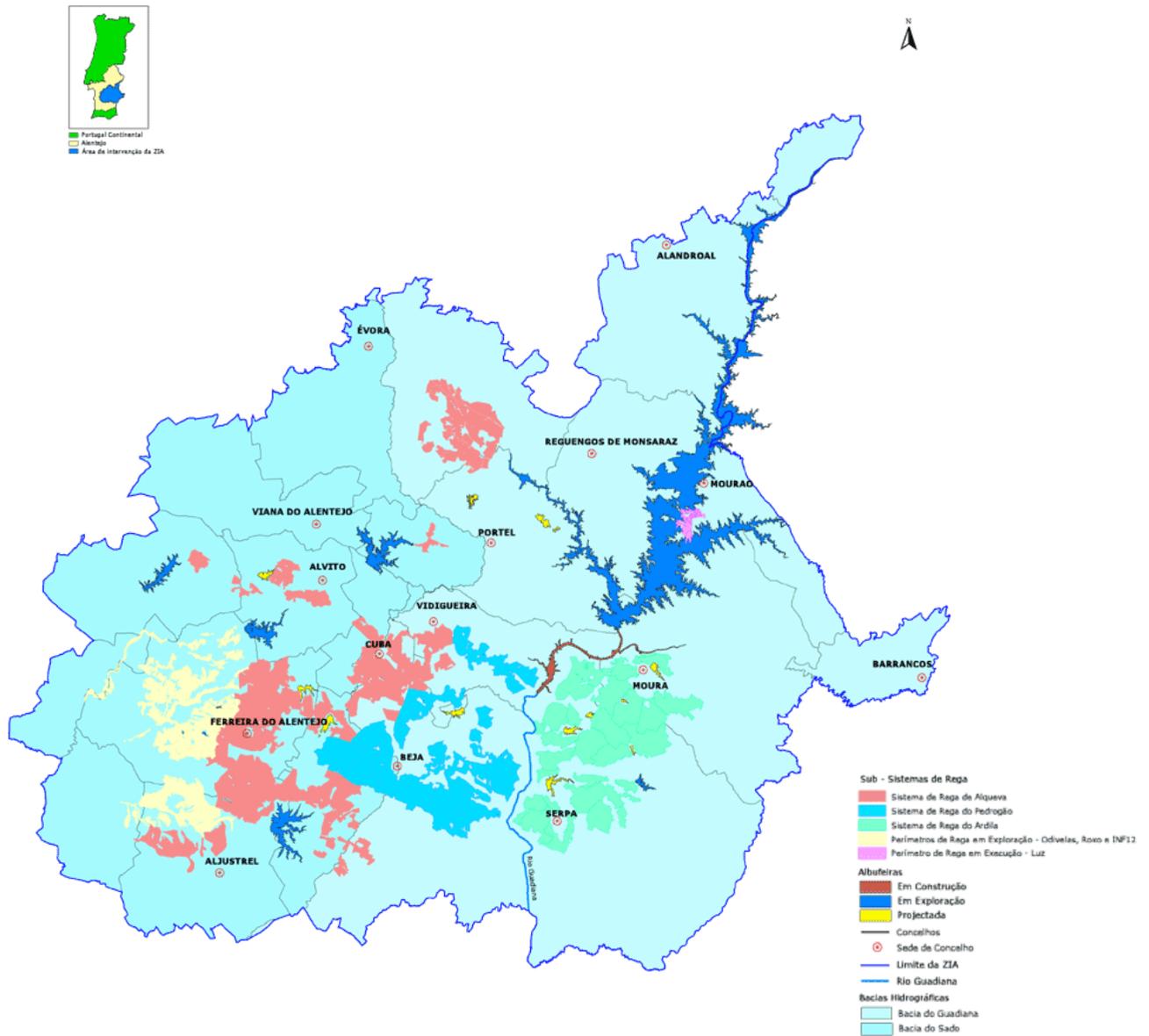
## Anexo G – Carta da divisão Administrativa e Toponímia.



Fonte: EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas de Alqueva, S.A.



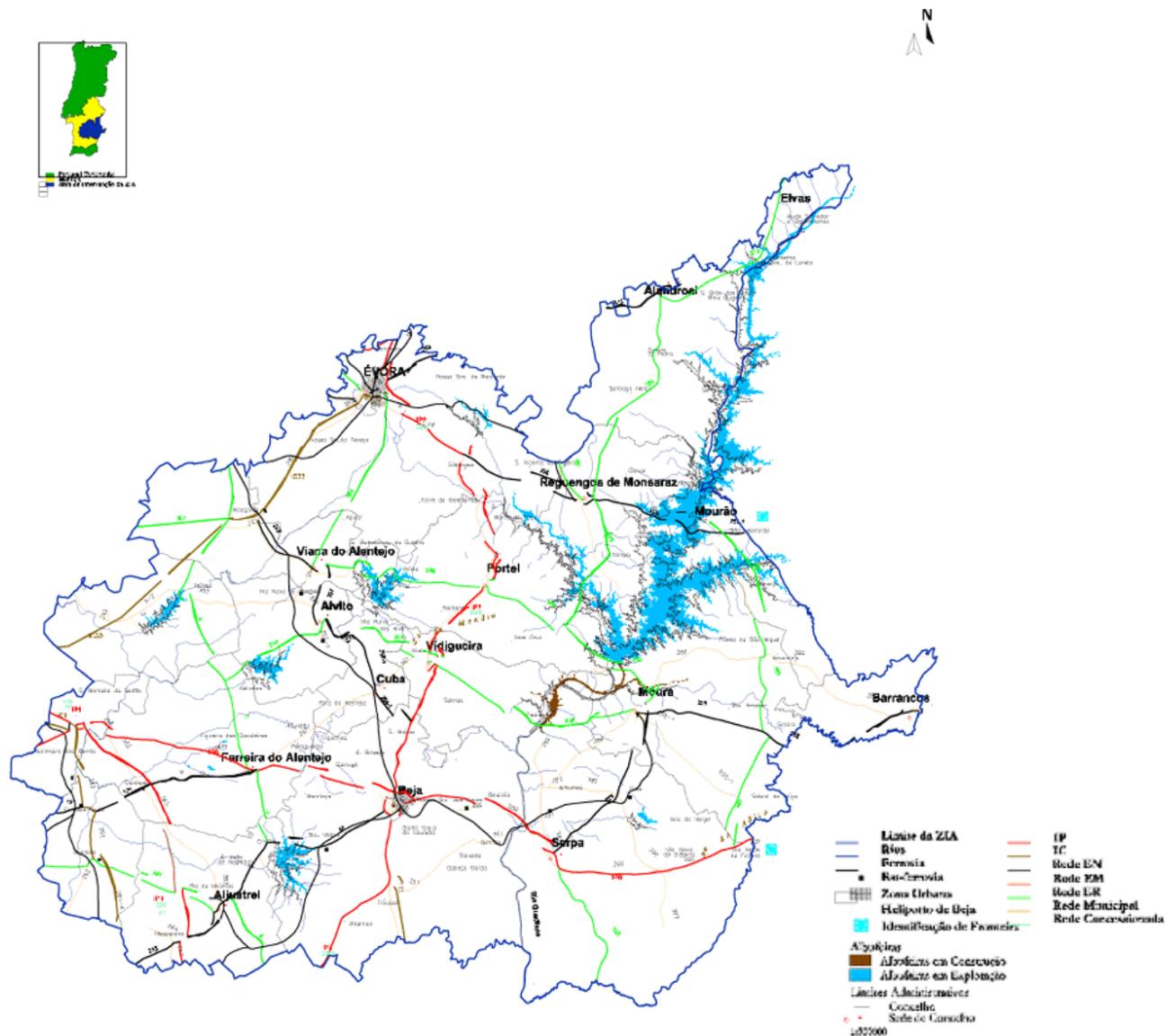
## Anexo H – Carta das Áreas Beneficiadas pelo Regadio de Alqueva.



Fonte: EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas de Alqueva, S.A.



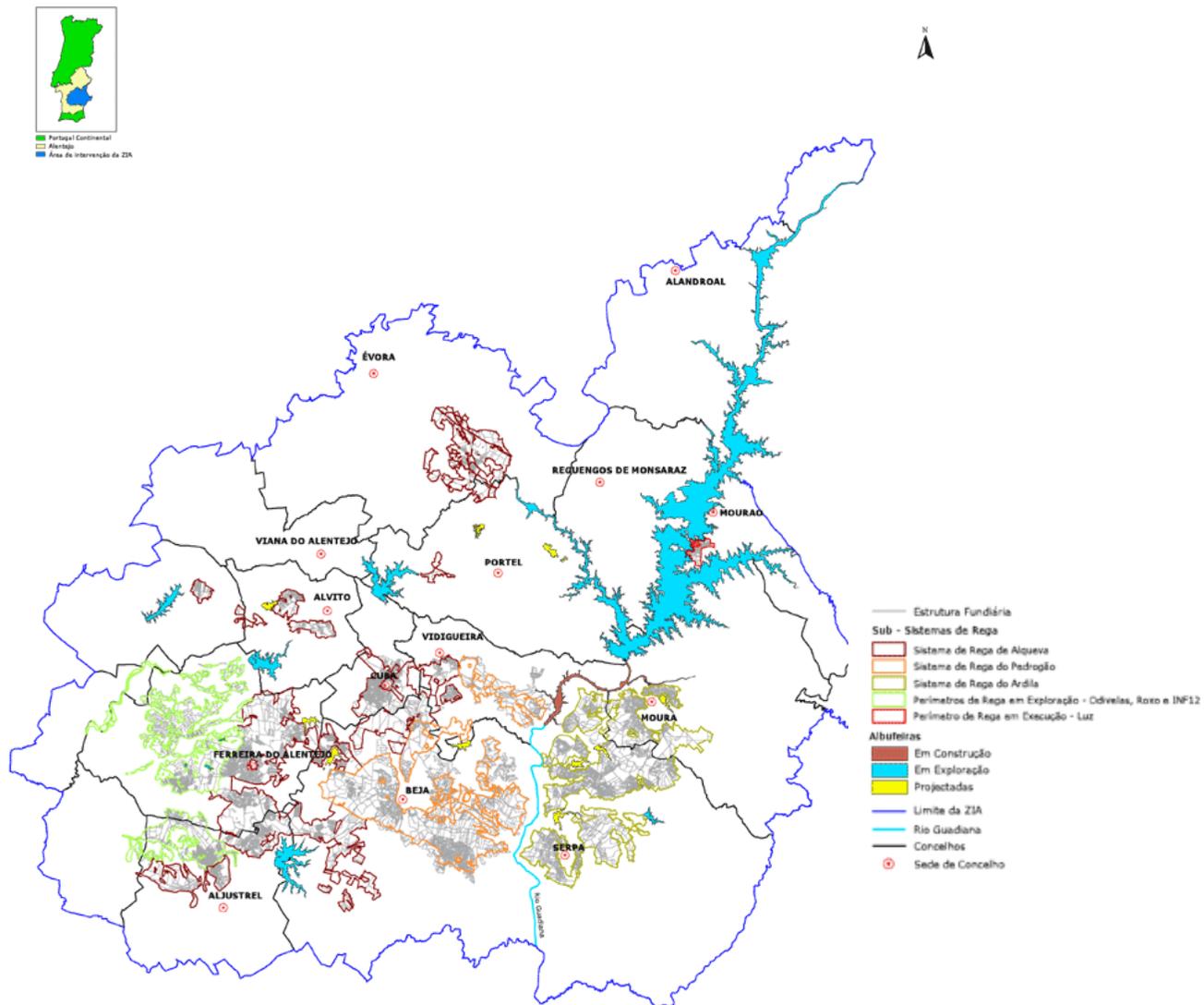
# Anexo I – Carta da Rede Viária.



Fonte: EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas de Alqueva, S.A.



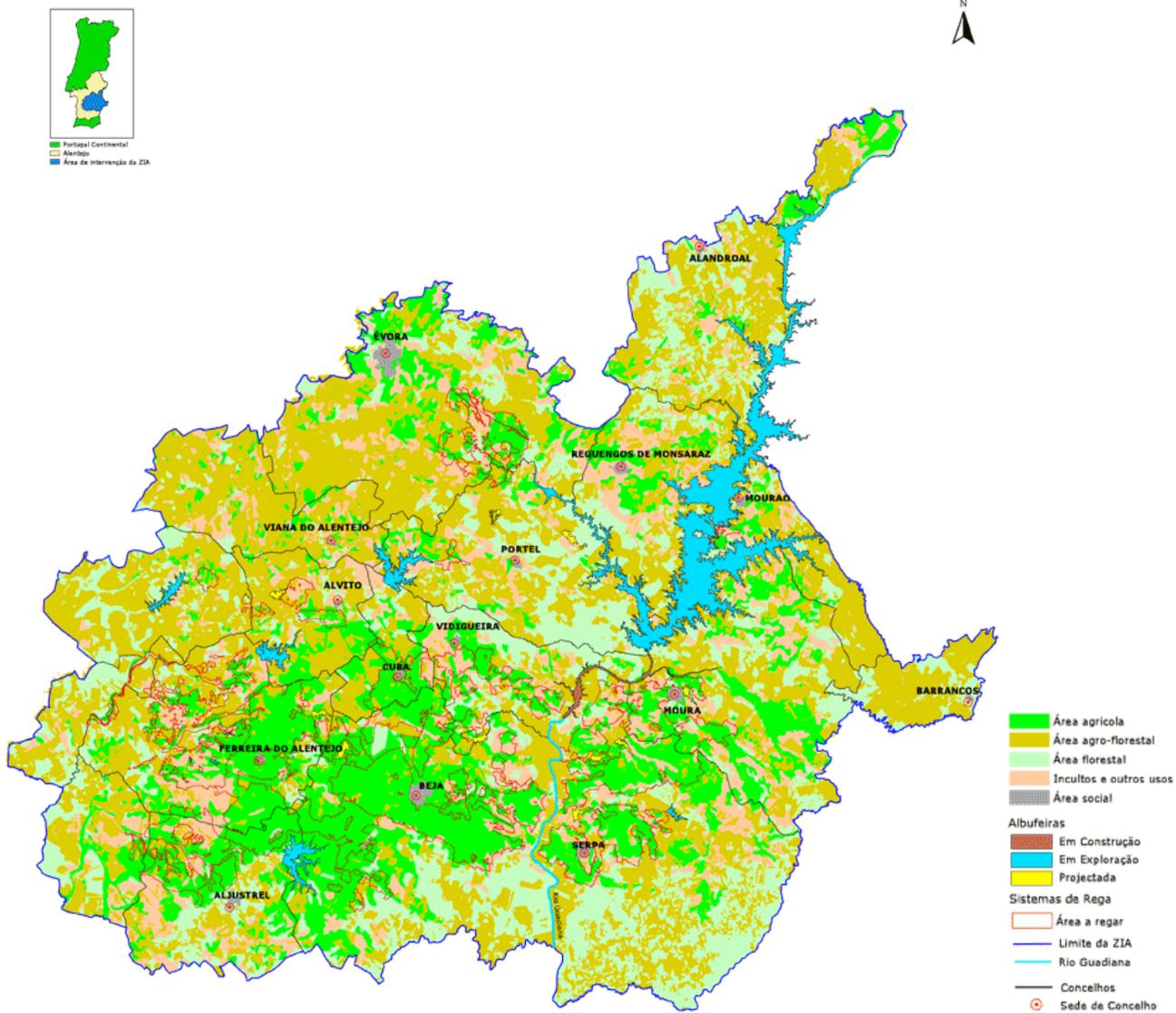
## Anexo J – Carta da Estrutura Fundiária.



Fonte: EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas de Alqueva, S.A.



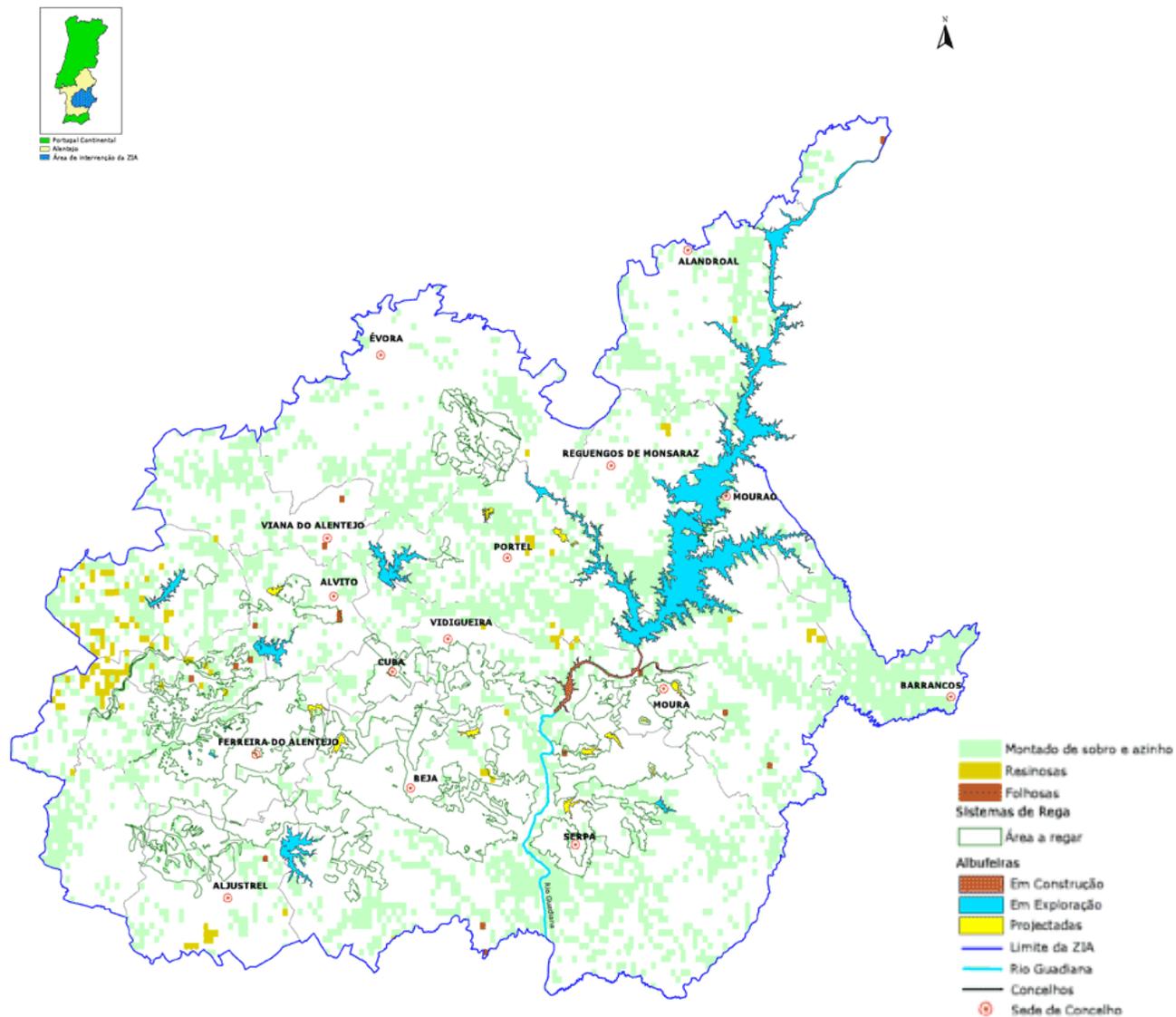
Anexo K – Carta do Uso do Solo.



Fonte: EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas de Alqueva, S.A.



## Anexo L – Carta Florestal.



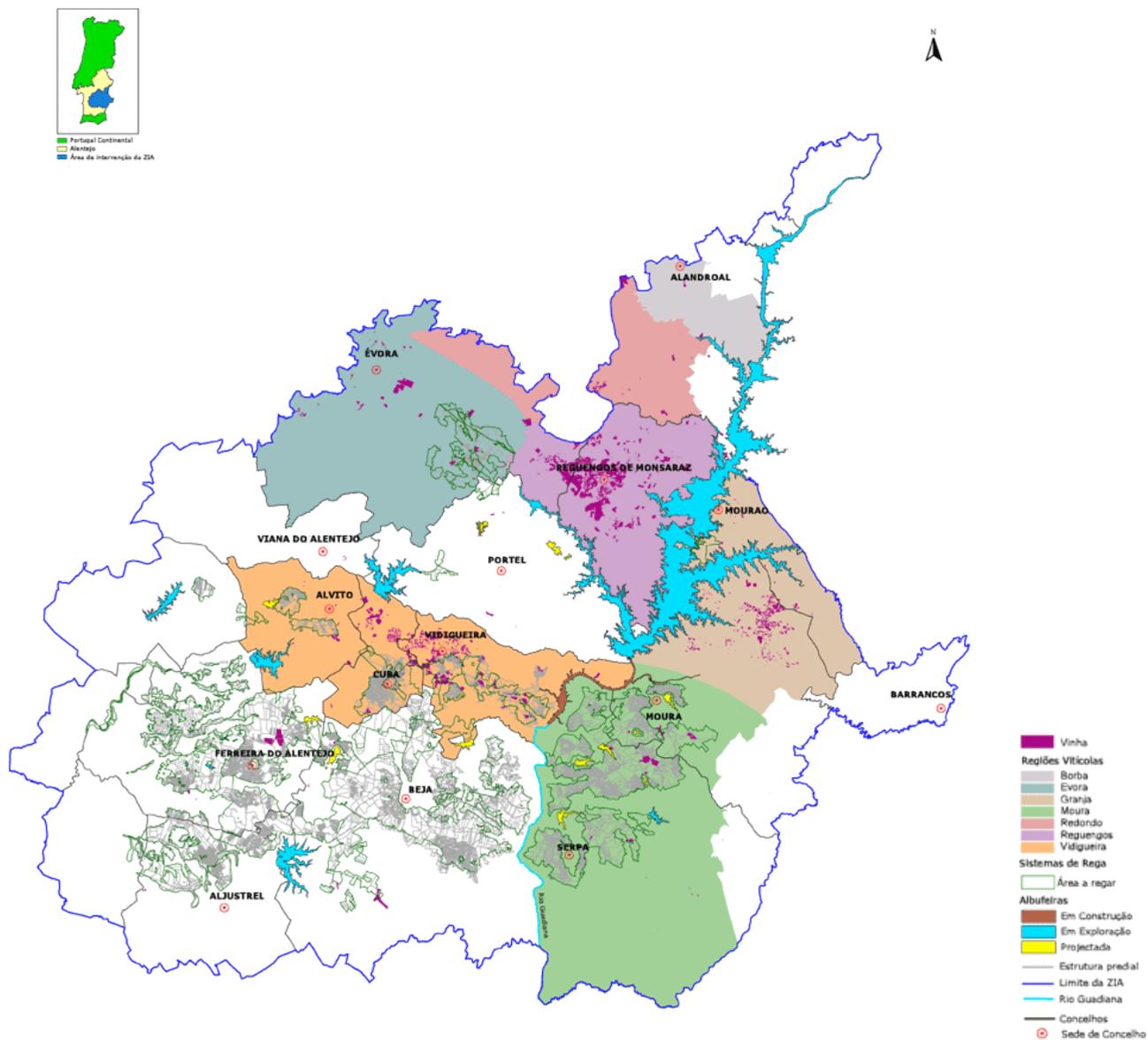
Fonte: EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas de Alqueva, S.A.







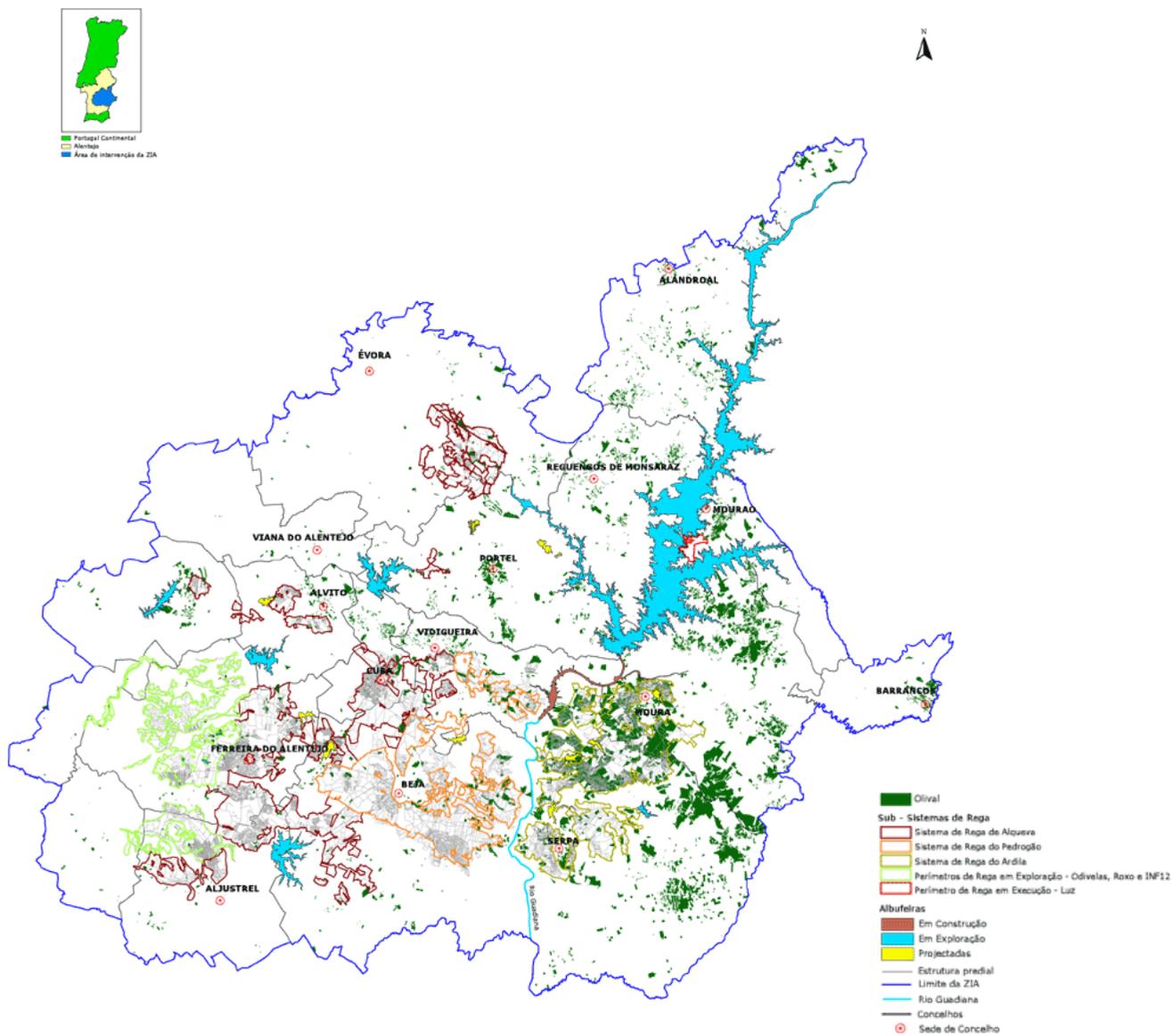
Anexo N – Carta da Vinha, com estrutura predial.



Fonte: EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas de Alqueva, S.A.



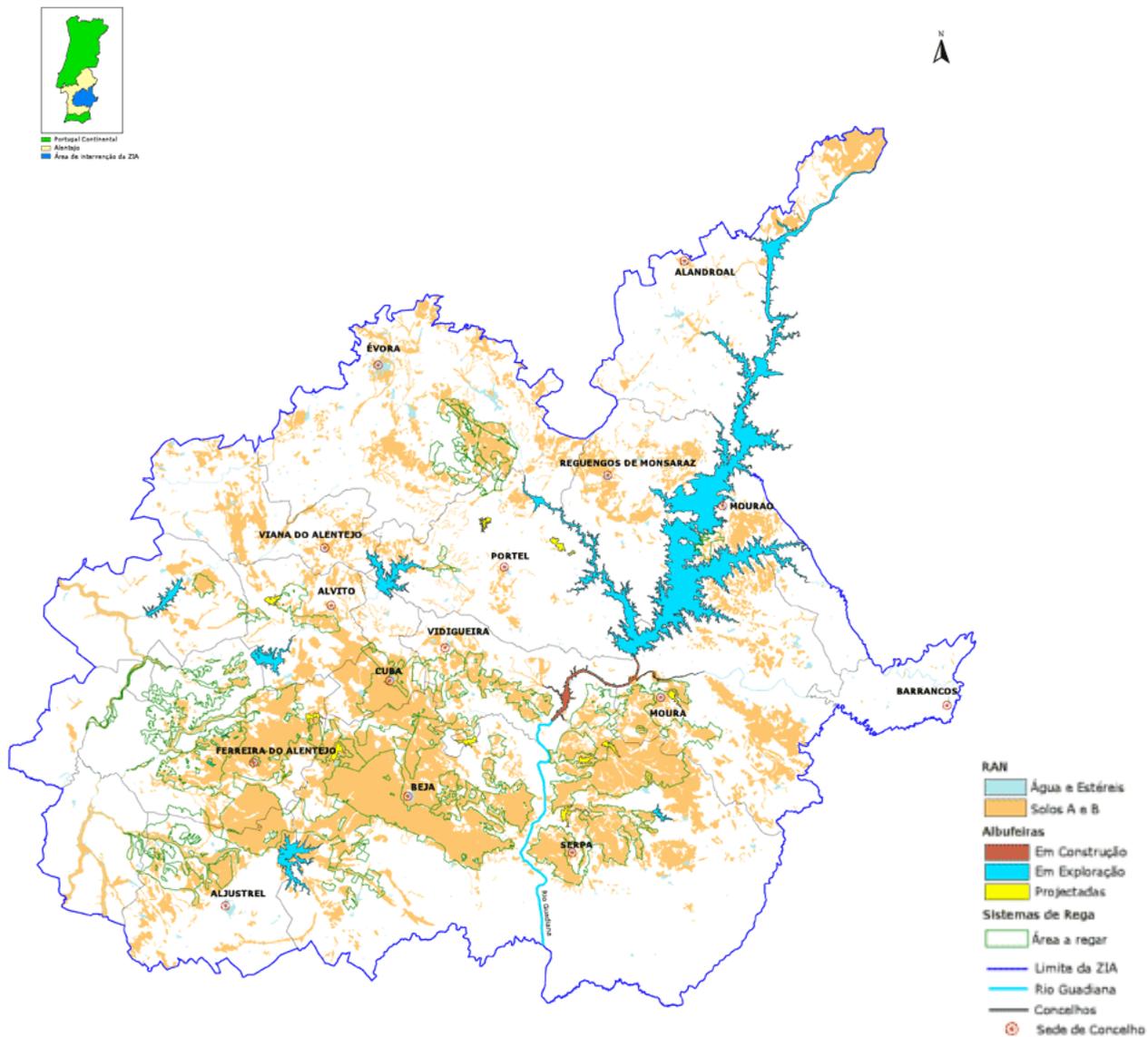
## Anexo O – Carta do Olival, com estrutura predial.



Fonte: EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas de Alqueva, S.A.



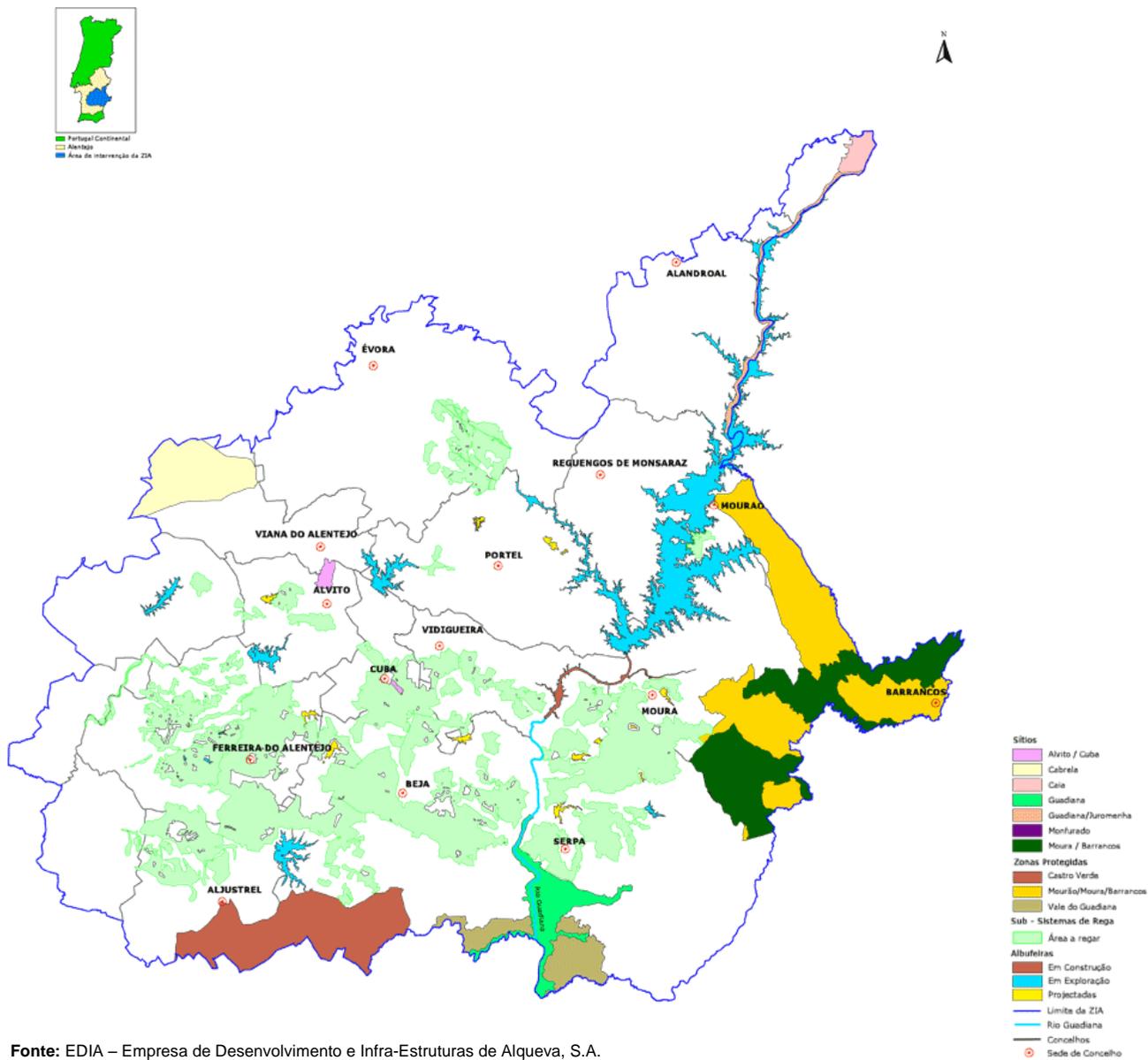
## Anexo P – Carta da RAN – Reserva Agrícola Nacional.



Fonte: EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas de Alqueva, S.A.



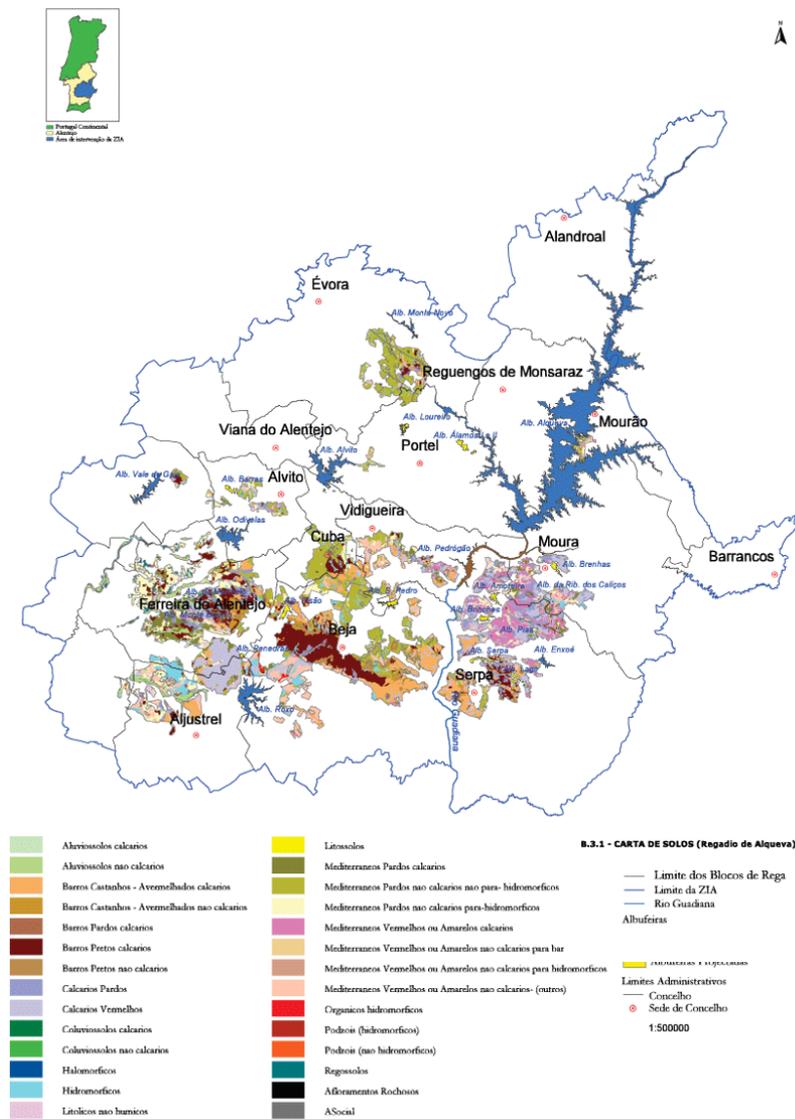
## Anexo Q – Carta dos Sítios e das Zonas Protegidas.



Fonte: EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas de Alqueva, S.A.



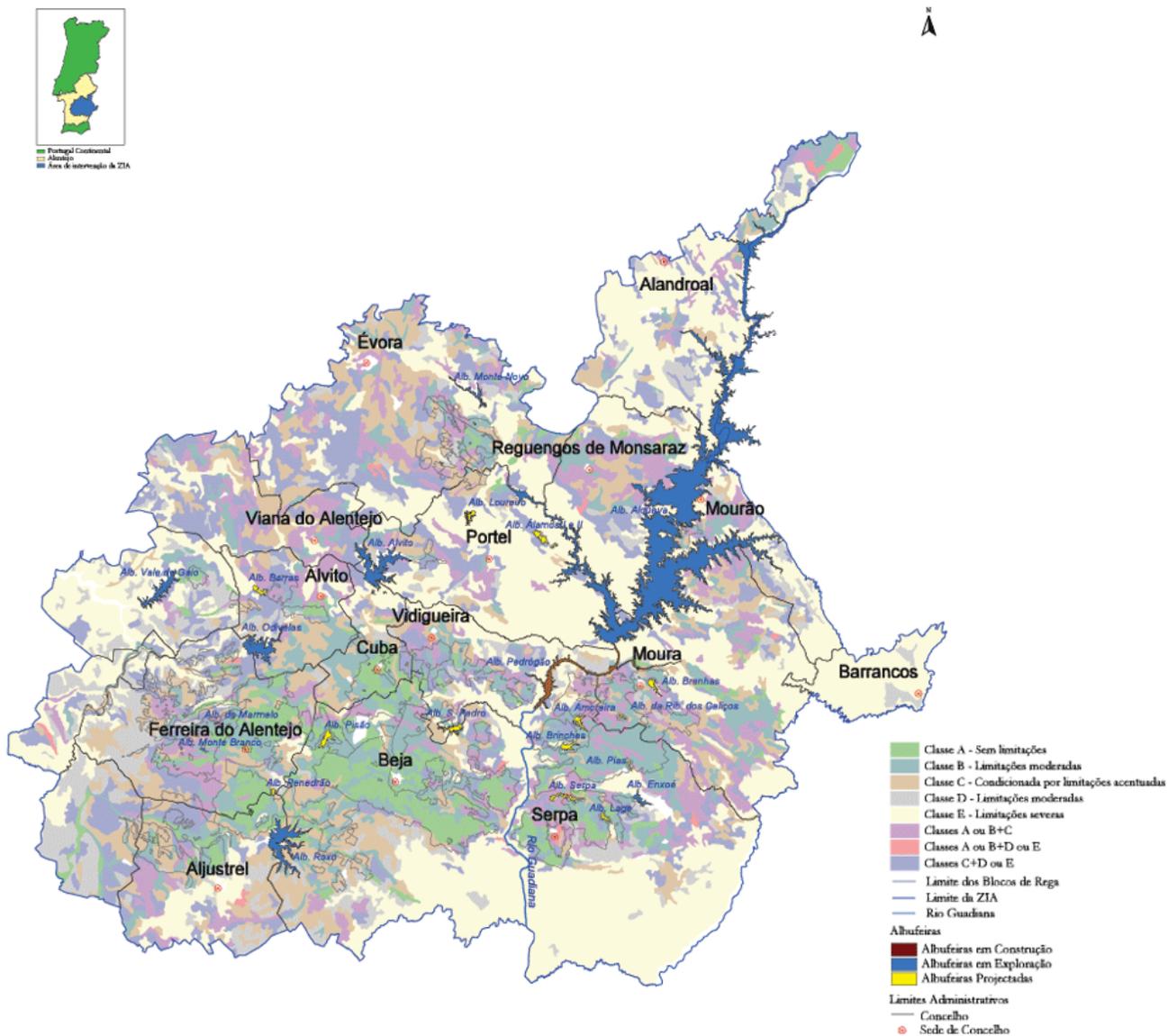
## Anexo R – Carta de Solos – Regadio de Alqueva.



Fonte: EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas de Alqueva, S.A.



## Anexo S – Carta de Capacidade de Uso do solo.



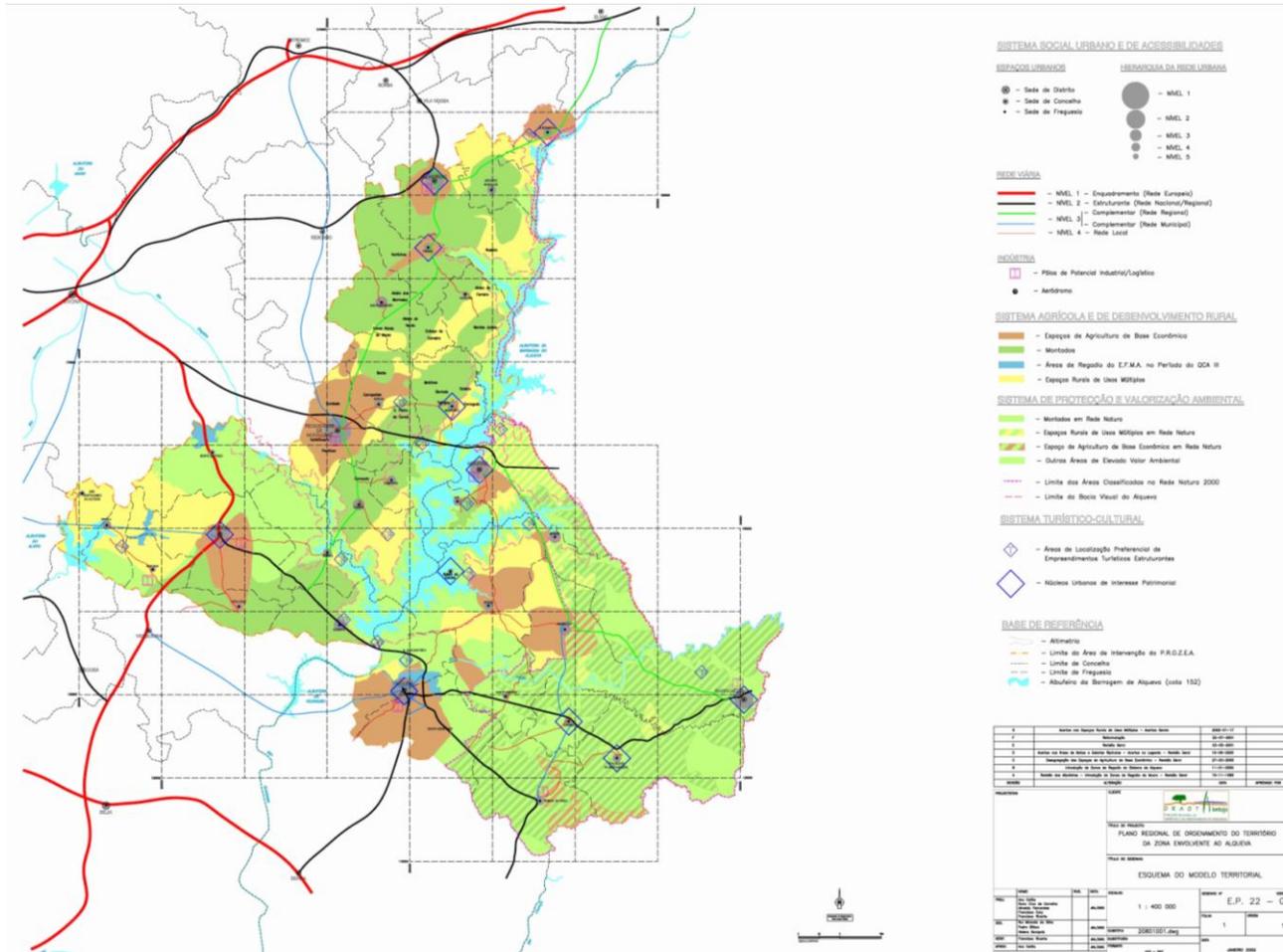
Fonte: EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas de Alqueva, S.A.







## Anexo U – Sistema Social Urbano e de Acessibilidades.



Fonte: PROZEA – Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente da Albufeira do Alqueva.



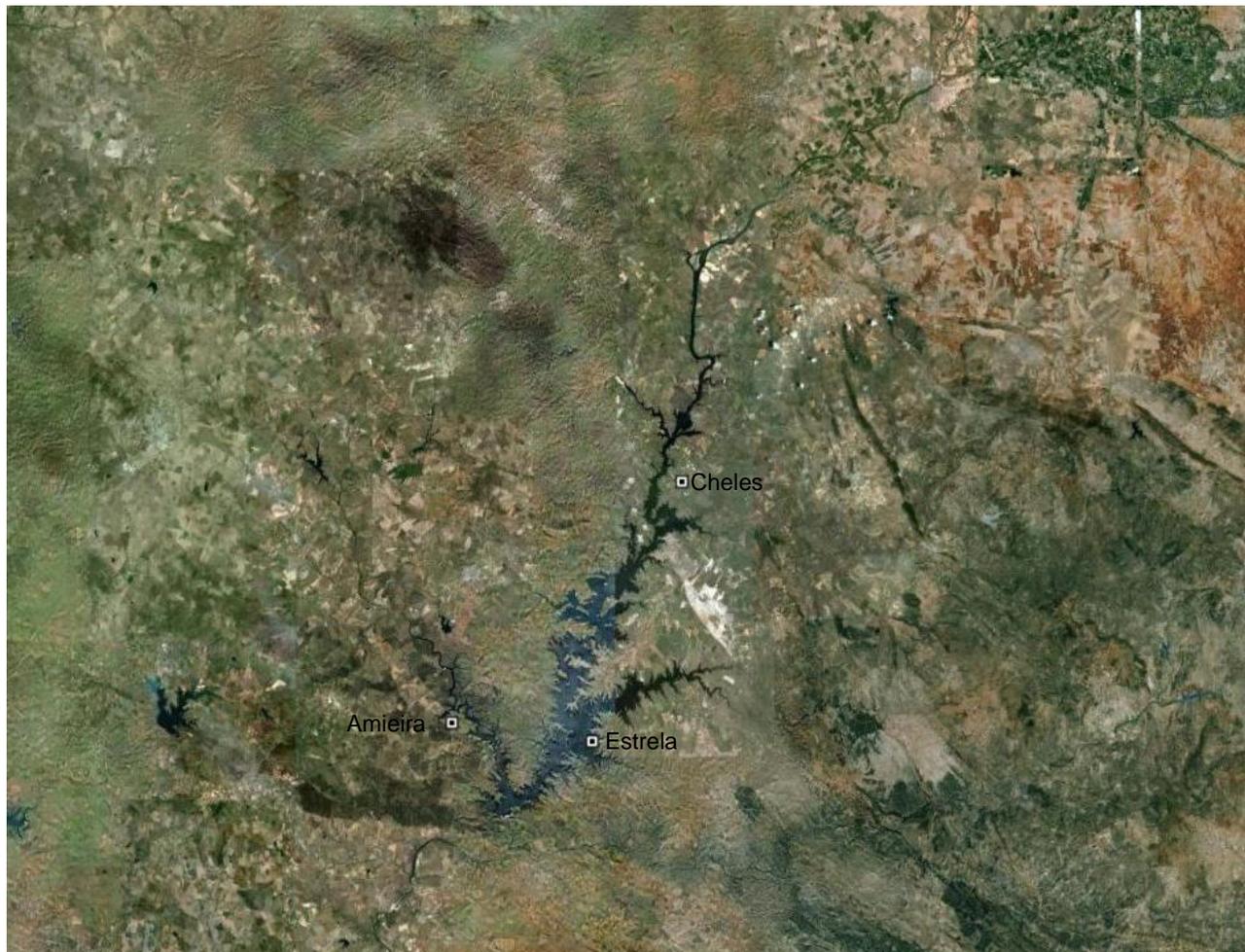








**Anexo X** – Barragem de Alqueva, fotografia aérea, visualização a 140 km de altitude.



Coordenadas: 38°16'09.40"N 7°23'04.31"W

**Fonte:** Google Earth



**Anexo Y** – Estrela, fotografia aérea, visualização a 6 km de altitude.

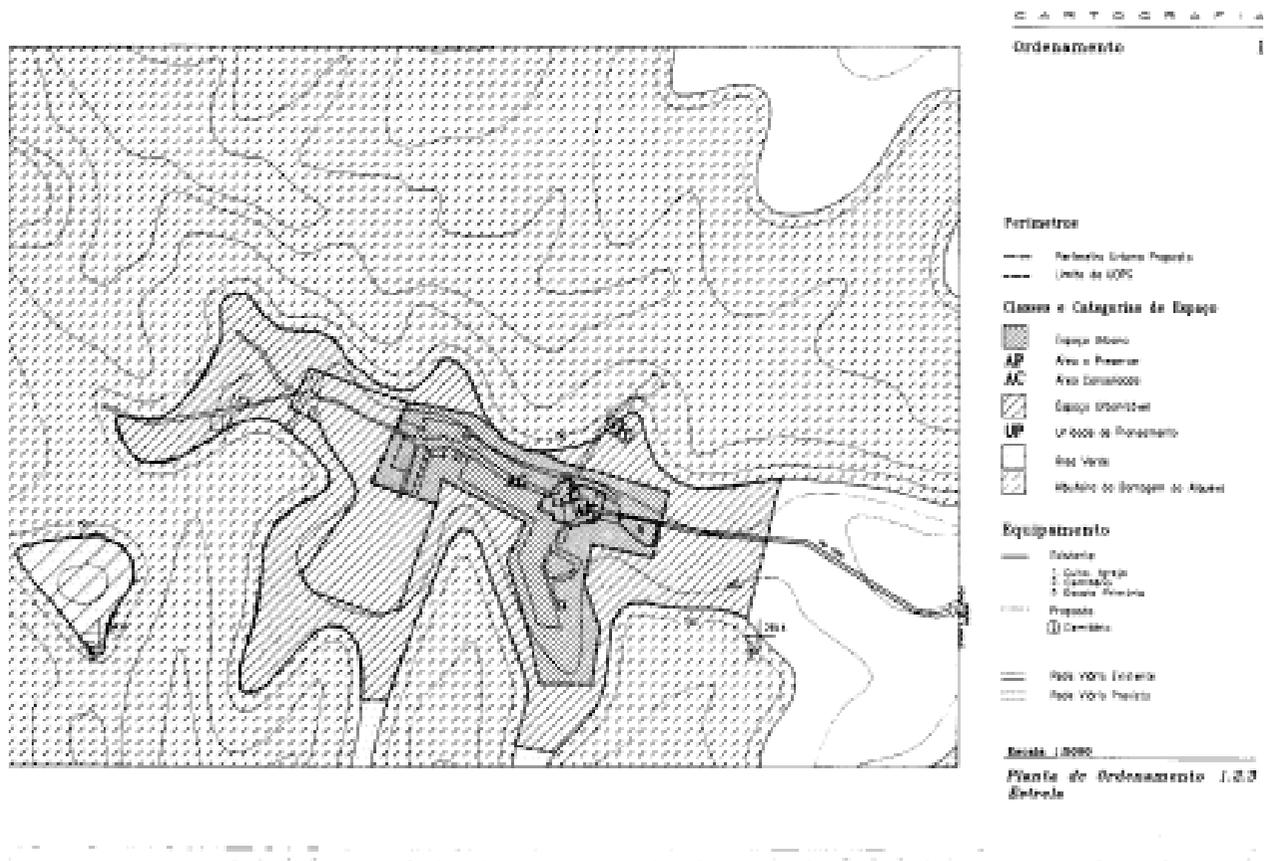


Coordenadas: 38°16'09.40''N 7°23'04.31''W

Fonte: Google Earth



Anexo Z – Unidade de Planeamento da Estrela.



Fonte: Plano Director Municipal de Moura, *Diário da República – I Série -B N.º 46—23-2-1996*, Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/96, p. 355.



Anexo AA – Folha n.º16, ano 1970, Estrela.

- 16 -

Alojamentos, famílias, população presente e população residente, por lugares

Distrito, concelhos, freguesias e lugares	Alojamentos	Famílias	População presente	População residente
1	2	3	4	5
CONC. DE MERTOLA (CONT.)				
SÃO SEBASTIÃO DOS CARROS				
00127 - BOISÕES	67	56	134	139
00128 - CABROS	15	10	28	29
00129 - RAMOS	5	5	19	19
00130 - S. BARTOLOMEU DE VIA GLÓRIA	63	62	189	192
00131 - S. SEBASTIÃO DOS CARROS	41	34	94	99
00132 - VAREZES	44	40	111	111
00133 - ISOLADOS	13	12	41	42
SÃO SEBASTIÃO DOS CARROS - TOTAL	248	219	616	631
CONC. DE MERTOLA - TOTAL	8 469	4 588	13 972	14 310
CONC. DE MOIRA				
AMARELEJA				
00001 - ALEXIOS	51	12	37	41
00002 - AMARELEJA	1 455	1 193	3 526	3 669
00003 - ARROCHAIS BAIXOS	5	2	4	6
00004 - CROGAS	19	5	14	14
00005 - MONTINHO	8	..	..	..
00006 - ISOLADOS	141	74	84	90
AMARELEJA - TOTAL	1 739	1 240	3 665	3 824
POVOA				
00025 - ESTRELA	86	48	151	154
00026 - POVOA	524	374	1 179	1 190
00027 - ISOLADOS	102	60	195	194
POVOA - TOTAL	712	482	1 519	1 544
SAFARA				
00007 - SAFARA	610	457	1 570	1 591
00008 - ISOLADOS	57	32	103	107
SAFARA - TOTAL	667	489	1 673	1 698
SANTO AGOSTINHO				
* 00017 - MOURA	1 335	1 069	3 009	3 998
00020 - MACHADOS	56	45	158	159
00029 - MONTALVO	15	12	42	42
00030 - MONTE JUNTOS	7	5	15	17
00031 - MONTE DOS MACHADOS	9	7	22	23
00032 - ISOLADOS	144	114	413	422
SANTO AGOSTINHO - TOTAL	1 606	1 272	4 459	4 611
SANTO ALEIXO DA RESTAURACAO				
00009 - HERBADE DA CONZENDA	10	10	24	24
00010 - MONTE DA NEGRITA	4	4	27	27
00011 - SPT. ALEIXO DA RESTAURACAO	272	470	1 435	1 454
00012 - ISOLADOS	41	42	133	134
SANTO ALEIXO DA RESTAURACAO - TOTAL	469	526	1 619	1 639
SANTO AMADOR				
00013 - CRUZEIRA	14	3	12	12
00014 - PARADINHO	11	4	20	20
00015 - SANTO AMADOR	314	254	862	866
00016 - ISOLADOS	85	36	129	129
SANTO AMADOR - TOTAL	424	297	1 023	1 027

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatísticas de Portugal. www.ine.pt.



**C O N C E L H O D E M O U R A 109**

**RESULTADOS PROVISÓRIOS, POR LUGARES**

DT	CC	FR	LG	Freguesia / Lugar	Pop. Presente 1991		Famílias	Alojamentos	Edifícios	Infraestruturas Sanitárias			
					Total	Homens	1991	1991	1991	Água	Elec.	Esgo.	Lixo
REGIÃO ALENTEJO					539 359	263 354	196 705	268 527	235 644				
BAIXO ALENTEJO					141 556	69 264	50 823	72 629	66 728				
TOTAL DO CONCELHO					16 824	8 188	6 001	9 093	8 029				
DT	CC	FR	LG	Freguesia / Lugar	Total	Homens	1991	1991	1991	Água	Elec.	Esgo.	Lixo
02	10	01		AMARELEJA	3 092	1 531	1 129	1 706	1 688				
02	10	01	0002	AMARELEJA	2 992	1 475	1 092	1 541	1 526	S	S	S	S
02	10	01	0000	ISOLADOS	100	58	37	165	162				
02	10	02		POVOA DE S. MIGUEL	1 196	606	439	729	718				
02	10	02	0025	ESTRELA	127	68	44	90	89	S	S	S	S
02	10	02	0026	POVOA DE S. MIGUEL	968	484	363	520	515	S	S	S	S
02	10	02	0000	ISOLADOS	101	54	32	119	114				
02	10	03		SAFARA	1 254	600	444	657	639				
02	10	03	0007	SAFARA	1 189	567	422	630	612	S	S	S	S
02	10	03	0000	ISOLADOS	65	33	22	27	27				
02	10	04		SANTO AGOSTINHO	3 905	1 906	1 319	1 725	1 331				
02	10	04	0017	MOURA (*)	3 669	1 786	1 248	1 648	1 262	S	S	S	S
02	10	04	0028	MACHADOS	59	33	19	19	17	N	S	N	N
02	10	04	0000	ISOLADOS	177	87	52	58	52				
02	10	05		SANTO ALEIXO DA RESTAURAÇÃO	1 002	474	413	931	931				
02	10	05	0011	SANTO ALEIXO DA RESTAURAÇÃO	930	434	386	872	872	S	S	S	S
02	10	05	0000	ISOLADOS	72	40	27	59	59				
02	10	06		SANTO AMADOR	577	274	246	342	340				
02	10	06	0015	SANTO AMADOR	512	242	228	317	316	S	S	S	S
02	10	06	0000	ISOLADOS	65	32	18	25	24				
02	10	07		S. JOÃO BAPTISTA	4 462	2 134	1 526	2 151	1 533				
02	10	07	0017	MOURA (*)	4 326	2 063	1 488	2 096	1 491	S	S	S	S
02	10	07	0032	DEFESA DE S. BRAZ	31	18	8	12	4	N	S	N	N
02	10	07	0000	ISOLADOS	105	53	30	43	38				
02	10	08		SOBRAL DA ADIÇA	1 336	663	483	852	849				
02	10	08	0022	SOBRAL DA ADIÇA	1 188	579	442	756	753	S	S	S	S
02	10	08	0000	ISOLADOS	148	84	43	96	96				

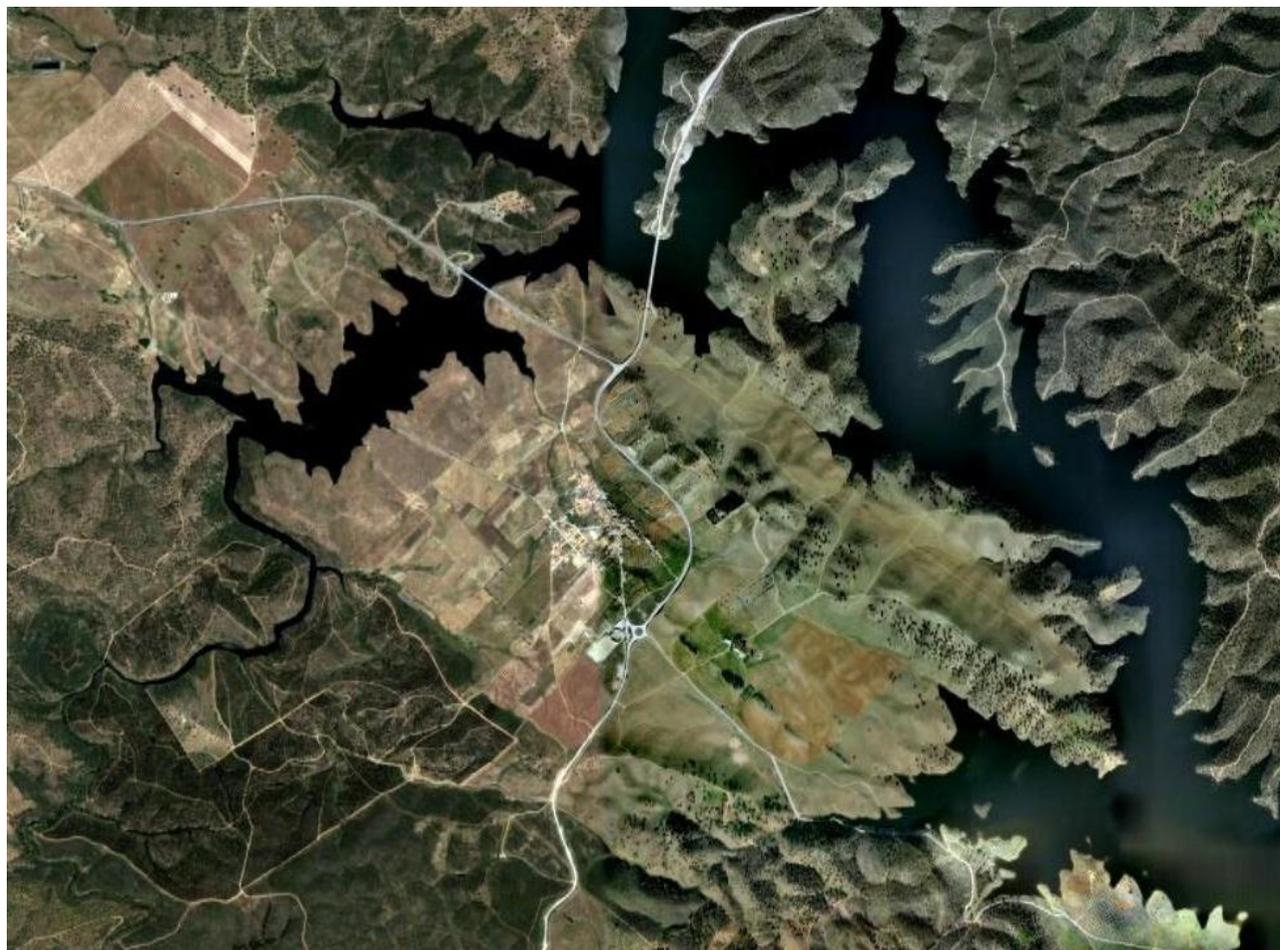
(\*) - Lugares repartidos por mais do que uma freguesia

**LUGARES REPARTIDOS POR MAIS DO QUE UMA FREGUESIA**

DT	CC	FR	LG	Lugar / Freguesia	Pop. Presente 1991		Famílias	Alojamentos	Edifícios	Infraestruturas Sanitárias			
					Total	Homens	1991	1991	1991	Água	Elec.	Esgo.	Lixo
02	10	07	0017	MOURA	7 995	3 849	2 736	3 744	2 753	S	S	S	S
02	10	04	0017	SANTO AGOSTINHO	3 669	1 786	1 248	1 648	1 262	S	S	S	S
02	10	07	0017	S. JOÃO BAPTISTA	4 326	2 063	1 488	2 096	1 491	S	S	S	S



**Anexo AC** – Amieira, fotografia aérea, visualização a 6 km de altitude.

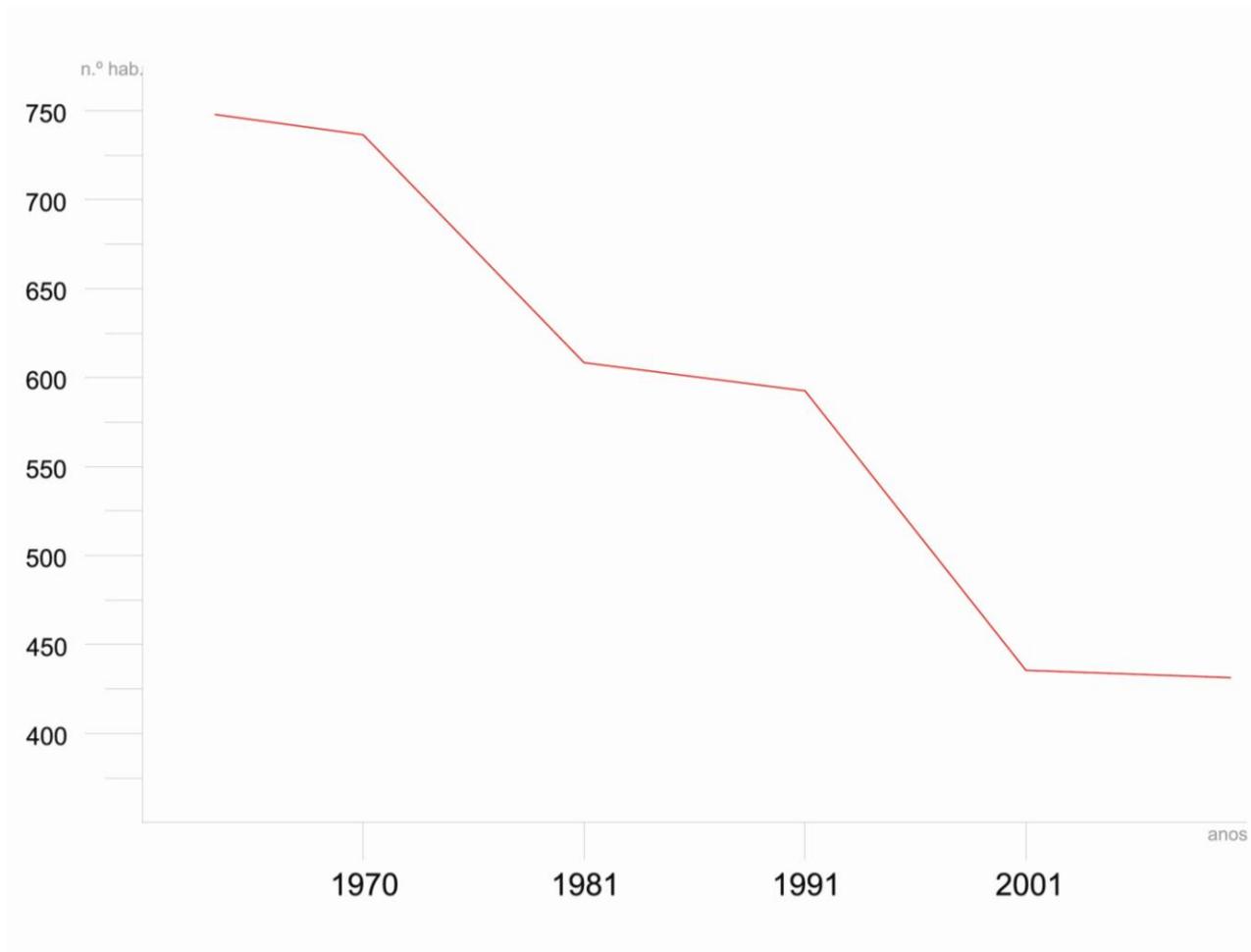


Coordenadas: 38°17'10.14"N 7°33'05.78"W

**Fonte:** Google Earth



**Anexo AD – Tabela da estatística populacional entre 1970-2001, Amieira.**



**Fonte:** INE – Instituto Nacional de Estatísticas de Portugal.



Alojamentos, famílias, população presente e população residente, por lugares

Distrito, concelhos, freguesias e lugares	Alojamentos	Famílias	População presente	População residente
1	2	3	4	5
CONC. DE PONTEL				
ALQUEVA				
00001 - ALQUEVA	352	277	814	853
00002 - MONTE DE S. CLÁO	5	2	8	8
00003 - ISOLADOS	53	27	81	81
ALQUEVA - TOTAL	410	306	905	942
AMIEIRA				
00004 - AMIEIRA	285	193	406	433
00005 - ISOLADOS	46	40	141	145
AMIEIRA - TOTAL	331	233	547	578
MONTE DO TRIGO				
00006 - MONTE DO TRIGO	398	356	1 171	1 193
00007 - ISOLADOS	68	49	178	184
MONTE DO TRIGO - TOTAL	466	399	1 349	1 377
ORIOLA				
00008 - ORIOLA	219	190	641	597
00009 - ISOLADOS	25	18	47	53
ORIOLA - TOTAL	244	208	688	650
PORTEL				
00010 - PORTEL	1 159	765	2 406	2 444
00011 - ISOLADOS	104	44	136	137
PORTEL - TOTAL	1 263	809	2 542	2 581
SANTANA				
00012 - SANTANA	322	298	870	894
00013 - ISOLADOS	25	20	60	63
SANTANA - TOTAL	347	318	930	957
SAO BARTOLOMEU DO OUTEIRO				
00014 - ROCHA DO QUINTA	12	4	13	14
00015 - MONTE DO ROSSIO	11	3	9	9
00016 - S. BARTOLOMEU DO OUTEIRO	328	284	705	815
00017 - ISOLADOS	62	18	51	52
SAO BARTOLOMEU DO OUTEIRO - TOTAL	413	309	778	890
VERA CRUZ				
00018 - MONTE DA MAUÇA	5	2	7	7
00019 - VERA CRUZ	307	210	640	656
00020 - ISOLADOS	33	14	41	42
VERA CRUZ - TOTAL	345	226	688	705
CONC. DE PONTEL - TOTAL	3 019	2 008	8 527	8 800
CONC. DE REGUNDO				
MONTIJO				
00001 - ALDEIAS DE MONTOITO	366	300	800	868
00002 - FALCÓESERAS	82	74	230	240
00003 - MENCODÁ	14	12	38	42
00004 - MONTOITO	595	337	899	938
00005 - ISOLADOS	77	35	91	97
MONTIJO - TOTAL	1 044	758	2 068	2 185



SRPH - RECENSEAMENTO GERAL DA POPULACAO E HABITACAO		DADOS PROVISORIOS									
SRPH19D - 03 POPULACAO PRESENTE, FAMILIAS, ALOJAMENTOS, EDIFICIOS E INFRAESTRUTURAS SANITARIAS											
POR DISTRITOS, CONCELHOS E LUGARES - 1981											
* * * * *	* * * * *	* * * * *	* * * * *	* * * * *	* * * * *	* * * * *	* * * * *	* * * * *	* * * * *	* * * * *	* * * * *
MDT/CC/LUG.	DESIGNACAO	POP. PRESENTE	FAMI- LIAS	ALOJA- MENTOS	EDIFI- CIOS	INFRAESTRUTURAS SANTITARIAS	AGUA+ELEC+ESGOMLIXO				
		HM	H								
	0042 SANTO ANTONIO	79	40	26	22	32	S	S	N	S	
	0043 TRAMAGUEIRA	7	3	3	13	13	N	N	N	N	
	9997 ISOLADOS	316	169	114	235	231					
08	MOURAO	3551	1770	1270	1741	1713					
	0004 GRANJA	1013	493	384	459	459	S	S	S	S	
	0007 LUZ	340	164	126	211	211	N	S	N	S	
	0012 MOURAO	1855	925	657	838	823	S	S	S	S	
	0014 S. LEONARDO	41	24	13	16	16	S	S	S	S	
	9997 ISOLADOS	302	164	90	217	204					
09	PORTEL	8075	3909	3012	3663	3624					
	0001 ALQUEVA	588	299	294	340	333	N	S	N	S	
	0004 AMIEIRA	565	289	194	239	239	N	S	N	S	
	0004 MONTE DO TRIGO	1383	610	435	460	454	S	S	S	S	
	0008 OROLA	572	284	209	243	243	N	S	N	S	
	0010 PORTEL	2695	1264	985	1135	1133	S	S	S	S	
	0012 SANTANA	707	324	286	310	310	N	S	N	S	
	0016 S. BARTOLOMEU DO OUTEIRO	659	305	268	294	294	N	S	N	S	
	0019 VERA CRUZ	561	298	187	245	245	S	S	S	S	
	0021 BARRAGEM DE ALQUEVA	12	4	3	36	18					
	9997 ISOLADOS	435	232	151	361	355	S	S	S	S	
10	REDONDO	8444	4115	3120	4058	3908					
	0001 ALDEIAS DO MONTOITO	690	320	284	344	338	S	S	N	N	
	0002 FALCOEIRAS	220	111	78	91	91	S	S	S	N	
	0004 MONTEIRO	882	403	382	451	448	S	S	S	N	
	0007 COURELAS DA CALVA	40	21	13	15	15	N	N	N	N	
	0008 FOROS DA FONTE SECA	409	219	135	172	151	S	S	S	N	
	0009 FOROS DO FREIXO	239	115	94	115	142	S	S	S	N	
	0010 MONTE BRANCO	20	11	10	11	11	N	N	N	N	
	0014 MONTE DAS LAGES	17	7	6	12	12	N	N	N	N	
	0015 MONTE DA PALHETA	45	24	18	23	18	N	S	N	N	
	0023 GAFANHAS	44	27	14	21	21	N	N	N	N	
	0025 QUINTA DA VIDUEIRA	26	12	9	12	12	N	N	N	N	
	0026 REDONDO	3568	1716	1279	1446	1351	S	S	S	S	
	0027 SANTA SUZANA	384	194	139	171	171	S	S	S	N	
	0030 VINHAS	161	80	47	64	59	N	S	N	S	
	0032 PONTE DA SAPATAO	30	20	7	10	10	N	S	N	N	
	0033 FAZENDA	40	19	18	18	17	N	N	N	N	
	0034 MONTE DOS GAIOS	30	16	13	16	13	N	N	N	N	
	0035 ALDEIA DA SERRA	243	117	107	135	135	S	S	S	N	
	9997 ISOLADOS	1356	682	467	903	893	S	S	S	N	
11	REGUENOS DE MONSARAZ	11441	5552	4040	4882	4809					
	0001 CAMPINHO	1119	523	362	474	463	N	S	N	N	
	0002 CUMEADA	189	93	63	78	77	N	S	N	N	
	0003 S. MARCOS DO CAMPO	853	403	221	288	278	N	S	N	N	
	0004 BALDIO	425	215	148	200	200	N	S	N	S	
	0007 CARRAPATELO	116	61	37	50	50	N	S	N	S	
	0008 CASAS NOVAS	97	46	38	47	47	N	S	N	S	
	0009 CASTELHANGOS	55	22	19	24	24	N	S	N	S	
	0010 S. PEDRO DO CORVAL	880	420	323	398	397	N	S	N	S	
	0012 BARRADA	117	55	48	71	71	N	S	N	S	
	0013 MOTRINHOS	225	111	96	181	181	N	S	N	S	
	0014 OUTEIRO	418	213	192	208	206	N	S	N	S	
	0015 FERRAGUDO	112	54	36	48	48	N	S	N	S	
	0016 MONSARAZ	185	92	65	114	113	S	S	N	N	
	0017 TELHEIRO	150	72	56	83	83	N	S	N	S	
	0019 PEROLIVAS	400	203	156	159	163	S	S	S	S	
	0020 CARICANDE	409	191	134	157	152	S	S	S	S	
	0021 GAFANHOLAS	234	121	98	105	97	S	S	S	S	
	0023 REGUENOS DE MONSARAZ	4652	2259	1559	1657	1640	S	S	S	S	
	0025 BAIRRO DA FIGUEIRINHA	64	31	21	27	25	S	S	S	S	
	9997 ISOLADOS	741	387	248	404	394					
12	VENDAS NOVAS	10640	5230	3775	3960	3733					
	0003 BAIRRO MARCONI	178	93	59	55	55	N	S	N	S	
	0004 BAMBEL	391	189	130	149	149	S	S	N	S	
	0005 FOROS DA AFETEIRA	565	283	200	191	191	S	S	N	N	
	0007 LANDEIRA	490	250	179	175	170	S	S	S	S	
	0008 MOINHOLA VELHA	36	19	14	15	15	N	S	N	S	
	0027 MONTE DA MOINHOLA	30	17	13	12	12	N	N	N	N	
	0038 PICARRAS	238	124	71	69	69	S	S	S	S	
	0041 VENDAS NOVAS	7380	3586	2634	2814	2594	S	S	S	S	
	0043 FOROS DOS INFANTES	307	148	102	108	108	S	S	N	S	
	0044 BAIRRO LIZIARDO	1127	547	344	377	377	S	S	S	S	
	0045 QUINTA DO PESSEQUEIRO	35	17	15	15	15	S	S	N	N	
	0046 VALE DE FIGUEIRAS	35	18	11	11	11	N	S	N	N	
	0047 ESTRADA DA AFETEIPA	48	22	14	14	14	S	S	N	N	
	0048 NICOLAU	91	47	36	37	37	N	S	N	N	
	0049 FOROS DA MISERICORDIA	400	194	138	147	145	S	S	S	S	
	9997 ISOLADOS	261	143	85	91	91					
13	VIANA DO ALENTEJAO	6193	3058	2278	2751	2706					
	0001 ALCACOVAS	2201	1094	893	1062	1046	S	S	S	S	
	0004 AGUIAR	741	375	246	255	254	S	S	S	S	
	0008 V. SRA. D'AIRES	35	18	10	10	10	N	S	N	N	
	0010 VIANA DO ALENTEJAO	2437	1180	876	1001	975	S	S	S	S	
	0012 QUINTA DE SANTA MARIA	92	46	28	36	36	S	S	S	N	







**Anexo AH – Cheles, fotografia aérea, visualização a 6 km de altitude.**

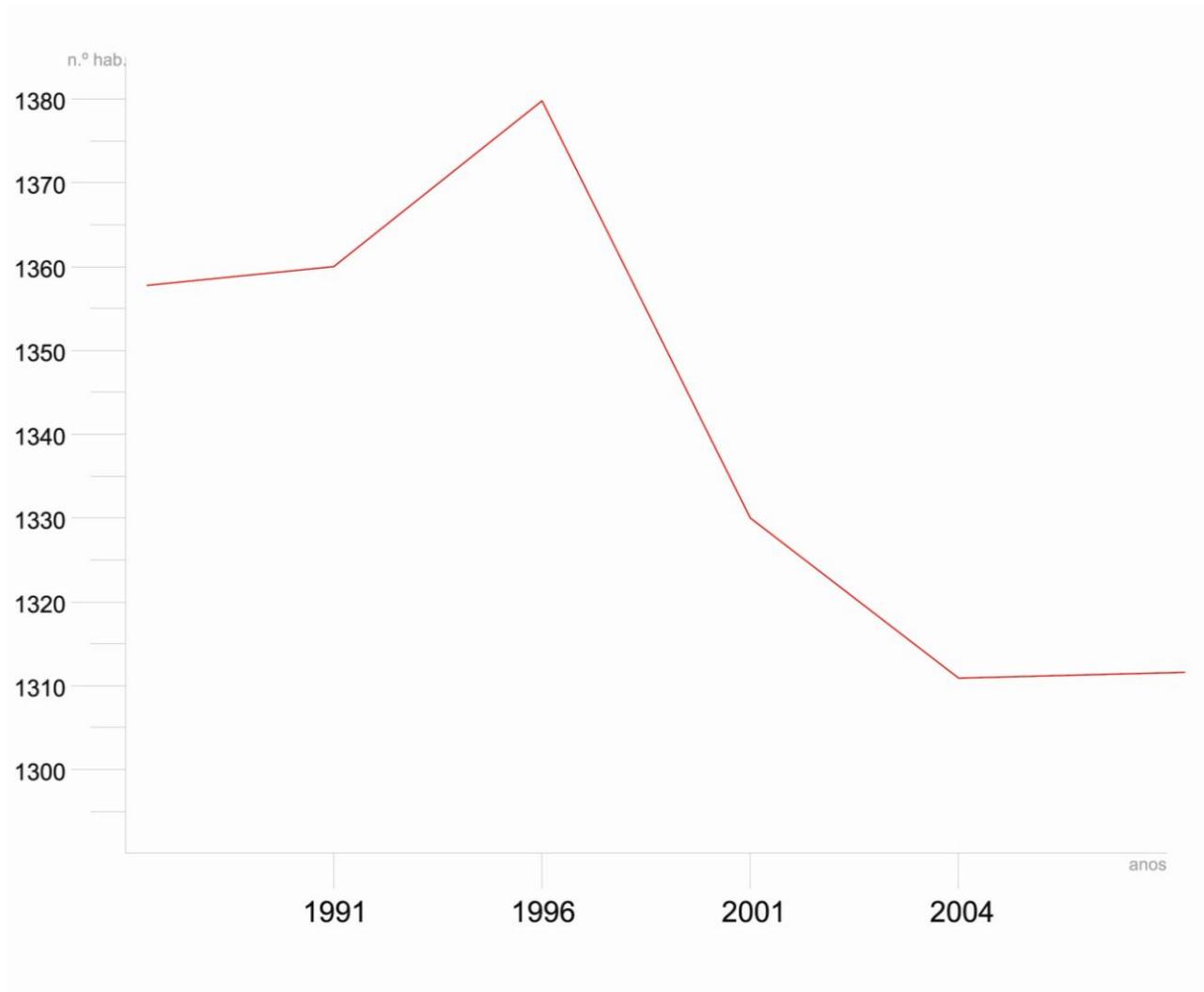


**Coordenadas:** 38°30'49.75"N 7°17'42.58"W

**Fonte:** Google Earth



**Anexo AI – Tabela da estatística populacional entre 1991-2004, Cheles.**



**Fonte:** Município de Cheles. [www.cheles.dip-badajoz.es](http://www.cheles.dip-badajoz.es).



**Anexo AJ – “Espanhóis criam quatro novas marinas em Alqueva”, por roberto Dores, Évora, 4 de Junho 2007.**

Os quatro municípios espanhóis abrangidos pelo regolfo da barragem de Alqueva - Olivença, Cheles, Alconchel e Villanueva del Fresno - estão a dotar-se de infra-estruturas náuticas para também tirarem partido das potencialidades do maior lago artificial da Europa. Cheles já dispõe de um cais de embarque com 24 metros, mas até final do Verão os restantes três concelhos deverão ter equipamentos semelhantes.

O cais de Cheles apresenta a particularidade de poder receber o barco de cruzeiro que já começou a navegar nas águas de Alqueva, devido à sua dimensão, enquanto do lado português só o ancoradouro de Monsaraz e a Amieira Marina - esta de capitais privados - têm capacidade para acolher as grandes embarcações. A marina de Alqueva tem apenas 12 metros e não reúne essas condições, sendo exigido, pelo menos, o dobro.

A rapidez com que Cheles se está a movimentar já permitiu a este município dar os primeiros passos para pôr em marcha um projecto com a empresa Gescruzeiros, que prevê a criação de carreiras entre aquela localidade e as aldeias ribeirinhas de Monsaraz e Amieira. A ideia é que o barco transporte portugueses a alguns concelhos daquela região da Estremadura e traga espanhóis até às localidades alentejanas mais próximas da barragem.

A ideia é fazer um pacote turístico, com apoio de autocarros e que inclui ainda refeições. O valor desta nova oferta ainda não está estipulado, mas uma hora de viagem no Guadiana, o barco de cruzeiro recentemente apresentado com capacidade para 120 passageiros, custa em média nove euros por pessoa.

Eduardo Lucas, gestor da Gescruzeiros - empresa que detém o Guadiana e outros barcos mais pequenos com uma lotação de 25 pessoas -, assegura ao DN que a ideia de Cheles "é interessante", revelando que a viagem "é muito atractiva", desenrolando-se pela parte mais estreita do lago. O cruzeiro liga as duas margens - que distam 20 quilómetros - em cerca de uma hora. Segundo o mesmo responsável, "é muito importante criar estas infra-estruturas" ao longo da barragem, adjectivando-as de "pontos de apoio determinantes" para que a exploração náutica tenha sucesso.

#### Burocracia trava portugueses

O exemplo de Cheles é utilizado pelo presidente da Câmara de Reguengos de Monsaraz para criticar a alegada "burocracia" com que o lado português está a receber os vários projectos de Alqueva. Além do cais de embarque, aquele município espanhol já tem um restaurante junto ao espelho de água - o único em todo o regolfo - que fez disparar a procura turística nesta zona. Sustenta Vítor Martelo que, apesar de Monsaraz ser ponto de passagem "quase obrigatório", têm sido "vários" os projectos que mergulharam num impasse quando chegaram à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo. "Os espanhóis têm leis menos exigentes e ganham-nos muito

tempo", lamenta o mesmo autarca, alertando que se "estão a perder oportunidades" com os alegados "atrasos" na construção dos cais do lado português.

É que se Monsaraz e Amieira, nos concelhos de Reguengos e de Portel, respectivamente, já têm um ancoradouro e uma marina com capacidade para grandes embarcações, os cais existentes em Mourão, Luz (Mourão), Estrela (Moura) e Juromenha (Alandroal) apenas contemplam uma dimensão de doze metros, o que, juntamente com a marina situada junto ao paredão de Alqueva, inviabiliza a atracagem dos barcos de cruzeiro, com 30 toneladas e 27,5 metros de comprimento, por falta de garantias de segurança. Deverão ser construídos mais dois ancoradouros para barcos de grande porte, mas a sua localização está a ser estudada.

O plano de ordenamento da albufeira condiciona o comprimento do cais às cotas máxima de 152 metros e mínima de 130 metros e só permite a construção de ancoradouros de grande dimensão com garantias de que a barragem não vai estar abaixo da cota 130 (o que pode acontecer, por exemplo, em ano de seca). Já os espanhóis autorizam a construção dos 24 metros, deixando em aberto a possibilidade de a plataforma ser deslocada para outra zona à medida que o nível das águas suba ou baixe.

**Anexo AK – “O lago”, por João Pedro Oliveira, 21 de Julho de 2006.**

Quem nasce em Moura não sonha ser marinheiro. "Eu nunca sonhei", confirma Daniel, 23 anos, mãos no leme, navegando entre sobreiros e oliveiras. Foi só há três anos que se instruiu nas artes de marear, aqui no Grande Lago. Rumou depois a Lisboa, onde recolheu a carta de Patrão Local, que o investe de autoridade para conduzir embarcações de grande porte. Hoje, é ele que nos guia pelas águas do maior lago artificial da Europa. Uma hora a navegar, da Barragem do Alqueva até meio caminho para a Estrela, e daí regressando.

A senhora Ana Luísa não esconde o entusiasmo. "Quem pensa que o Alentejo é um sequeiro nunca pôs os olhos nisto." Vem com a filha e o genro, mais os dois netos pequenos, que acabam de chegar da Suíça, vinte e duas horas de carro, só uma paragem em Espanha. "Foram 2275 quilómetros de St. Gallen até São Bartolomeu do Outeiro", precisa António, pai de Miguel e Diana, marido de Angélica que é filha de Ana Luísa. "São da terra e nunca viram isto assim", justifica a avó, ainda de entusiasmo escancarado. É sua a viagem paga no barco que Daniel conduz e que acolhe de boa vontade dois forasteiros à boleia. "Fazemos muito gosto." Nós mais ainda, minha senhora.

A partida faz-se pouco depois das onze. Do cais do Alqueva, é possível embarcar para a maioria das aldeias e vilas que ainda se vão acomodando ao estatuto de ribeirinhas. Estrela, Luz, Mourão, Monsaraz. Os preços variam com a distância e as paragens (queiram ligar 285 250 730). Depois há percursos desenhados por encomenda, que podem levar a qualquer lugar estendido nos 1160 quilómetros de margens que a promoção turística escolheu chamar Terras do Grande Lago.

E escolheu bem. Porque estes 25 mil hectares de terra submersa fazem do Alqueva o maior espelho de água artificial da Europa, e poucos usos lhe serão tão certos como o turismo. Há pouco menos de um mês, o Governo aprovou uma esclarecedora revisão do Plano de Ordenamento das Albufeiras do Alqueva e Pedrógão. A ocupação turística passou de um limite inicial de seis unidades hoteleiras com 480 camas, para onze unidades com 22 500 camas. Vera não deverá, por isso, ter muitas mais oportunidades de se lamentar: "No mês de Agosto o movimento cai muito e só recuperamos em Setembro", vai-nos explicando a atenciosa funcionária do Gestalqueva, empresa de capitais públicos onde estão representadas as sete autarquias banhadas pelo Grande Lago. Mas, quando este lago de possibilidades abrir à iniciativa privada, é de prever que tudo mude.

"Isto mudou muito desde que eu era pequena", observa Ana Luísa. Para melhor? "Muito melhor! Isto é coisa bonita de se ver." São agora 11.30 e Daniel já deu meia volta. É a sua segunda viagem do dia, não deverá haver outra. "Às vezes chega a ser das 09.00 até à tardinha." Talvez por isso, ao fim de um ano de navegação já pareça conhecer de olhos fechados este mar apertado entre searas, olivais e montado. Desde aqui até lá adiante, demora quatro horas e meia a subir os oitenta e tantos quilómetros para a Juromenha.

Os sulcos desenhados na margem mostram até onde o lago já cresceu. "Há dois anos, estive além, a três metros da cota máxima. Agora está a uns sete", explica Daniel. Foi o ponto mais alto desde que as comportas fecharam a 8 de Fevereiro de 2002. Pouco acima, ficam oliveiras e sobreiros com os pés de molho, olhando ramos de outras árvores submersas ainda esbracejando acima da linha da água. "É uma paisagem estranha", nota Angélica, que há anos não vinha a casa. "Nunca pensei navegar aqui."

Para segurar as águas, foram necessárias vinte mil toneladas de aço, um milhão e cem mil metros cúbicos de aço, nove milhões de horas de trabalho. Abateram-se 1,2 milhões de árvores e uma aldeia. Números que transformaram a paisagem a uma escala que ainda não parece inscrita no imaginário destas terras que começam a atender por Grande Lago. "Diz-se Alqueva querida", corrige a avó Ana Luísa. "Lá na escola dela ainda não aprende o português, só o deutsche. Por isso lê o 'u' de Alqueva. Mas vai aprender, que é bonito a gente aprender a dizer bem todos os nomes da nossa terra."

**Anexo AL – “Alqueva, camas e mercados turísticos”, por Luís Correia da Silva, 19 Junho 2006.**

Os portugueses interrogam-se hoje sobre os objectivos subjacentes à construção de uma barragem no Guadiana que não fornece água para consumo, não se destinou a regularizar o caudal e, anos após a conclusão, ainda está longe de cumprir as metas previstas de rega agrícola. Resta a hipótese que o investimento de milhões se destinasse à produção de energia (ainda hoje reduzida) ou à criação de uma extraordinária albufeira, com cerca de mil km de perímetro, em torno da qual se desenvolvesse uma nova região de vocação turística do País. Infelizmente tal não era verdade: o plano de ordenamento inicial, com muitas condicionantes, só contemplava 500 camas turísticas.

Após recentes declarações de vários responsáveis, vem o ministro do Ambiente esclarecer que "não serão 30 mil, nem 20 mil mas 15 mil as camas turísticas a autorizar no âmbito da revisão do plano. A grande questão é saber que tipo de turismo é desejado. O País tem a ganhar com um turismo de alta qualidade, numa das regiões mais pobres da Europa".

Tudo isto suscita algumas reflexões:

- Que o turismo passe em poucos anos de actividade a "condicionar" a "salvação" de uma obra da qual a falta de visão estratégica, sucessivos atrasos, alguma incompetência e irresponsabilidade e um conjunto de promessas não cumpridas levaram ao patamar da irracionalidade.

- Que os responsáveis governamentais necessitem de "jogar com os números de camas para acalmar as hostes" e justificar correcções inevitáveis, urgentes e do mais puro bom senso.

- Que as entidades oficiais tenham a pretensão de "definir o tipo e o padrão de turismo que desejam para a região", esquecendo-se ou desconhecendo que um destino não se constrói por decreto e que os potenciais investidores só arriscam em função dos mercados e segmentos da procura que consideram ter condições para atrair e conquistar.

- Que se admite possível transformar no imediato uma das regiões mais pobres da Europa, com deficientes estruturas, poucos trabalhadores e quadros qualificados, sem atractivos ambientais e turísticos diferenciadores (com excepção do lago criado pela albufeira da barragem) numa área de turismo de alta qualidade.

Um novo destino levará anos a lançar e décadas a consolidar nos mercados, e tal só será possível se empresários e operadores turísticos acreditarem que vale a pena e os mercados e a procura reconhecerem as vantagens e benefícios em relação a outros destinos concorrentes, tanto para o turismo tradicional de férias em resorts como do turismo residencial.

O Governo parece apostado em criar condições para atrair investidores e para que os investimentos se concretizem rapidamente, mas vários responsáveis de organismos que dele dependem não querem abdicar dos seus pequenos poderes e, porventura, ainda não perceberam que o potencial de desenvolvimento turístico é hoje a única

justificação verdadeiramente válida e a última oportunidade de aproveitamento económico e social da maior barragem e da maior albufeira da Europa. Em alternativa, poderemos vir a ter mais um elefante branco transformado em monumento à incompetência e desleixo dos portugueses. Os alentejanos não merecem isso.

**Fonte:** Diário de Notícias.

**Anexo AM – Estrela, vista norte, 2009.**



**Fonte:** Úrsula Jacinto.



Anexo AN – Largo 1º de Maio, 2009.



Fonte: Úrsula Jacinto.



Anexo AO – Marco religioso, 2009.



Fonte: Úrsula Jacinto.



**Anexo AP** – Sino da igreja, 2009.



**Fonte:** Samuel Salgado



**Anexo AQ** – Pormenor de porta, 2009.



**Fonte:** Samuel Salgado



**Anexo AR** – Monte do Manuel Carneiro, 2009.



**Fonte** – Samuel Salgado



**Anexo AS – Rua da Paneira, 2009.**



**Fonte:** Úrsula Jacinto



**Anexo AT – Rua do Meirinho, 2009.**



**Fonte:** Úrsula Jacinto



**Anexo AU** – Pormenor de porta, 2009.



**Fonte:** Samuel Salgado



**Anexo AV – Travessa do Meirinho, 2009.**



**Fonte:** Úrsula Jacinto



Anexo AW – Jardim da Escola Primária, 2009.



Fonte: Úrsula Jacinto



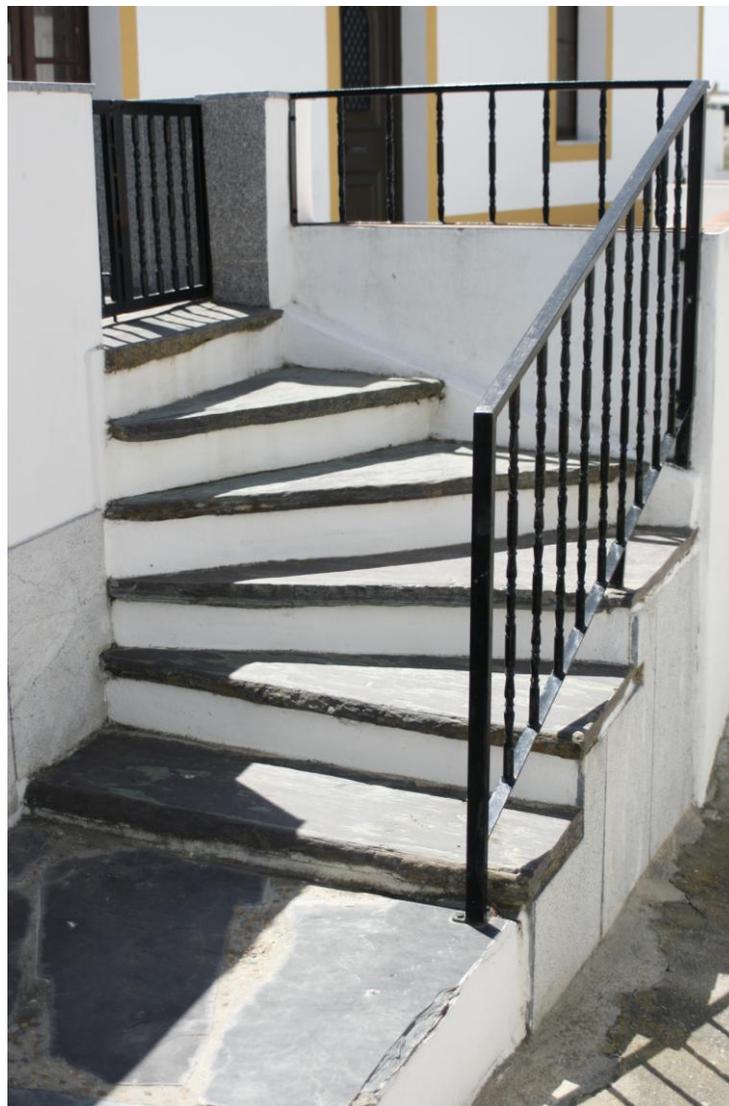
**Anexo AX** – Vista da escola, 2009.



**Fonte:** Samuel Salgado



Anexo AY – Pormenor de pavimento, 2009.



Fonte: Samuel Salgado



**Anexo AZ** – Pormenor de parede, 2009.



**Fonte:** Úrsula Jacinto



**Anexo BA – Horta, 2009.**



**Fonte:** Úrsula Jacinto



**Anexo BB** – Rua da Paneira, casa à venda, 2009.



**Fonte:** Úrsula Jacinto



**Anexo BC – Moinho dos Meirinhos, [sem data].**



**Fonte:** autor desconhecido



Anexo BD – Terreno à venda, zona de navegação livre, 2009.



Fonte: Úrsula Jacinto



## Anexo BE – Parecer



Évora, 30 de Setembro de 2009

### Parecer

Declaro, como orientadora da tese *Aldeia da Estrela: adaptação à nova condição*, de Úrsula Liliana Sequeira Jacinto, que a orientanda adquiriu capacidades excepcionais no âmbito da Investigação em Arquitectura. A partir de um objecto de estudo muito concreto e bem delimitado, a Aldeia da Estrela – actualmente uma península da Barragem de Alqueva – Úrsula Jacinto elabora uma dissertação que coloca em questão a problemática da perda de identidade de um aglomerado urbano devido a uma forte alteração paisagística.

Até à data da elaboração desta tese, foram realizados diversos estudos sobre a construção da Barragem de Alqueva e as suas consequências. No entanto, nestes estudos, a Aldeia da Estrela, à semelhança de outras aldeias na sua proximidade, foi sempre incluída no âmbito genérico das «aldeias ribeirinhas do regolfo da barragem». Esta tese vem precisamente demonstrar que não é possível analisar o impacto que uma transformação paisagística deste tipo tem num aglomerado urbano concreto sem que sejam analisadas, caso a caso, as suas especificidades e, nomeadamente, as suas características identitárias ameaçadas, de modo a poderem ser construídas as pautas de um desenvolvimento sustentado.

Contrariando a ideia de que uma tese deve partir inicialmente de uma pergunta ou hipótese teórica a partir da qual, através de um método ensaístico, se trata de comprovar uma ideia preestabelecida, a investigação de Úrsula Jacinto demonstra-nos que o método indutivo, aplicado ao objecto arquitectónico, urbanístico e paisagístico concreto, é uma forma muito objectiva de constituir um conhecimento operativo no âmbito da Arquitectura. Úrsula Jacinto não só começou por recolher toda a documentação (escrita e desenhada) disponível em arquivos e bibliotecas sobre este objecto de estudo, como também procedeu a descobertas fascinantes, através da elaboração de mapas que sintetizam visões objectivas sobre o caso de estudo concreto. A partir desta recolha e elaboração de elementos de síntese, a aluna demonstra claramente que é precisamente a partir de uma análise específica dos aglomerados que se podem avançar hipóteses, e nunca através de uma simples análise genérica e indiferenciada.

É com muito orgulho que declaro, pois, que a aluna Úrsula Jacinto, com o número 19 618, se encontra plenamente apta para a realização das provas públicas no âmbito da Unidade Curricular «Dissertação ou Trabalho de Projecto» do Mestrado Integrado em Arquitectura da Universidade de Évora.

Marta Sequeira

Doutorada e Prof. Auxiliar da Universidade de Évora

## Bibliografia

- AA.VV., *Alqueva, Centro do Mundo?*, (actas da 8ª edição dos encontros de Monsaraz). [sem local]: ADIM, Maio de 2002.
- AA.VV., *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*, vol. V; 2002, Universidade de Évora, Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico; edição: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Junho 2004.
- AA.VV., *Diagnóstico Social das Dinâmicas Juvenis: As expectativas sócio-profissionais dos jovens residentes nas Aldeia da Luz, Amieira, Estrela e Alqueva*. Beja: Universidade Moderna – Pólo de Beja, EDIA, Junho 2000.
- AA.VV., *Elementos sobre a Barragem de Alqueva*. [Sem local]: Comissão de Planeamento da Região do sul, Ministério da Administração Interna, Maio de 1975.
- AA.VV., *Os Caminhos do Desenvolvimento*. [sem local]: ADIM, 2001.
- AA.VV., *Plano Estratégico de Qualificação Urbana e Ambiental das Aldeias Ribeirinhas das Albufeiras de Alqueva e Pedrogão*, Parte 1. [Sem local]: ParqExpo, EDIA, 30 de Janeiro de 2003.
- AMADO, Miguel Pires, *Planeamento urbano sustentável*. Lisboa: ed. Caleidoscópio, 1999.
- ANTUNES, Alfredo da Mata, [et al] (eds.), *Arquitectura Popular em Portugal*. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 3.ª edição, 1988.
- Vários, *Guadiana e seus afluentes – Estudo dos Moinhos de Água*. [Sem local]: ERA – Arqueologia, Lda, [sem data].
- BENEDICT, R.; s-d, *P. Padrões de Cultura*. Lisboa: Livros do Brasil, [sem data].
- BIROT, P., s-d, *Portugal*. Lisboa: Livros horizonte, [sem data].
- BOURDIEU, P., *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- CARMO, Maria Fernanda Filipe do e CRAVO, Pedro Manuel Mendonça da Silva, *As Aldeias Ribeirinhas da Área do Regolfo da Barragem de Alqueva – Uma Aposto no Turismo*. Beja, [sem editora] [sem data].
- CARVALHO, Rita, «Alqueva ainda não conquistou o Alentejo». *Diário de Notícias*, 20 de Fevereiro de 2005.
- COELHO, Heitor, *Guadiana: antes de Alqueva*. Évora: Direcção Regional do Ambiente, 2000.
- Comissão de Planeamento da região do Sul, *Elementos sobre a Barragem de Alqueva*, Maio de 1975.
- DIAS, A.J., *Vilariño das Furnas: uma aldeia comunitária*. Vila da Maia: Imprensa Nacional – Casa da Moeda (1ªed. 1948), 1981.
- DORES, Roberto, «Espanhóis criam quatro novas marinas em Alqueva». *Évora: Diário de Notícias*, 4 de Junho de 2007.

DORES, Roberto, «Fundos comunitários não ajudaram a travar desertificação». Évora: Diário de Notícias, 11 de Dezembro de 2004.

FENTRESS, J. e WICKHAM, C., *Memória social*. Lisboa: Teorema (1ªed. 1992), 1994.

FERREIRA, J.M.C., *Artesanato, Cultura e Desenvolvimento Regional*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993.

GIL, J., *Corpo, Espaço e Poder*. Lisboa: Litoral, 1988.

GUERRA, Mª Rosália Medina, *Por “Terras do Grande Lago”: Impactos Sócio-culturais da transformação da Paisagem em Monsaraz*. Évora; Universidade de Évora: Departamento de Sociologia, 2004.

HIRSCH, Eric; O’Hanlon, Michael, *The Anthropology of Landscape – Perspectives on Space and Place*. Oxford: Clarendon Press, 1995.

LANÇA, Maria João, *Museu da Luz: Olhar o Monte Alentejano a Pretexto de Alqueva*. Beja: EDIA; S.A., Maio de 2007.

LOPES, A.S., *Desenvolvimento Regional*, vol. I: Problemática, teoria, modelos. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 1980.

MAGALHÃES, Manuela Raposo, *A Arquitectura Paisagista: Morfologia e complexidade*. Lisboa: editorial Estampa, 2001.

MARTINHEIRA, Paula, «Greenpeace quer parque no Guadiana». Diário de Notícias, 28 de Outubro de 2006.

NEVES, J., *Desenvolvimento Regional e Identidades locais*. Lisboa: UNL, 1988.

OLIVEIRA, João Pedro, «O lago». Diário de Notícias, 21 de Julho de 2006.

OLIVEIRA, L.V. e GALHANO, F., *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PDM – Plano Director Municipal de Moura, *Diário da República*, 1.ª série – n.º46 – 23 de Fevereiro de 1996: resolução de Conselho de Ministros n.º 15/96. pp. 344 – 363. Alteração no *Diário da República*, 2.ªsérie – n.º 205 – 22 de Outubro de 2008.

PELLEGRINO, Pierre et ALBERT, G. “ *Vers une notion architecturale de paysage : un problème d’échelle*”. Techniques et architecture, 1981.

PEREC, G., *A vida modo de usar*. Lisboa, Presença (1ªed. 1978), 1989.

POAAP – Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e Pedrogão, *Diário da República*, 1.ª série – n.º 150 – 4 de Agosto de 2006: resolução do conselho de Ministros n.º94/2006

PROZEA – Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente da Albufeira de Alqueva, *Diário da República* – 1.ª série – B – n.º 83 – 9 de Abril de 2002: resolução do conselho de Ministros n.º 97/94, de 4 de Outubro.

RAMOS, Francisco Martins, *Os Proprietários da Sombra*. (2ª edição) [sem local], Caleidoscópico, 2007.

RAMOS, Francisco Martins, *Textos Antropológicos*. Monsaraz: ADIM (Associação de Defesa dos Interesses de Monsaraz), 1996.

REINO, João Pedro; DUARTE, Lucinda Coutinho; ANTUNES, Manuel de Azevedo, *Alqueva e Aldeia da Luz: que futuro? Lisboa*: CEPAD – Centro de Estudos da População, Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

RIBEIRO, O., *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Sá da Costa, 1986.

RIBEIRO, O., s-d, *Geografia e civilização: temas portugueses*. Lisboa: livros horizonte.

ROSSI, A., *A Arquitectura da Cidade*. Lisboa: Cosmos, 1977.

SALAZAR, Tiago, «No grande lago». Notícias magazine suplemento do Jornal de Notícias n.º69/122, 9 de Agosto de 2009.

SANCHES, Rui e PEDRO, José Oliveira, Empreendimento de fins Múltiplos de Alqueva. [Sem local]: EDIA, S.A., 2006.

SARAIVA, Clara, *Luz e Água: Etnografia de um processo de mudança*; volume 2. Lisboa: EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A, 2005.

SARAIVA, Clara; PEREIRA, Benjamim; GEORGE, Maria João, *Museu da Luz: Aldeia da Luz*. Luz: EDIA, S.A, Novembro de 2003.

SARAMAGO, João, «Treze barragens estão em situação crítica». Correio da Manhã, 4 de Agosto de 2009, p. 21.

SILVA, António Carlos e GUITA, Rui, *Guadiana/Alqueva – Os Moinhos do Guadiana*. Beja: EDIA, 1998.

SILVA, Júlio Andrade dos Santos, *A Arquitectura Popular Alentejana*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Tese de Mestrado em Sociologia Aprofundada e Realidade Portuguesa, Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1993.

SILVA, Luís Correia da, «Alqueva, camas e mercados turísticos». *Diário de Notícias*, 19 Junho 2006.

SILVA, Luís, *Moinhos e Moleiros no Alentejo Oriental: uma perspectiva etnográfica*. [Sem local]: Etnográfica, Vol. VIII (2), 2004, pp. 221-242.

SILVANO, Filomena, *Territórios de Identidade*. Oeiras: Celta Editora, 1997.

SIMÕES, Paula Maria da Silva, *Da Singularidade das Árvores na Paisagem – Estudo de Meã*. Lisboa: Dissertação de Mestrado Em Antropologia, Património e Identidade, ISCTE, 2002.

TAVARES, Pedro Sousa, «Três anos depois, Alqueva ainda gera controvérsia». Diário de Notícias, 8 de Fevereiro 2005.

**Fontes digitais:**

EDIA:

<http://www.edia.pt/>

Câmara Municipal de Moura:

<http://www.cm-moura.pt/>

## Índice Onomástico

No presente índice não se encontram as palavras Alqueva e Aldeia da Estrela por serem enunciadas frequentemente ao longo de todo o texto. Encontram-se aqui expressos uma selecção de lugares, pessoas, entidades e obras.

Alandroal, **65**.

Alcarrache (ribeira), **27,29**.

Alconchel, **65**.

Aldeia da Luz (Nova), **51**.

Alqueva (aldeia), **57**.

Amareleja, **27, 53**.

Amieira (ribeira), **61**.

Amieira, **51,61,63,75**.

Beja, **45**.

Clément, Marie, **53**.

Convénio Luso-Espanhol, **15**.

Cheles, **65, 67, 75,77**.

Degebe (rio), **61**.

Dias, Manuel Graça, **55**.

EDIA, **7,9,15,19,33, 51,55**.

Estado Novo, **15**.

Évora, **25,45**.

EFMA, **15,17**.

Espanha, **65, 67**.

Guadiana (rio), **27,31,33,35,55,65**.

Granja, **51**.

Igreja de Nossa Senhora da Estrela, **53**.

Lopes, Nuno, **53**.

Moinho dos Meirinhos, **29,33,35**.

Monte Novo, **39**.

Moura, **19,25,55,65**.

Mourão, **65**.

Olivença, **65**.

Pacheco, Pedro, **53**.

PDM, **75**.

PE~AQUA, **51**.

Pedrógão, **63**.

Plano de Pormenor, **55,73**.

POAAP, **17,55,67,73**.

Portel, ver em Amieira.

Póvoa de S.Miguel, **19,25,51**.

PROZEA, **73**.

Reguengos de Monsaraz, **63,65**.

Vieira, Egas José, **55**.

Villa Nueva del Fresno, **65**.

Zebro (ribeira), **29**.

## Créditos das imagens

© António Caeiro, **2,3,4.**

© Contemporânea, **29,30,31,40.**

© Pedro Pacheco, **27.**

© Samuel Salgado, **21,26,35.**

© Úrsula Jacinto, **1,5,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,28,32,33,34,37,38,41,42,43.**



